

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL**

**Daniela de Oliveira Paiva**

**O Caminhar do Serviço Social:**

A participação de profissionais e estudantes na luta por uma visão crítica.

Juiz de Fora

2023

**Daniela de Oliveira Paiva**

**O Caminhar do Serviço Social:**

A participação de profissionais e estudantes na luta por uma visão crítica.

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Departamento de  
Política de Ação do Serviço Social, para  
obtenção do Título de Bacharel em  
Serviço Social.

Orientadora: Carina Berta Moljo

Juiz de Fora  
2023

de Oliveira Paiva, Daniela.

O Caminhar do Serviço Social: : A participação de profissionais e estudantes na luta por uma visão crítica. / Daniela de Oliveira Paiva. – 2023.

102 p.

Orientadora: Carina Berta Moljo

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social, 2023.

1. Serviço Social. 2. Estudantes. 3. Profissionais. 4. Crítico . 5. Ditadura Militar. I. Berta Moljo, Carina , orient. II. Título.



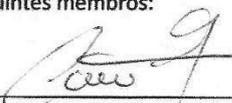
**DANIELA DE OLIVEIRA PAIVA**

**O CAMINHAR DO SERVIÇO SOCIAL:  
A PARTICIPAÇÃO DOS PROFISSIONAIS E ESTUDANTES NA LUTA POR UMA VISÃO CRÍTICA**

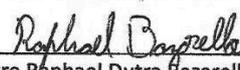
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Política de Ação do Serviço Social, como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Serviço Social, na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientador(a): Carina Berta Moljo

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado em 22 de dezembro de 2023, por banca composta pelos seguintes membros:

  
\_\_\_\_\_  
Pós Doutora Carina Berta Moljo – Orientadora

  
\_\_\_\_\_  
Doutor Bruno Bouziguessi Bueno

  
\_\_\_\_\_  
Mestre Raphael Dutra Bazarello

Nota: 90,00

Juiz de Fora  
Dezembro de 2023

Dedico este trabalho a minha avó Tuca,  
meu avô Wantuil , minha mãe Wanilda e  
ao meu esposo Bruno, que fazem todos  
os desafios serem mais leves.

## AGRADECIMENTOS

Ver o misto de sensações e sentimentos que é todo o processo de aprendizado que a graduação oferece, se transformando na finalização de um trabalho com imensa importância para mim de forma pessoal e profissional, me enche de alegria. Saber que em todos os momentos, inclusive esse, não estive sozinha e sim repleta de pessoas queridas, me faz acreditar ainda mais em uma vida coletiva. Dessa forma, a todos que estiveram presentes na minha trajetória e incentivando meu caminhar, todo meu carinho e gratidão:

A toda a turma que iniciou a caminhada na graduação comigo, no primeiro período de 2018. Alguns saíram do curso, outros continuam, outros se formam comigo, apesar de caminhos diferentes que tomamos ou vamos tomar, não tenho dúvidas do caminho que me ajudaram a trilhar e de que todo aprendizado foi mais prazeroso com vocês. A saudade estará sempre presente!

Aos professores da Faculdade de Serviço Social da UFJF que possuem a vontade de passar o máximo de conhecimento para seus aprendizes como eu, que usaram do instrumento da escuta para superar os desafios junto com cada estudante e comemoram com a nossa vitória.

Ao professor André, da Faculdade de Educação, que em uma só matéria me fez enxergar o mundo de uma forma diferente e crítica, que de uma forma lúdica e preocupada, demonstra prazer em ensinar e criou um enorme estímulo acadêmico no meu aprender.

Aos demais funcionários da Faculdade de Serviço Social da UFJF, TAE's e terceirizados que compartilharam comigo momentos de luta e reivindicações, assim como ombros amigos, me acolheram em situações de estresse e riram em momentos de alegria.

Aos amigos e amigas que não se ausentaram em nenhum momento, mesmo com a distância física, mostraram que a presença se faz com atenção e o ato de se demonstrar disponível, me senti cuidada por vocês.

Aos membros de todas as gestões do Diretório Acadêmico Padre Jaime Snoek que pude participar. Toda essa experiência me enriqueceu imensamente e cada pessoa que passou por ela comigo, é um pedacinho de quem sou hoje. O meu muito obrigada!

A todos os Movimentos Sociais que fiz parte e ajudei a construir durante

minha graduação, vocês também fizeram parte da minha formação, do meu senso crítico, do meu entendimento sobre a vida coletiva e acima de tudo, meu compromisso com a classe trabalhadora. Continuarei travando a luta diariamente por uma sociedade mais justa!

À professora Maria Lúcia, que me inspira também, como mulher, como escritora e profissional. Durante o período que pude ser monitora de uma matéria ministrada por você, pude observar a importância do tema que agora finaliza a minha graduação.

A minha orientadora e professora Carina, que me incentivou a leitura durante toda a graduação, fomentou meu senso crítico, me ensinou diversos conteúdos e com carinho me orientou nesse trabalho. Sempre estará na minha memória e espero poder reencontrar com você durante nossos caminhos!

A minha supervisora de campo de estágio que entendeu os meus desafios pessoais de ser uma estudante trabalhadora, mas nunca desistiu de me ensinar e se dedicar comigo no desafio de uma formação de qualidade, para o desenvolvimento do meu ser profissional.

A minha mãe, Wanilda, exemplo de tudo! Meu eterno porto seguro, minha referência de mulher e pessoa, meu suporte nos choros e companhia dos risos, minha parceira. Não há palavras suficientes que definam a importância que você teve para todo o percurso da minha educação e quem sou hoje. Mãe, você é inúmeras coisas, força, determinação, foco e amor! Te amo, você é o amor da minha vida inteira.

A minha avó, Astrogilda, Vó Tuca, que me apoiou durante a minha graduação e também se foi durante ela, me deixando um aperto no peito e imensas saudades, mas me iluminando como um astro, que sempre foi!

Ao meu avô, Wantuil, que mesmo não te conhecendo nessa vida, sei que me protegeu e me observa, agora junto com minha avó, seja de onde estejam!

A toda minha família que me apoia em todas as minhas escolhas e confia em mim. Em especial ao meu marido que faz isso todos os dias e me apoia constantemente com grandes e pequenas ações, demonstrando o Eu Te Amo na prática.

À Deus, por abrir meus caminhos, minha mente, me fornecer saúde e proteção para não desistir dos meus sonhos e sempre realizar o melhor para mim e para quem eu amo.

## RESUMO

O Trabalho de Conclusão de Curso, “O Caminhar do Serviço Social: A participação de profissionais e estudantes na luta por uma visão crítica, possui como objetivo discorrer sobre a história com intuito de verificar a importância dos espaços de discussão presentes no Serviço Social como profissão e curso, analisar possíveis colaborações do movimento estudantil para a profissão e a importância do espaço coletivo para Assistentes Sociais. O método bibliográfico é o utilizado no trabalho e exposições documentais pontuais também ocorrem, para ilustrar a importância de acervos, documentos e registro no ato de conservação da História. Pode-se concluir que os debates, espaços coletivos, diálogos entre estudantes e profissionais, projetos de extensão, lutas e a resistência em diversos períodos históricos no país colaboraram para um olhar crítico de estudantes e Assistentes Sociais.

Palavras-chave: Serviço Social, Estudantes, Profissionais, Crítico, Ditadura Militar.

## **ABSTRACT**

The Course Conclusion Paper, "The Social Service Journey: The participation of professionals and students in the fight for a critical vision, aims to discuss history with the aim of verifying the importance of the discussion spaces present in Social Service as profession and course, analyze possible collaborations between the student movement for the profession and the importance of the collective space for Social Workers. The bibliographic method is used in the work and specific documentary exhibitions also occur, to illustrate the importance of collections, documents and records in the act of conserving History. It can be concluded that debates, collective spaces, dialogues between students and professionals, extension projects, struggles and resistance in different historical periods in the country contributed to a critical view of students and Social Workers.

Keywords: Social Service, Students, Professionals, Critic, Military Dictatorship.

## LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social  
ABESS - Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social  
CA - Centro Acadêmico  
CBAS - Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais  
CBCISS - Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais  
CENEAS - Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais e Pré-Sindicais  
CONUEE - Congresso da União Estadual dos Estudantes  
CONUNE - Congresso Nacional da União Nacional dos Estudantes  
DA - Diretório Acadêmico  
DAPJS - Diretório Acadêmico Padre Jaime Snoek  
DCE - Diretório Central dos Estudantes  
ENESS - Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social  
ENESSO - Executiva Nacional dos Estudantes do Serviço Social  
FSS - Faculdade de Serviço Social  
JK - Juscelino Kubitschek  
JUSS - Jornal Universitário do Serviço Social  
JUC - Juventude Universitária Católica  
ME - Movimento Estudantil  
MESS - Movimento Estudantil do Serviço Social  
UDN - União Democrática Nacional  
UEE - União Estadual dos Estudantes  
UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora  
UNE- União Nacional dos Estudantes  
TCC - Trabalho de Conclusão de Curso  
PDC - Partido Democrata Cristão  
PL - Partido Libertador  
PR - Partido Republicano  
PSD - Partido Social Democrático  
PT- Partido dos trabalhadores  
PTN - Partido Trabalhista Nacional

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>2 A DITADURA MILITAR DE 1964 NO BRASIL</b> .....	<b>16</b>
2.1 A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA NO BRASIL.....	16
2.2 A REPÚBLICA BRASILEIRA: ALGUNS PASSOS DE DEODORO A VARGAS. 21	
2.3 ANTESSALA DO MOVIMENTO MILITAR DE 1964.....	25
2.4 O GOLPE MILITAR: 1964.....	29
2.5 A DITADURA MILITAR: 1964-1985.....	31
<b>3. O SERVIÇO SOCIAL NO PROCESSO HISTÓRICO</b> .....	<b>34</b>
3.1 AS BASES DA CRISE DO SERVIÇO SOCIAL TRADICIONAL NO BRASIL.	35
3.2 A RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL SOB A AUTOCRACIA BURGUESA.. 38	
3.4 O MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO NA AMÉRICA LATINA.....	48
<b>4 O MOVIMENTO ESTUDANTIL DO SERVIÇO SOCIAL EM BUSCA DA FORMAÇÃO DE UMA PROFISSÃO CRÍTICA E DIALÉTICA</b> .....	<b>53</b>
4.1 A PRESENÇA DAS ENTIDADES ESTUDANTIS NO BRASIL.....	53
4. 2 UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES: A UNE.....	57
4.3 MOVIMENTO ESTUDANTIL DO SERVIÇO SOCIAL: O MESS.....	60
<b>4.3.1 O MESS em Juiz de Fora</b> .....	<b>63</b>
<b>5 CONCLUSÃO</b> .....	<b>69</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>72</b>
ANEXO 1- JORNAL DO DCE.....	72
ANEXO 2- CONVOCAÇÃO DA UNE PARA O DAPJS PARTICIPAR DA DIVULGAÇÃO DA EDITORA UNIVERSITÁRIA EM 1963.....	76
ANEXO 3 - ESTATUTO DA ENESSO VERSÃO 2010.....	77
ANEXO 4 - JORNAL UNIVERSITÁRIO DO SERVIÇO SOCIAL (JUSS).....	95
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>99</b>

## INTRODUÇÃO

O trabalho apresentado teve como intuito a proposta de aproximar o conhecimento histórico de como o serviço social brasileiro construiu uma visão crítica da profissão, tendo como pilar a atenção ao Movimento Estudantil.

O Movimento Estudantil é considerado um sujeito presente no contexto político do Brasil, sendo desenvolvido nas últimas décadas do século XX, juntamente com processos de estruturação e mobilização da sociedade civil que foram responsáveis pela origem de vários movimentos sociais, constituindo-se como um meio central para expressão e reivindicações da juventude.

Durante o período de 1964 a 1985, ocorreu a ditadura militar. Após duas décadas de direitos reprimidos, o Brasil passou pelo processo de redemocratização que serviu para aprimorar a compreensão do contexto histórico. Ressalto que a ditadura militar foi um período onde as formas de organização se delinearam, sendo sucedida por um momento de ruptura com o regime autoritário e grande mobilização política, a fim do resgate do direito de expressão.

Este projeto busca, em primeiro lugar, analisar a ditadura militar e os impactos sociais, econômicos e culturais que esse período histórico teve no Brasil. A compreensão de como ocorreu e o porquê ocorreu se faz necessária para entendermos o presente trabalho, já que o recorte proposto compreende o período de 1964 a 1985. Além disso, buscar entender os interesses envolvidos e a correlação de forças durante seu início, meio e fim, para que possamos ter uma análise clara e objetiva do desenvolvimento dos anos da ditadura. Bem como aprofundar o conhecimento sobre o período, recuperando a memória da história do movimento estudantil.

A partir da minha experiência e atuação enquanto militante do movimento estudantil desde 2018 no Diretório Acadêmico Padre Jaime Snoek da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, diretora da União Estadual do Estudantes de Minas Gerais desde 2019, monitora nas matérias de Classes e Movimentos Sociais II com a Professora Maria Lúcia Duriguetto e Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social II com a Professora Carina Berta Moljo, compreendo a importância do recorte do trabalho.

Neste trabalho resgatarei a participação dos estudantes nas lutas contra a autocracia burguesa, já que foram um dos responsáveis, ao lado de outros movimentos sociais pela retomada da democracia no país. Para isso, irei fazer uma

contextualização do movimento estudantil a nível nacional, mas com foco no recorte local, do ME (movimento estudantil) em Juiz de Fora.

Em Minas Gerais, Juiz de Fora é a terceira cidade a levar mais delegados para o Congresso da União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais (CONUEE) em 2019 e responsável por sediar o evento. Entretanto, é necessário lembrar da história da cidade durante o período ditatorial.

Juiz de Fora foi a cidade que abrigou o general Olympio Mourão, responsável por antecipar o golpe ao colocar as tropas mineiras a caminho do Rio de Janeiro para a deposição do presidente João Goulart. Foi na madrugada do dia 31 de março de 1964 que o general decidiu reunir as tropas onde atualmente é o comando da 4ª Brigada de Infantaria, no Bairro Mariano Procópio, em Juiz de Fora, para seguirem para o então estado da Guanabara pelas margens do Rio Paraibuna, na estrada União-Indústria. O objetivo era chegar ao Rio de Janeiro e tirar o presidente João Goulart, o Jango, do poder. Irritado com o discurso do presidente no Automóvel Clube, no Rio de Janeiro, o comandante seguiu viagem porque queria afastar a “ameaça comunista do país”, nas palavras do comandante.

Dessa forma, compreendendo o impacto da repressão imposta pela ditadura militar no Brasil, sendo Juiz de Fora o espaço onde se deu o início desse momento histórico, se faz necessário visualizar o movimento estudantil na cidade e sua organização durante esse período, principalmente nos anos finais, para compreender possíveis relações com o período de ruptura da profissão.

Do ponto de vista metodológico, este trabalho partirá de uma análise bibliográfica com a exposição de alguns documentos históricos que serão apresentados no anexo deste trabalho. Assim, Maria Cecília de Souza Minayo e Antônio Joaquim Severino colocam em suas obras a importância da produção na universidade e o como é essencial para a formação de bons profissionais.

Severino (2013), coloca que a educação superior tem uma tríplice finalidade: profissionalizar, iniciar à prática científica e formar a consciência político-social do estudante. Dessa forma, o Trabalho de Conclusão de Curso na graduação, cumpre essa finalidade, juntamente com outros projetos e atividades que acessamos ao longo da graduação.

Severino (2013) explana que ensinar e prestar serviços à comunidade são tarefas da educação universitária. Assim, já que o TCC é um material de acesso ao público é necessária responsabilidade na construção.

Severino (2013), também coloca que em qualquer das modalidades de perfis de instituição universitária, o ensino, para ter eficácia e qualidade, requer sempre uma pedagogia fundada numa postura investigativa. Sendo assim, o Serviço Social que em sua base possui a postura investigativa como essencial, têm um grande dever em relação à construção de pesquisas científicas.

Severino (2013), coloca que o profissional egresso da Universidade nunca será interpelado pela sociedade como se fosse apenas um técnico: ela espera dele atuação também de um agente político, de um cidadão, de um educador. Tendo em vista que o Movimento Estudantil no Brasil faz parte do objeto de estudo deste trabalho, é significativo trazer essa concepção do autor, já que essa produção que venho apresentar a minha trajetória acadêmica, onde dentro da Universidade passei por um processo educador, como agente político, assim como muitos que estão inseridos na universidade pública, gratuita e de qualidade.

Minayo (2001) coloca que a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, se preocupando nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, a pesquisa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Neste trabalho, teoria e contextualizações históricas serão trazidas, mas de forma limitada pela grandeza dos fatos. Minayo (2001) aponta que nenhuma teoria, por mais bem elaborada que seja, dá conta de explicar todos os fenômenos e processos. Por mais que o investigador separe, recorte determinados aspectos significativos da realidade para trabalhá-los, buscando interconexão sistemática entre eles, irão dar explicações parciais da realidade.

No entanto, Minayo (2001), aponta que essas explicações cumprem funções muito importantes: colaboram para esclarecer melhor o objeto de investigação; ajudam a levantar as questões, o problema, as perguntas e/ou as hipóteses com mais propriedade e permitem maior clareza na organização dos dados.

O Trabalho de Conclusão de Curso encontra-se assim dividido: O primeiro capítulo e esta introdução. Já o segundo capítulo trabalha sobre o período da República no Brasil, que antecede a Ditadura Militar, período central deste trabalho. Assim, tendo em vista a importância da história na decorrência dos fatos ter no segundo capítulo a história da república, possui como objetivo relacionar e

esclarecer acontecimentos dos períodos, analisar rupturas e continuidades na construção do Brasil, da cultura política e da esfera pública. tendo como principais fontes o material bibliográfico e documental já produzido.

Já no terceiro capítulo do presente trabalho, o contexto do regime ditatorial será descrito, juntamente com o caminhar da profissão e debates realizados para mudanças de pensamento da profissão. A apresentação de ideias, espaços de debates, discordâncias ideológicas e a contextualização do momento no qual os fatos ocorreram, ajudará a fomentar a reflexão estimulada nesse Trabalho de Conclusão de curso.

O quarto irá expor a história do movimento estudantil com ênfase no período da ditadura militar, explicitando entidades existentes, seus desafios e contribuições da movimentação dos estudantes. O principal intuito deste capítulo é colocar a importância dos estudantes ao longo da história e a força que a juventude, em específico a universitária, exerce sob a nossa sociedade.

Nas considerações finais as informações dos quatro capítulos serão retomadas, com o intuito de apontar a importância da participação popular e os espaços coletivos para debates gerais e principalmente no Serviço Social. A conclusão do trabalho pontua que os debates entre profissionais e estudantes, a organização profissional e estudantil, assim como a resistência em períodos de opressão, fazem parte do caminhar do Serviço Social, enquanto profissão e curso.

Portanto, finalizo a introdução desse trabalho relatando que o mesmo possui grande responsabilidade com o senso investigativo, construção da pesquisa e a presença de elementos históricos, com intuito de poder trazer mais sobre a construção de profissionais e estudantes no Serviço Social enquanto curso e profissão.

## **2 A DITADURA MILITAR DE 1964 NO BRASIL**

A Ditadura Militar é um momento histórico que abre espaço para diversos debates sobre a política no Brasil. A correlação de forças, divergências entre classe trabalhadora e burguesia era nítida em cada dia da Ditadura Militar. Dessa forma, é um período importante para visualizarmos desafios da profissão e do movimento estudantil.

Neste capítulo servirá para compreendermos melhor o que foi a Ditadura, vamos contextualizar a “Proclamação da República” que antecede o ano de 1964, mas já trás fatores de correlação de forças e instabilidade, presentes também no período central deste trabalho. Com isso, podemos exaltar também, a importância da história e em estudá-la, para relacionarmos períodos e acontecimentos.

A história não se faz sem indivíduos, dessa forma nomes de figuras políticas que ocupavam os espaços públicos durante esse período serão trazidos, para podermos compreender as ações de cada governo e as decorrências à cada classe social.

### **2.1 A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA NO BRASIL**

A República no Brasil foi um período marcante na história do país e apesar de não ser o período histórico central do objeto de estudo deste trabalho, está totalmente conectado com ele. Quando tratamos do caminhar do Serviço Social ao longo da história e a participação dos profissionais e estudantes nessa trajetória, temática do presente trabalho, o pós 64 é o período central para visualizarmos alguns aspectos. No entanto, a história se conecta e a ditadura militar, não foi uma ação isolada no nosso país, mas antecedida de inúmeros acontecimentos que se deram em períodos como da República, por isso é o capítulo que inicia esse trabalho.

Assim, encontra-se apoio no artigo “Elementos para uma análise marxista da instabilidade política no Estado burguês” Gil (2006): As causas fundamentais da instabilidade política devem ser identificadas em dois níveis importantes: 1) no funcionamento da economia no modo de produção capitalista (estrutura econômica), o qual tem um caráter contraditório e instável e que provoca efeitos no âmbito do aparelho de Estado; 2) no funcionamento do Estado (estrutura jurídico-política), o qual também tem um caráter contraditório e gerador potencial de

instabilidade político-institucional (Gil, 2006, p. 1).

Refletindo sobre o ponto levantado, apareceu a preocupação de que o golpe Militar de 1964 não foi um gesto único ou isolado das Forças Armadas Brasileiras, existentes naqueles dias, incentivadas pelas ocorrências de um momento próximo, mas consequência de preocupações presentes em cada governo desde – e até antes – do Brasil se tornar uma República Federativa. Conhecer a caminhada dos governos pareceu a oportunidade de compreender o que se passava na sociedade capitalista e em desenvolvimento sócio econômico.

Netto (2014) refere-se à chegada da instituição republicana no Brasil como, além de tardia, marcada desde o início pela instabilidade. De fato, o Brasil foi o último país, nas Américas, a se desfazer da realeza no governo. A marca da instabilidade do sistema está no fato, por exemplo, de os presidentes eleitos dificilmente vencerem o tempo de governança proposto em lei e, quando o conseguem, enfrentam, na maior parte das vezes, diferentes formas de tentativas de deposição, de usurpação do poder.

Rezzutti (2019) descreve os momentos finais do regime imperial como uma movimentação tumultuada de um grupo político quase sem a certeza do acerto na decisão de 'proclamar a República'. De fato, setores sociais e administrativos, entre eles o próprio Imperador, consideravam o país numa encruzilhada política, tendendo ao regime republicano, mas as forças pareciam equilibradas pouco antes do desfecho da conspiração militar, que resultou no golpe que estabeleceu a República.

Segundo Rezzutti (2019), nove de novembro do ano de 1889, enquanto a corte valsava entre os quatro mil e quinhentos convidados para o baile da Ilha Fiscal, oferecido pelo Presidente do Conselho de Ministros em honra a oficiais chilenos em visita ao Brasil, estavam na Assembleia Geral do Clube Militar cento e dezesseis militares reunidos em conspiração contra o império de Dom Pedro II. Aqueles militares decidiam sobre o próprio futuro, golpeando o império e optando pela República. Dois dias depois da reunião no Clube, novo encontro aconteceria para reafirmar os propósitos do golpe e, também, envolver partidários de setores não militares. Assim:

No dia 11, na casa do Marechal Deodoro<sup>1</sup> [...] uma comissão se reuniu para

---

<sup>1</sup> Marechal Manuel Deodoro da Fonseca foi um militar e político brasileiro, primeiro presidente do Brasil e uma das figuras centrais da Proclamação da República no país.

conversar sobre os próximos passos. Lá se encontravam [...]. Também Rui Barbosa<sup>2</sup> compareceu e, posteriormente, alegou não saber qual o assunto que queriam tratar com ele, surpreendendo-se, ao encontrar na casa do marechal um grupo discutindo sobre a implantação da República e os cargos que cada um teria no novo governo. Se de fato ocorreu dessa maneira, nada fez o conselheiro para avisar o governo da revolta iminente do Exército (Rezzutti, 2019, p. 424).

Rezzutti (2019) destaca a indecisão do Marechal Manuel Deodoro da Fonseca quanto a dar o golpe no regime monárquico e o incentivo de Benjamin Constant<sup>3</sup> como uma conveniência, pois a amizade com o Imperador o fazia mudar de posição a cada momento. Era amigo do imperador e preferia acompanhar o caixão do Imperador, a quem respeitava, do que derrubar o governo, mas discutia sobre ser presidente ou Ministro da Guerra no regime que planejavam. Em certo momento, ainda inseguro quanto à sua atuação, num gesto como que lavando as mãos decidiu: “Ele [o Imperador] assim o quer, façamos a República. Benjamin e eu cuidaremos da ação militar, o Sr. Quintino e seus amigos organizem o resto” (Rezzutti, 2019, p.424). E os passos finais para o golpe iam se definindo: o dia fatal para a monarquia seria 20 de novembro, marcado para a abertura do novo Parlamento com a Fala do Trono pelo imperador, nessa oportunidade os conspiradores rebelariam as tropas, cercariam o Senado, prenderiam a família imperial e os ministros presentes.

Schwarcz (1998) destaca que antes da data marcada, notícias falsas sobre prisões e represálias a Deodoro correram no meio da população e houve preocupação com o resultado do processo pela simpatia popular que havia ao imperador. Acelerando as ações, a 15 de novembro o Brasil se tornou uma República.

Rezzutti (2019) refere-se à agenda de Dom Pedro II após o baile na Ilha Fiscal: enquanto os militares tramaram o golpe que acabaria com o sua atividade de chefe de governo na função moderadora do processo, sem ser oficialmente prevenido por algum conselheiro, sem acreditar em evidências refletidas no meio social e meias palavras a seu redor, o Imperador foi para Petrópolis pretendendo descer ao Rio de Janeiro para cumprir compromissos regulares, retornando sempre

---

<sup>2</sup> Ruy Barbosa de Oliveira foi um polímata brasileiro, tendo se destacado principalmente como jurista, advogado, político, diplomata, escritor, filólogo, jornalista, tradutor e orador.

<sup>3</sup> Benjamin Constant Botelho de Magalhães foi um militar, engenheiro, professor e político brasileiro. Formado pelo Colégio de São Bento e, posteriormente, pela Escola Militar em engenharia, participou da Guerra do Paraguai como engenheiro civil e militar.

à sua cidade menos quente, menos poluída e menos informada. Justamente pela pouca informação, o dia 15 de novembro amanheceu calmo para o imperador.

Na verdade, nem tão poucas eram as informações. Na madrugada, já houvera um telegrama do Ministro Ouro Preto:

Senhor, esta noite o 1º e o 9º Regimento de Cavalaria e o 2º Batalhão de Artilharia, a pretexto de que iam ser atacados pela Guarda Negra, e ter preso o Marechal Deodoro, armaram-se e mandaram prevenir o chefe do Quartel General de que viriam desagrar aquele marechal. [...] (Rezzutti, 2029, p. 426) .

Mas, segundo Schwarcz (1998), Dom Pedro acreditava numa visita do Marechal Deodoro. Na verdade, o Marechal não se dispunha a encontrar com o Imperador. No segundo telegrama, com o Ministro informando a demissão do Gabinete cercado pelas tropas de Deodoro no Quartel General do Exército, Dom Pedro deu ordens para que preparassem o coche e o trem para que a família real descesse ao Rio de Janeiro.

Tendo em vista a ausência de ação dos militares responsáveis pela defesa do Ministério, que representava o governo imperial, o Visconde de Ouro Preto renunciou ao cargo.

Senhor, o ministério sitiado no Quartel General de Guerra, [...] tendo mais de uma vez [...] ordenado que se empregasse a resistência à intimação armada do Marechal Deodoro para pedir sua exoneração, diante da declaração feita pelos generais Visconde de Maracujá, Floriano Peixoto<sup>4</sup>, Barão do Rio Apa, que por não contarem com a força reunida, não há possibilidade de resistir com eficácia, depõe nas augustas mãos de vossa majestade o seu pedido de demissão. A tropa acaba de confraternizar com o Marechal Deodoro abrindo-lhe as portas do Quartel (Rezzutti, 2029, p. 428).

Os historiadores Calmon (1975) e Rezzutti (2019) consideram que a parte que cabia a Deodoro estava ligada à deposição do ministério, o desligamento político ou a queda do império. Esta parte aconteceu com as tropas abrindo-lhe as portas do quartel e aderindo à deposição que o marechal anunciava ao Visconde de Ouro Preto. Após cumprir sua tarefa, o marechal percorreu o centro da cidade do Rio de Janeiro à frente das tropas e, com certo número de civis observando e procurando compreender o que ocorria, seguiu em direção ao Arsenal para comunicar os acontecimentos ao almirante Wandenkolk, que considerou o golpe contra o império consumado com a queda do gabinete. Assim, as tropas se recolheram aos quartéis, Deodoro à sua casa, pois se sentia muito doente. O povo

---

<sup>4</sup>Marechal Floriano Vieira Peixoto conhecido como o “Marechal de Ferro”, foi militar e o segundo Presidente da República do Brasil, responsável pela consolidação do regime republicano. Junto a Deodoro da Fonseca, pertenceu ao período chamado de “República da Espada” (1889 a 1894), posto que os dois primeiros presidentes eram militares.

continuou “bestializado”, alheio ao que ocorria. Na verdade, “O golpe era militar e puramente corporativista. A honra militar contou mais que qualquer ideologia política até aquele momento” (Rezzutti, 2019, p. 419).

Rezzutti (2019) demonstra que, se no próprio Rio de Janeiro quase ninguém sabia o que estava preparado, para o exterior a notícia corria. O jornal *O País*, na tarde de 15 de novembro, telegrafou para a Europa:

Rio, 15 de novembro. O povo, o exército e a armada vão instalar um governo provisório que consultará a Nação sobre a convocação de uma Constituinte. Erguem-se aclamações gerais à República (Rezzutti, 2019, p. 437).

Rezzutti (2019) destaca que a referência a uma Constituinte, como forma de determinar a opção da população no sistema de governo, também foi feita por Benjamin Constant a José do Patrocínio, mas no calor daquele dia, no gabinete provisório de Deodoro reunido no Instituto dos cegos, o Decreto nº1, que seria enviado à casa de Deodoro para ser assinado, foi escrito por Rui Barbosa determinando a modalidade do governo em instalação.

De uma penada só Rui transformou o Brasil em República e a ideia de federação, que rondava a nação, provocando sucessivas crises desde 1831, tornou-se realidade. o nome oficial do país, espelhando-se na América do Norte, passou a ser República dos Estados Unidos do Brasil (Rezzutti, 2019, p. 437). DECRETO Nº 1, DE 15 DE NOVEMBRO DE 1889

Proclama provisoriamente e decreta como forma de governo da Nação Brasileira a Republica Federativa, e estabelece as normas pelas quaes se devem reger os Estados Federaes.

O Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Art. 1º. Fica proclamada provisoriamente e decretada como a forma de governo da nação brasileira - a República Federativa.

Schwarcz (1998) descreve o que acontecia com a família imperial: ninguém entendia a atitude de Patrocínio e de Deodoro, o imperador não acreditava na participação, principalmente, de Deodoro, e perguntou por isso. Na sua visão o resultado daquela revolução era incerto. Ao lhe ser entregue o comunicado do banimento da família imperial, o constrangimento do portador do documento era patente. Afinal, a pessoa do imperador se impunha. Um sinal do ‘tom titubeante do movimento’ e a insegurança entre as partes envolvidas com o golpe apareceu na atitude dos diretamente envolvidos com a formalização do novo regime: em lugar de enviarem uma delegação de alta patente para levar o documento com a participação da destituição do Ministério, do próprio imperador e banimento da família do solo brasileiro confiaram a missão ao major Frederico Solon Sampaio

Ribeiro, que, bastante constrangido chamou por duas vezes Dom Pedro de 'Vossa Majestade'. Com isso, Dom Pedro se dispôs a partir para a Europa, deixando que a república lutasse com suas dificuldades e, na instabilidade de cada momento, perdesse muitas esperanças.

Portanto, podemos ver que a instabilidade política se fez presente durante todo o período citado acima, essa característica é primordial para conseguirmos relacionar os fatos históricos com o caminhar da profissão. A História possui como um dos objetivos traçar a ação humana em tempo e espaço, sendo um dos objetivos desse trabalho também, finalizamos esse ponto.

## 2.2 A REPÚBLICA BRASILEIRA: ALGUNS PASSOS DE DEODORO A VARGAS

As figuras públicas também são muito importantes para termos uma visão do tempo e espaço como citado no ponto anterior. A República é um período na história do Brasil que possui indivíduos em funções de liderança muito características e determinantes para algumas conclusões. Por isso, esse segundo ponto do primeiro capítulo possui como intuito a menção de alguns passos desses indivíduos, trazendo os governos de Marechal Manuel Deodoro da Fonseca a Getúlio Dornelles Vargas.

Segundo Araújo (2009), a primeira Constituição da República, confirmando Deodoro<sup>3</sup> como chefe de governo e regulando o feitio e a forma de atuação desse governo, foi elaborada por Rui Barbosa e Prudente de Moraes e promulgada em 24 de fevereiro de 1891. O processo teve na base a análise das atitudes de Deodoro como capazes de promoverem uma semi ditadura. De fato, logo depois da partida do imperador e seus familiares aconteceram prisões e o exílio de personalidades ligadas à monarquia. Parte da imprensa foi calada e eliminados a Câmara, o Senado e o Conselho de Estado.

Araújo (2009) destaca que com a eliminação da Câmara, do Senado e do Conselho de Estado por Deodoro, implantou-se o período que ficou conhecido como a Ditadura das Espadas. A designação tem apoio no nepotismo marcante do governo Deodoro, atitude que levou o Marechal a renunciar ao cargo sendo substituído pelo vice-presidente, outro marechal, Floriano Peixoto, conhecido como Marechal de Ferro<sup>5</sup>, pela força aplicada para sufocar revoltas nos estados e

---

<sup>5</sup>Marechal de Ferro Rezzutti (2019) refere-se à violência do Marechal Floriano e narra a previsão do fato quando junto ao Visconde de Ouro Preto não atuava na defesa do império.

reforçar o poder presidencial.

Rezzutti (2019) referiu-se ao caráter violento do marechal Floriano Peixoto, narrando o fato ocorrido quando o Visconde de Ouro Preto pedia ação decisiva contra peças de artilharia dos revoltosos apontadas para o quartel onde estavam. Na ocasião, o Visconde lembrava aos militares que no Paraguai o Exército havia tomado posições mais sérias do que aquela ali presente. Floriano disse de pronto ao ministro: “Sim, mas lá tínhamos em frente inimigos, e aqui somos todos brasileiros”. Comparando a posição do marechal naquela ocasião e sua atuação quando presidente da República, o historiador afirma: “O alagoano mudaria de ideia anos depois. Ao ocupar a presidência daria enfrentamento sangrento à Armada e a outros levantes contra o seu governo e a República” (Rezzutti, 2019, p. 428). E frente a frente eram todos brasileiros.

Araújo (2009) destaca que diante da violência do governo inicial da república, da pouca ou nenhuma participação civil das decisões governamentais, a República da Espada não conseguiu fazer sucessor à presidente para o período de 15 de novembro de 1894 a 15 de novembro de 1898, primeira eleição direta e de um candidato civil. Então, naquela oportunidade, Prudente de Moraes foi eleito pelo Partido Republicano Paulista.

Nessas condições, termina a primeira parte da República Velha: a república da Espada e começa sua segunda parte: a República Oligárquica, o mesmo que governo de poucos, mas trazendo civis e distanciando militares. Para Araújo (2009), Prudente de Moraes<sup>6</sup> trabalhou no sentido de organizar a república, mas foi um governo violento e autoritário. Ameaçado na sua estabilidade, procurou eliminar a oposição prendendo parlamentares e, ainda que mantendo a constitucionalidade, subjuguou o Congresso e procurou sufocar os movimentos do parlamento com a desculpa de que o regime era presidencialista. Assim, o poder permanecia nas mãos de um único governante, foi assim com Prudente, foi assim com Campos Salles <sup>7</sup>(1898-1902) que veio a seguir. A certeza do poder se manifesta na atitude de fazer o reconhecimento de mandatos com os parlamentares.

Para manter o controle de toda a situação e assegurar a maioria no Congresso seriam “degolados” os parlamentares, que provenientes de

---

<sup>6</sup>Prudente José de Moraes Barros foi um advogado e político brasileiro. Foi presidente do estado de São Paulo, senador, presidente da Assembleia Nacional Constituinte de 1891 e terceiro presidente do Brasil, tendo sido o primeiro civil a assumir o cargo e o primeiro presidente por eleição direta.

<sup>7</sup>Manoel Ferraz de Campos Salles foi um advogado e político brasileiro, terceiro presidente do estado de São Paulo, de 1896 a 1897 e o quarto presidente da República, entre 1898 e 1902.

algun distrito que deveria ser do governo, não merecessem a confiança do mesmo. Isso significaria que as oposições nos estados, sem resistências municipais, haveria de ser esmagada pelo grande acórdão do governo central, que formara a invencível coligação do Governo Federal com os governos Estaduais. Assim sendo, no ano de 1900, [com Campos Sales] 74 mandatos de deputados não foram reconhecidos (Araújo, 2009, p. 8).

Araújo (2009) vale-se do termo “efetiva troca de favores” para qualificar a facilidade da relação de concordância entre os estados e o governante em exercício, além de promover somente as ações que interessavam ao governo, a oposição por esse tempo, era impedida de atuar como tal no Congresso. A permanência dessa forma de governar manteve o poder no binômio do “Café com Leite”<sup>8</sup>, ou seja, atuar pela alternância da presidência da república entre São Paulo (o café) e Minas Gerais (o leite). Ainda que o candidato não fosse originalmente destes estados estaria apoiado por eles. É desse tempo a ideia do ‘*curral eleitoral*’, o que significava eleitores sob os cuidados de uma oligarquia estadual, presos ou ligados aos interesses particulares de um “coronel” da região.

Ângelo (2023) ilustra a formação da política do café-com-leite descrevendo a composição do governo no período:

O Brasil elegeu 11 presidentes da República, sendo 6 paulistas - incluindo Prudente de Moraes e Campos Salles - e 3 mineiros. Dois vice-presidentes assumiram o posto do titular ao longo desse período: o fluminense Nilo Peçanha<sup>9</sup>, no lugar de Afonso Pena<sup>10</sup>, falecido em 1909; e o mineiro Delfim Moreira<sup>11</sup>, substituindo o paulista Rodrigues Alves<sup>12</sup>, morto em 1918 [...] (Ângelo, 2023, sp).

Conforme Araújo (2009), para o período de 1910 a 1914 foi eleito o Marechal Hermes da Fonseca<sup>13</sup>, que já havia sido ministro da guerra do governo de Afonso

---

<sup>8</sup>“Formalmente, a política do café-com-leite teve início em 1898, no governo do paulista Manuel Ferraz de Campos Salles, e encerrou-se em 1930, com a chegada de Getúlio Vargas ao poder [...]” (ÂNGELO, 2023, sp).

<sup>9</sup>Nilo Procópio Peçanha foi um político brasileiro. Assumiu a Presidência da República após o falecimento de Afonso Pena, em 14 de junho de 1909 e governou até 15 de novembro de 1910. Nilo Peçanha é patrono da educação profissional e tecnológica no Brasil.

<sup>10</sup>Afonso Augusto Moreira Pena foi um advogado e político brasileiro. Foi o sexto presidente da República, de 1906 até sua morte. Iniciou sua carreira política durante o Império, exercendo vários cargos, incluindo de presidente de Minas Gerais, legislador, presidente do Banco da República e ministro de Estado.

<sup>11</sup>Delfim Moreira da Costa Ribeiro foi um advogado e político brasileiro, servindo como o 8.º vice-presidente do Brasil, de sua posse em 15 de novembro de 1918 até sua morte em 1 de julho de 1920. Nesse período, entre 15 de novembro de 1918 e 28 de julho de 1919, foi o 10.º presidente do Brasil.

<sup>12</sup>Francisco de Paula Rodrigues Alves Francisco de Paula Rodrigues Alves foi um advogado e político brasileiro, conselheiro do Império, presidente da província de São Paulo, presidente do estado de São Paulo, ministro da fazenda e quinto presidente do Brasil

<sup>13</sup>Hermes Rodrigues da Fonseca popularmente conhecido como Marechal Hermes da Fonseca destacou-se no meio militar por conta da modernização das forças armadas. Assim, tornou-se o candidato dos militares para a sucessão presidencial da República. A candidatura militar aglutinou a

Pena. Neste período, ele se interessou por reformar as forças armadas com todo o apoio do ministro. Após o governo de vários civis, a república voltava ao governo de um militar.

Segundo Rodrigues (2016), o novo presidente estava preocupado em manter a adesão das oligarquias. Para assegurar a continuidade da participação, o presidente lançou a “política das salvações” com o objetivo de salvaguardar as instituições republicanas e de imediato passou a depor nos estados as oligarquias, nomeando em seu lugar interventores, na maioria militares ligados ao governo. Essa medida criou uma insatisfação geral trazendo grande instabilidade ao governo e aos estados. Contudo, as oligarquias de São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, bastante fortes, permaneceram.

Rodrigues (2016) levanta dois movimentos que Hermes da Fonseca teve que enfrentar: logo no início do governo, a Revolta da Chibata e a seguir a Guerra do Contestado. Apesar das dificuldades enfrentadas, o Marechal foi até o fim de seu governo e o transmitiu a Venceslau Brás que governou no período de 1914-1918. Três presidentes da proposta café com leite e fim da República Velha na sua fase oligárquica, Venceslau Brás, Delfim Moreira (1918-1919/ 1919-1920) e Epitácio Pessoa<sup>14</sup> (1919-1922) tiveram que lidar com o problema de saúde coletiva em presença da gripe espanhola que estava ativa no Brasil. Após o período de Epitácio Pessoa, que teve o governo marcado por revoltas militares, ainda se elegeram Artur da Silva Bernardes (1922-1926), Washington Luis Pereira de Sousa (1926-1930) e Júlio Prestes de Albuquerque que não assumiu o governo, derrubado pela revolução de 1930, encerrando a República Velha, deixando o governo com Getúlio Vargas que teve um longo e variado poder: Governo Constitucional ou Presidencial (1934-1937) e a ditadura do Estado Novo de 1937 até 1945 quando foi afastado por 5 anos retornando eleito e permanecendo de 1950 a 1954 quando, vivendo a iminência de mais um golpe, optou por se suicidar.

Portanto, as ocorrências da história e as ações dos indivíduos que estão inseridos em cargos de lideranças podem e têm um grande impacto sobre as ações coletivas da sociedade, já que por estarem em posição de referência

---

maioria das oligarquias estaduais e o governo federal. Em oposição, o jurista Rui Barbosa lançou-se candidato e promoveu a “campanha civilista”, divergindo da possibilidade de ascensão de militares à presidência nacional. Hermes da Fonseca obteve maioria dos votos. Ambos os candidatos acusaram o opositor de fraude no pleito eleitoral” (RODRIGUES, 2016, sp).

<sup>14</sup>Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa magistrado, diplomata, professor universitário, jurista e político brasileiro, filiado ao Partido Republicano Mineiro. Foi Presidente da República entre os anos de 1919 a 1922.

acabam sendo influência para parcela da população. A questão é que a correlação de forças e interesses diversos entre grupos diferentes, podem influenciar na história, por isso a existência desse ponto.

### 2.3 ANTESSALA DO MOVIMENTO MILITAR DE 1964

O terceiro ponto deste capítulo possui o seu título a palavra “Antessala”, que se refere a episódios anteriores ao golpe militar de 1964. Assim como todo o capítulo 2, o ponto 2.3 possui o intuito de tecer uma reflexão sobre a história do nosso país, como ponto de apoio da argumentação referente a conexão dos fatos e acontecimentos. Por isso, será um ponto crucial para a compreensão do cenário pré Ditadura Militar(1964-1985).

Netto (2014) refere-se à posse de Juscelino Kubitschek de Oliveira, JK, eleito em 1955, exposta a ameaças de grupos conservadores, apoiados pelo exército, que só não teve sucesso pela ação do General Lott. Ao longo de seu mandato, duas ameaças de golpes militares aconteceram: a revolta de Jacareacanga (1956) e a de Aragarças (1959).

Netto (2014) descreve JK como reformista e conservador, hábil no compromisso e na conciliação governou respeitando a Constituição de 1946, não se preocupou com reprimir movimentos operários ou sindicais, permitiu que os comunistas se organizassem em busca da legalidade, não promoveu represálias e nem perseguiu os opositores.

Nolli (2010) descreve a caminhada de JK de forma a se perceber a vocação para uma carreira política:

Na juventude ingressou no curso de medicina em Belo Horizonte e foi lá, depois de conhecer sua futura esposa, que possuía vários parentes na política, que JK iniciou sua carreira política. Primeiro foi deputado federal pelo Partido Progressista de Minas Gerais (PP) entre 1934 e 1937; depois, prefeito de Belo Horizonte em 1940; em 1946 foi eleito deputado federal, agora pelo Partido Social Democrático (PSD), no qual JK participou ativamente dos trabalhos de sua criação e no qual permaneceu até 1965; em 1951 foi eleito governador de Minas Gerais; em 1956 foi eleito presidente do Brasil (Nolli, 2010, p. 1).

Segundo Nolli (2010), a vida de JK estava voltada para a política, o seu otimismo, sua compreensão do atraso do país e o seu desejo de desenvolvimento estavam voltados para estradas, hidrelétricas e siderúrgicas. Energia e transporte estavam no programa de governador de Minas e de presidente do Brasil. Ao assumir o governo, JK encontrou um contexto político pronto para o processo de

planejamento. Então, adotar um trabalho com base em Planos de Metas com a finalidade de melhorar a infraestrutura apresentava-se como possibilidade de desenvolvimento. A origem dessa forma de planejar e desenvolver ações de governo nasceu do trabalho e dos estudos realizados no campo da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDS) e seduziu JK tornando-se a base de apoio do nacionalismo desenvolvimentista pretendido em sua proposta de “50 anos em 5”;

Assim, o Programa de Metas era composto de 30 metas e mais a meta síntese (Brasília) e englobava cinco setores: energia, transporte, indústria de base, alimentação e educação. Os setores de energia e de transporte tinham prioridade. A energia ficou com 43,3% do investimento total inicialmente planejado e os transportes com 29,6% (Nolli, 2010, p 11).

Nolli (2010) destaca que os resultados positivos conseguidos pelo Programa de Metas adotado pelo governo de JK foi altamente produtivo, superando o projetado “[...] e podem ser comparados favoravelmente com o desempenho dos países da América Latina e até com o dos países industrializados [...]” (Nolli, 2010, p. 11). Apesar do sucesso de seu governo, não conseguiu eleger seu sucessor, o Marechal Henrique Lott, mas não teve restrições em reconhecer a vitória de Jânio Quadros.

Netto (2014) apresenta Jânio da Silva Quadros, mato-grossense, como um político experiente, com a carreira iniciada em 1947, como suplente de vereador do Partido Democrata Cristão (PDC), na cidade de São Paulo. A sua chegada à vereança aconteceu quando o marechal Eurico Gaspar Dutra, presidente da República entre 1946-1951, passou a perseguir o comunismo e o movimento sindical e popular, cassado, em 1948, pelos políticos eleitos pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). O gesto de Dutra determinou a clandestinidade do PCB e seus seguidores.

Netto (2014) descreve a carreira de Jânio Quadros como político sempre eleito deputado estadual em 1950, deixou o cargo em 1953, para se candidatar e se eleger prefeito de São Paulo de 1953 a 1955. Eleito governador, ocupou o Executivo estadual paulista entre 1955 e 1959 e, se elegendo em 1960 como deputado federal pelo Paraná, ficou por pouco tempo por priorizar a candidatura à presidência da República apoiado por um grande leque de partidos, dos quais o principal era a União Democrática Nacional (UDN)<sup>15</sup>.

---

<sup>15</sup> Partidos que apoiaram Jânio: PTN-PDC-UDN-PR-PL

Segundo Netto (2014), ao se eleger Presidente da República do Brasil, Jânio Quadros contou com o apoio de vários partidos e também com a aprovação da população. A imagem da “vassoura” pronta a varrer a corrupção característica da política brasileira foi uma força poderosa. Mesmo vencendo facilmente a eleição para Presidente do Brasil para o período de 1961 a 1965, não foi possível eleger o vice de sua chapa<sup>16</sup>. O vencedor nesse caso foi João Goulart (Jango), do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), rico pecuarista que chegou à política pelas mãos de Vargas. Suas ideias eram muito diferentes das de Jânio, pois fora ministro do Trabalho em 1953-1954 de Vargas e trazia a proposta de dar continuidade aos projetos iniciados, mantendo o compromisso com as classes trabalhadoras. Considerando, entretanto, o apoio partidário e da população ao presidente, carecia de mudanças e realizações presentes nas expectativas dos eleitores.

Jânio Quadros conduziu uma campanha política à sua própria feição, claramente demagógica: uma linguagem arrevesada, uma gestualidade teatralizada, uma imagem intencionalmente popularesca e uma retórica moralista (pôs-se como tarefa o “combate à corrupção”, a ser “varrida” — donde o símbolo da sua candidatura, uma vassoura) que não explicitava nenhum programa determinado de governo. Com o apoio dos conservadores e da chamada “grande imprensa”, logo empolgou boa parte do eleitorado [...] (Netto, 2014, p. 28)

Netto (2014) observa que a vitória de Jânio Quadros foi esmagadora, por isso o espanto, o assombro de todo o país foi grande quando, tendo governado de 31 de janeiro a 25 de agosto de 1961, sete meses, renunciou ao governo. Das ações importantes, destacam-se duas: A primeira a ser citada refere-se à política externa independente que excluía a obediência aos ditames norte americano. Justamente pela adesão a essa forma política, Jânio pode condecorar Che Guevara, argentino, líder na Revolução Cubana. Esse gesto irritou os conservadores que desenvolviam uma movimentação anticomunista. A segunda posição a ser citada refere-se à política interna que adotou uma orientação macroeconômica responsável pela redução do crescimento econômico. A estrutura cambial ficou submetida a mecanismos de mercado. Com essa medida o governo pretendia recuperar a atenção <sup>17</sup>do Fundo Monetário Internacional (FMI) e ganhar a confiança dos credores internacionais. Estas duas medidas, orientadoras de uma

---

<sup>16</sup>A eleição para Presidente e Vice Presidente do Brasil, por aquele tempo não estavam vinculadas, eram independentes. A mudança ocorreu com a Instituição do Código eleitoral. Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965. “Art. 91. O registro de candidatos a presidente e vice-presidente, governador e vice-governador, ou prefeito e vice-prefeito, far-se-á sempre em chapa única e indivisível, ainda que resulte a indicação de aliança de partidos”.

<sup>17</sup>JK havia rompido com FMI, ficando o Brasil sem os seus favores desde 1959 (NETTO, 2014, p. 29).

forma de governo não contaram com a adesão popular, pois não diminuían a inflação e atingiam a economia dos assalariados. Nessa ocasião, a UDN, influenciada por Carlos Lacerda, começou a se afastar do governo, sobretudo pela política externa.

Para Netto (2014), a renúncia de Jânio não foi produto de um repente, antes foi um gesto bem planejado, tomando por base a percepção das forças conservadoras sobre a conveniência de se reagruparem e as massas, a seu favor, apelariam por sua volta. Nesse caso ele voltaria sendo mais aceito, com mais força e poder para atuar com mais liberdade e agir conforme seu desejo de ter um governo forte, com “mão de ferro”. A ausência da Jango, em viagem à China, favorecia suas propostas de retorno. Mas a previsão de Jânio falhou e a sua renúncia foi bem depressa aceita por todos os setores, portanto consumada. Logo, os partidos de oposição exigiam que o vice- presidente assumisse o governo, conforme a Constituição. As forças conservadoras estavam mais fortes e conseguiram que tal não acontecesse:

Contra o respeito à ordem democrática, posicionaram se as forças conservadoras e reacionárias, em especial a cúpula militar de que se cercara Jânio Quadros (seus ministros da Guerra, marechal Odílio Denis, da Aeronáutica, brigadeiro Grün Moss, da Marinha, almirante Sílvio Heck e seu chefe da Casa Militar, general Orlando Geisel — todos conspiradores que participarão do golpe do 1o de abril de 1964). Este grupo aceitou o fato consumado da renúncia de Jânio Quadros, mas, violando as normas constitucionais, vetou a posse de Jango — e reconheceu como chefe do executivo federal o deputado Ranieri Mazzili, conservador que então presidia a Câmara dos Deputados (Netto, 2014, p. 30).

Netto (2014) reafirma que a atitude contra a ordem democrática naquela ocasião significava o desenrolar de um “golpe branco”<sup>18</sup>. Percebida a intenção, o movimento foi rejeitado pela população e dividiu as forças armadas criando uma situação de oposição que obrigou o núcleo golpista a recuar e negociar com os políticos cujo líder político foi o deputado Tancredo Neves, do PSD mineiro. A negociação resultou na mudança de modalidade de regime de governo: Jango tomaria posse, mas o Brasil de presidencialista passaria a parlamentarista. Para legalizar a situação a Constituição recebeu uma emenda prevendo um plebiscito sobre a continuidade do regime em 1965. Regressando ao país, Jango toma posse

---

<sup>18</sup>“A derrubada de um governo pode ocorrer sem o uso da violência, apresentando um falso aspecto de legalidade. Nesses casos, damos o nome de “Golpe Branco”. O Golpe Branco trata-se de uma trama que, igualmente, tem por objetivo derrubar um governante ou manter-se no poder por meio do uso parcial da legislação, sendo dada uma aparência de legalidade e respeito à Constituição” (BODART, 2016, p 1).

a 7 de setembro de 1961, enfrentando a consequência desse “golpe branco”: poder reduzido e governo com um Congresso Nacional conservador.

Netto (2014) descreve que a situação organizada por esse golpe não durou, foi, na realidade, um “ensaio geral” do golpe que ocorreria em 1964, pois “já indicava que a conspiração antidemocrática que vinha desde a década anterior avançava nas sombras”. O parlamentarismo durou dezesseis meses e um plebiscito em janeiro de 1963 restaurou o regime presidencialista, demonstrando apoio popular a Jango, que iniciava o seu período presidencial, em condições políticas muito difíceis. “E logo seu governo haveria de ser caracterizado como populista<sup>19</sup>” (Netto, 2014 p. 31).

Portanto, as transições entre os governos de parlamentarismo a regime presidencialista, mostra novamente a instabilidade e divisão de pensamentos nos espaços de poder do Brasil, a sociedade refletia essa divisão e a correlação de forças possuía diversos setores: militares, igrejas, professores, estudantes e entre outros, caracterizando a classe trabalhadora e a burguesia.

#### 2.4 O GOLPE MILITAR: 1964

Assim, o golpe militar foi oriundo da correlação de forças, da divergência de ideias entre setores da sociedade e interesses diversos entre a classe trabalhadora e a burguesia. No entanto, citando um ditado popular “a corda sempre arrebenta para o lado mais fraco”, quando cito “mais fraco”, não me refiro ao lado com menos pessoas, mas com menos poder e menos instrumentos materiais .

Segundo Netto (2014), Jango entrou o ano de 1964 com “um giro à esquerda” (p.62). Essa expressão é a descrição de sua decisão e seu movimento no sentido de identificar seu governo com as demandas das reformas de base que eram seu projeto reformista. As reformas de base eram propostas por diversos setores como os movimentos organizados de trabalhadores, as ligas camponesas, a UNE, a esquerda parlamentar (Brizola) e extraparlamentar (PCB). A atitude do presidente conseguiu polarizar intensamente a ideologia entre esquerda/direita. A direita, por dispor dos meios de comunicação, não teve dificuldade em “identificar o

---

<sup>19</sup>O termo populismo foi originalmente empregado na Rússia do fim do século XIX para designar uma corrente de revolucionários sociais que lutavam contra a autocracia czarista. No século XX, foi utilizado para caracterizar fenômenos sociopolíticos na Europa Central e também no interior dos Estados Unidos (Netto, 2014, p. 31).

governo com o que chamou de ‘processo de comunização<sup>20</sup> do Brasil’.

A retórica moralista da direita (que caracterizava o governo como corrupto) acompanhou-se de uma pretensa defesa da “democracia” frente ao perigo “vermelho” que estaria ameaçando “subverter” a sociedade brasileira e seus “valores cristãos e ocidentais (que, naturalmente, incluíam, além da religião e da família, a santíssima propriedade privada)” (Netto, 2014, p. 62).

Netto (2014) destaca que enquanto Jango “girava à esquerda”, civis e militares conspiravam, preparando-se para a derrubada de seu governo. Esperando uma forte reação política e popular, até mesmo uma guerra civil a favor do presidente. Os governadores Magalhães Pinto (MG) e Ademar de Barros (SP), com o conhecimento e participação de militares e empresários, acumulavam arsenal e preparavam as polícias militares estaduais, também, os Estados Unidos estavam prontos a reconhecerem o governo golpista e, em relação à necessidade de um reforço militar, o apoio estava preparado. Então, “o golpismo saiu das sombras para manipular a opinião pública” (p. 63). Carlos Lacerda<sup>21</sup> manipulou com sucesso essa parte. As greves se multiplicavam em todas as categorias de trabalhadores urbanos e rurais. E a não repressão por parte do governo foi apresentada à opinião pública como prova de que o governo tornava-se comunista e com ele todos os setores ou cidadãos ligados às reformas de base<sup>22</sup>.

Netto (2014) aborda o fato de que Jango foi aconselhado a, por prudência, afastar-se dos segmentos mais atuantes como, por exemplo, dos sindicatos. O presidente negou-se a tal atitude e até se voltou para medidas mais radicais como a reforma agrária. Também, aceitou o convite dos sindicatos e participou de um comício na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, a 13 de março de 1964, quando diante de duzentos mil participantes passou à ofensiva: criticou a democracia política em curso; destacou a necessidade de uma revisão constitucional em prol das minorias e relatou a assinatura de decretos que desapropriavam terras marginais das rodovias federais e açudes, encampava as refinarias de petróleo particulares, fortalecendo a Petrobras. Prevendo reação a tais medidas,

---

<sup>20</sup>Tornar-se comunista. Adotar a ideologia comunista.

<sup>21</sup>Carlos Frederico Werneck de Lacerda,- Carlos Lacerda-, (1914- 1977) nasceu e faleceu no Rio de Janeiro. Pertenceu à família de participação na política brasileira. Jornalista e político brasileiro popular nas décadas de 1950 e 1960. Comunista em sua juventude, ele se tornou ultraconservador e um dos grandes nomes da UDN entre 1946 e 1964. Veja mais sobre "Carlos Lacerda" em: <https://brasilescola.uol.com.br/historiab/carlos-lacerda.htm>

<sup>22</sup>“Líderes sindicais vinculados ao CGT, às Ligas Camponesas, UNE, políticos como Brizola, Arraes e Juliano, padres ligados aos movimentos populares, intelectuais progressistas, militares nacionalistas, em suma, o “comunismo” “manobrava” todo o campo democrático e nacionalista” (Netto, 2014, p. 64).

“Responsabilizou as forças antidemocráticas e antinacionais pelas implicações que poderiam advir da sua resistência à emancipação do povo brasileiro” (Netto, 2014, p 65). Além das medidas mostradas no comício, o presidente viria a assinar o tabelamento dos aluguéis, o preço dos imóveis e a desapropriação dos desocupados.

Netto (2014) constata que, se a repercussão positiva da atitude de Jango foi imensa entre as classes populares, entre a direita e os conservadores foi o sinal de que o golpe em planejamento não poderia mais esperar. Entretanto Jango recebeu proposta de apoio de algumas direções com a condição de romper e intervir no movimento sindical e na União Nacional dos Estudantes (UNE) reprimir os comunistas. Como jamais aceitou, gradualmente as forças democráticas e populares foram ficando desarmadas e não tiveram condição de resistir. E o golpe se concretizou, mas Jango só deixou o Brasil dia 4 de abril e permaneceu exilado no Uruguai até sua morte em 1976.

## 2.5 A DITADURA MILITAR: 1964-1985

A Ditadura Militar quando imposta não possuía a aceitação de todos, era muito bem vista por alguns setores, assim como mal vista por outros. Esse cenário na história de divisão de pensamentos e interesses, foi presente na República e é presente até hoje em 2023, onde vemos inclusive indivíduos que defendem esse período e outros que possuem a ciência da negatividade dele para o povo.

Segundo Alves (1989), uma vez decidida a deposição de Jango do governo brasileiro, a vaga na presidência da República foi declarada a 2 de abril de 1964, em sessão extraordinária do Congresso Nacional Brasileiro e o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli assumiu o cargo, embora o poder estivesse, de fato, com o Alto Comando da Revolução<sup>23</sup>. As primeiras manifestações da Junta Militar deixavam pensar em uma breve transição do poder entre um presidente e outro, pois pedindo o apoio da população prometia

Restaurar a “legalidade”, reforçar as “instituições democráticas ameaçadas”, restabelecer a “composição federativa da nação”, rompendo o poder excessivamente centralizado do governo federal e devolvendo poderes aos Estados. Prometia, sobretudo, “eliminar o perigo da subversão e do comunismo”, e punir os que, no governo, haviam enriquecido pela corrupção (Alves, 1989, p. 52).

---

<sup>23</sup>Alto Comando da Revolução: General Arthur da Costa e Silva; Almirante Augusto Rademaker e Brigadeiro Correia de Mello.

Alves (1989) demonstra que a situação não se resolveria facilmente, uma vez que, a busca pela segurança interna não seria encontrada com a simples eliminação do inimigo interno. Na verdade, tal busca entrou em conflito com a programação proposta, nesse caso, foi sentida pelo poder que se instalava a conveniência de se desfazer de pessoas e instituições ligadas aos movimentos sociais e ao governo para, então, recomeçar com outra visão de política. Para isso, foi reconhecida a necessidade de institucionalizar o Estado de Segurança Nacional pela promulgação do Ato Institucional número 1 no qual está presente um novo aparato de apoio à “revolução”. Assim, ali estava definido que a autoridade não decorre do povo, mas do poder nele depositado, o executivo resolve manter a Constituição de 1946<sup>24</sup> e o Congresso Nacional tem seus poderes limitados e mais medidas supressoras da democracia surpreendem os apoiadores civis e a imprensa, gerando a posição Estado/oposição. O primeiro colégio eleitoral encarregado de escolher indiretamente o presidente do Brasil elegeu o General Humberto Castelo Branco, que foi empossado em 15 de abril de 1964, substituindo a junta militar.

Alves (1989) descreve a operação limpeza levantada pelo governo militar visando identificar e reprimir áreas de possível oposição política, econômica e militar ao governo que se instalava, visando as linhas da Doutrina de Segurança Nacional<sup>25</sup> com base nos Inquéritos Policial-Militares (IPMs)<sup>26</sup> para eliminar o “inimigo interno”. Esse período foi violento em perseguições, prisões e torturas. De tal forma a situação caminhou que, “Pelo final de 1964, a extensão e a violência na repressão da “operação limpeza” tornaram-se objeto de preocupação internacional” (Alves, 1989).

Segundo Ianni (1981) a criminalização da sociedade foi um recurso que se valeu das constituições e das leis da ditadura para institucionalizar o processo político do golpe. Era importante para o regime estabelecer que todos eram responsáveis pela segurança nacional, nesse contexto todos são suspeitos e podem ser considerados como infratores até que provem em contrário,

---

<sup>24</sup>“Para demonstrar que não pretendemos radicalizar o processo revolucionário, decidimos manter a Constituição de 1946 [...]” Ato Institucional n. 1 . (Alves, 1989, p. 53).

<sup>25</sup>A doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento tem sido utilizada para justificar a imposição de um sistema de controles e dominação. Ela não pressupõe o apoio das massas, para a legitimação do poder de Estado, nem tenta obter este apoio [...]. (ALVES, 1989, 26)

<sup>26</sup>Comissões especiais de inquérito foram criadas em todos os níveis de governo, em todos os ministérios, órgãos governamentais, empresas estatais, universidades federais [...]. [...] deveriam investigar as atividades de funcionários civis e militares, de níveis estadual, municipal e federal, para identificar os que estavam comprometidos em atividades “subversivas” (ALVES, 1989, p. 56)

questionamentos e reivindicações estão sujeitos a suspeição. Por muito tempo não houve qualquer representação da classe operária quer urbana, quer rural; as classes assalariadas perderam “os escassos vínculos que haviam começado a estabelecer nas décadas anteriores a 1964” (p. 167).

Netto (2014) descreve a formação e o desenvolvimento da oposição à ditadura por diversos grupos sociais. Entre esses grupos encontram-se em destaque os estudantes, sofrendo a sempre relação violenta dos militares. A atuação dos estudantes foi reforçada pela ocorrência com Edson Luís de Lima Souto (1950-1968), estudante sem militância partidária organizada, que em manifestação pacífica no Rio de Janeiro foi atingido pela Polícia, vindo a falecer e tendo o velório acompanhado por milhares de pessoas. Desde então os protestos estudantis se multiplicaram e motivaram outros setores como Igreja, artistas e operários, estes em greves amplas.

Paula (2002), pesquisando o tema sobre o Movimento Estudantil organizado nas faculdades e universidades, realizou estudo sobre a atuação dos estudantes no Diretório Acadêmico (DA) da Faculdade de Serviço Social da UFJF “[...] que sempre estiveram presentes nas lutas travadas pelo Movimento Estudantil (ME)” (p.13) e que contribuiu para a transformação do Serviço Social em uma profissão crítica e dialética.

Portanto, a ditadura militar torturou e perseguiu qualquer pessoa que discorda ou se portava de uma maneira divergente ao governo vigente, foi responsável por várias mortes e o coagir de vários indivíduos. Artistas possuíam suas músicas e poemas censurados e trocados por receitas de bolo em jornais e os estudantes que se manifestaram, tiveram sua sede incendiada e passaram a agir de forma clandestina. A instabilidade presente até então, prejudicou uma grande parcela da população, a classe trabalhadora inquieta.

### 3. O SERVIÇO SOCIAL NO PROCESSO HISTÓRICO

O presente capítulo apresenta o surgimento do Serviço Social abordando a formação, o trabalho, as atividades originais e seu caminhar no sentido de uma posição crítica na realidade que hoje ocupa grande espaço na profissão e academia. O objetivo pretendido é conhecer a trajetória trilhada e o alcance da profissão no Brasil e na América Latina.

Para compreendermos o Serviço Social enquanto profissão, é preciso nos aprofundarmos no significado social, situá-la no contexto de relações mais gerais que constituem a sociedade capitalista, frente ao Estado, à questão social e às suas manifestações e em múltiplas dimensões. Tendo em vista que é uma profissão que media o diálogo entre Estado e população, além de fazer parte dessa população, podemos ter em mente que o Serviço Social possui características particulares.

Por isso, Yazbek (1995) pontua que um conceito fundamental para a compreensão da profissão na sociedade capitalista é o conceito de reprodução social que, na tradição marxista, se refere ao modo como são produzidas e reproduzidas as relações sociais nesta sociedade. Nessa perspectiva, a reprodução das relações sociais é entendida como a reprodução da totalidade da vida social, o que engloba não apenas a reprodução da vida material e do modo de produção, mas também a reprodução espiritual da sociedade e das formas de consciência social através das quais o homem se posiciona na vida social.

A chamada reprodução social fundamenta o Serviço Social como instituição inserida na sociedade. Inserção que, conforme Yamamoto e Carvalho (1995, p. 73), implica considerar o Serviço Social a partir de dois ângulos indissociáveis e interdependentes:

Como realidade vivida e representada na e pela consciência de seus agentes profissionais e que se expressa pelo discurso teórico e ideológico sobre o exercício profissional; Como atividade socialmente determinada pelas circunstâncias sociais objetivas que imprimem certa direção social ao exercício profissional, que independem de sua vontade e/ou da consciência de seus agentes individuais. Cabe assinalar que estes dois ângulos constituem uma unidade contraditória, podendo ocorrer um desencontro entre as intenções do profissional, o trabalho que realiza e os resultados que produz. É importante também ter presente que o Serviço Social, como instituição componente da organização da sociedade, não pode fugir a essa realidade (Yamamoto & Carvalho, 1995, p. 75).

### 3.1 AS BASES DA CRISE DO SERVIÇO SOCIAL TRADICIONAL NO BRASIL

É possível afirmar o caráter político da prática profissional, uma vez que ela se explica no âmbito das próprias relações de poder na sociedade. No entanto, isso não significa que o assistente social se coloque passivamente diante das situações sociais e políticas que configuram o cotidiano de sua prática, mas porque participa da reprodução da própria vida social é que o Serviço Social pode definir estratégias profissionais e políticas no sentido de reforçar os interesses da população com a qual trabalha: “como a reprodução do capital permeia as várias ‘dimensões’ e expressões da vida em sociedade” (Iamamoto; Carvalho, 1995, p. 65)

Os estudos para compreender a origem de divergências de classes sociais entre parcelas da população sequer existia. Um dos pilares era a ajuda como um meio de realização individual, baseada no ideal da igreja católica de “ajudar ao próximo”, “fazer o bem sem olhar a quem”, por exemplo, e camuflar a pobreza existente. Outra característica também era o arranjo teórico doutrinário, que une a doutrina social da igreja católica com o positivismo e a questão de ajuste do indivíduo. (Iamamoto, 1992, p. 21)

Assim, podemos ter em mente que o Serviço Social chegou ao Brasil junto com o desenvolvimento socioeconômico do país. Com o intuito de mediar os interesses do Estado e da classe trabalhadora, eram ofertadas políticas públicas à população com o objetivo de obter o controle da mesma. Isso se dava através da diminuição das expressões da chamada questão social (como a fome, sede, doenças oriundas da falta de higiene, saneamento básico, entre outros).

Netto (2009) contribui para reforçar a posição de que o Serviço Social não se propõe ser filantrópico, mas vincula-se à dinâmica do capitalismo monopolista. De fato, não é o mercado que se estrutura para o agente profissional mediante as transformações no interior da sua prática, mas as transformações é que definem a estruturação do mercado de trabalho. Na verdade, a relação entre o Serviço Social e as formas filantrópicas e assistenciais pode existir, mas não é esta relação que contribui para a profissionalização do assistente social.

Abramides (2016), reconstruindo a história da 1ª escola de Serviço Social no Brasil, hoje vinculada à PUC-SP, relata que a mesma foi fundada em 1936 e considerando a trajetória do Serviço Social, coloca que o curso passou a universitário quando foi agregado à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, fundada em 1946, como curso de Serviço Social da Faculdade de

Ciências Sociais e se transferiu para o campus Monte Alegre da PUC-SP. Em 1972 foi criado o primeiro mestrado, e em 1981 o primeiro doutorado, pioneiro na América Latina. Em 1982, o curso deixou a Faculdade de Ciências Sociais, constituindo-se em Faculdade de Serviço Social, mas, em 2006, com o redesenho institucional da PUC-SP, por meio do reagrupamento de cursos, retornou à Faculdade de Ciências Sociais.

Segundo Netto (2009), o fato de o Serviço Social ter chegado ao Brasil pelo apoio existente na Igreja Católica, sua institucionalização dependeu do aprofundamento do modelo corporativista e da política econômica. A expansão do proletariado criou para o Estado a necessidade de controlá-lo. E, dessa condição, surgiram as instituições assistenciais como Legião da Boa Vontade (LBV); Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Serviço Social do Comércio (SESC); Serviço Social da Indústria (SESI), como resposta às pressões das forças sociais urbanas. A presença dessas instituições ampliou o mercado de trabalho para o Serviço Social, além de incentivar a qualificação técnica, uma vez que os trabalhadores passaram à categoria de profissional assalariado. Essa nova posição alterou, também, a “clientela” a ser atendida: não mais pobres e carentes, mas participantes do setor do proletariado.

Assim, as condições sócio-históricas, fez com que a profissão se relacione ideologicamente com a perspectiva do Desenvolvimento de Comunidade. Para Ammann (1982), existe um estágio concreto de elucidação sociológica sobre a criação do Desenvolvimento de Comunidade e a recapitulação das condições históricas do mundo e a interpretação das mediações inseridas no jogo de interesses de outros países e seus reflexos no Brasil.

A primeira vez que o conceito “Desenvolvimento de Comunidade” surgiu foi em 1942, pelo governo da Inglaterra, e o objetivo dos países centrais era deixar os países livres da ameaça comunista, principalmente por conta das contradições capitalistas em um nível mais elevado. Destaca-se a atuação dos Estados Unidos, que passaram a recorrer à abordagens comunitárias como estratégia para concretizar condições políticas, administrativas e culturais necessárias para inserir e dinamizar o capitalismo e o mercado latino-americano sob sua supremacia, gerando independência desses países (Rússia czarista, os países da Europa Oriental, China, Cuba, etc). A preocupação do governo inglês com as relações das colônias existentes na época, era uma realidade, pois, conforme Souza (2004), a

independência não iria quebrar as relações, mas mudar a forma de como eram feitas.

Portanto, uma das maiores preocupações das grandes potências era a necessidade capitalista de controle sobre estes territórios, que propõem para si um futuro em novos termos, que inaugurou um novo período. A estratégia inglesa, era impulsionar o avanço da vida comunitária, principalmente por meio do Desenvolvimento de Comunidade, desde a sua própria participação e iniciativa, ou espontaneamente ou por meio do emprego de técnicas.

Após a Segunda Guerra Mundial, as Nações Unidas institucionalizaram o Desenvolvimento de Comunidade, o que se deu no momento histórico que ficou conhecido como “Guerra Fria”, quando o mundo passou a ter dois pólos antagônicos, um controlado pela União Soviética e o outro pelos Estados Unidos da América. Neste cenário, a ONU assumiu o papel de garantidora da ordem social e das democracias liberais. Em suma, o objetivo central era a eliminação das ideologias comunistas que floresciam, a partir da criação de ambientes econômicos altamente produtivos e com níveis de desenvolvimento aceitáveis para a população.

A partir daí o Serviço Social absorveu a atribuição de exercer o trabalho social com a comunidade, com o principal intuito de evitar os efeitos do comunismo (Estevão, 1992). Essa ideia de desenvolvimento se baseia principalmente no crescimento econômico e no avanço tecnológico como metas finais a serem alcançadas. Os grupos dominantes propunham o Desenvolvimento de Comunidade, como uma das suas principais diretrizes políticas. Mas é preciso entender que por conta de suas próprias características políticas e estruturais, o capital monopolista faz a manutenção das relações de dependência. Além de sua dependência dos países desenvolvidos e os que detêm o capital monopolista, os países subdesenvolvidos ainda têm que lidar com uma realidade cheia de problemas estruturais (Souza, 2004, p.42).

O interesse na ampliação do capitalismo e na modernização do meio rural, foi um dos principais motores de propulsão do modelo de Desenvolvimento de Comunidade no Brasil, principalmente a partir das ações de organizações internacionais e de uma política nacional. Alguns dos principais problemas apresentados pelos países a este modelo que surgiu estavam no grau de instrução principalmente dos adultos e o subdesenvolvimento no meio rural. Nos anos 1950,

a criação do Serviço Social Rural foi necessária para tratar da questão agrária. Souza explica que a questão agrária no Brasil, entre o fim dos anos 1950 e início dos anos 1960, ganhou contornos de tensão, com conflitos constantes no campo e com a demanda central de uma reforma agrária de base. Entretanto, o Serviço Social Rural passa a tratar a questão com algumas linhas básicas de ação: educação social do campesinato, inclusão de novas ferramentas, além do desenvolvimento da sociabilidade. (Souza, 2004, p.46).

### 3.2 A RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL SOB A AUTOCRACIA BURGUESA

Netto (1991) pontua que o Serviço Social, se insere no meio universitário justamente no lapso da vigência da autocracia burguesa, diferente de outras profissões que padeceram a refuncionalização da sua formação pela ditadura já com um lastro acadêmico.

Efetivamente, a compreensão do envolver profissional sob o regime autocrático burguês, se não pode ser enviesada pelo anacronismo que consiste em pensa-lo a partir das realidades atuais, ganha uma nova luz e se consideram as virtualidades que explicitou quando da superação da ditadura. (Netto, 1991, p. 127).

Assim, de acordo com Netto (1991), a profissão viu-se penetrada pelas exigências e condicionalismos decorrentes impostos pelo regime autocrático burguês, mostrando-se vulnerável aos constrangimentos gerais do ciclo ditatorial. Por isso, ainda em Netto (1991), o impacto do ingresso na universidade foi multifacetado e contraditório, de um lado propiciou institucionalmente a interação das preocupações técnico-profissionais com as disciplinas vinculadas às ciências sociais. De outro, o recrutamento do novo pessoal docente, sendo compulsório pela expansão dos cursos, mas também contraditório, já que foi recolhido os profissionais responsáveis em reproduzir a profissão entre os jovens profissionais e agregou profissionais que vinham da formação em momentos imediatamente anteriores ou posteriores a implementação da ditadura, se desenvolvendo desigualmente, mas pela permanência nos marcos acadêmicos, com possibilidades de dedicação e envolvimento intelectuais inexistentes para os docentes anteriores, gerando uma massa crítica que antes não havia.

É nesse momento que Netto (1991), relata que se desenvolve a renovação do Serviço Social. É fornecido "balizas" histórico-sociais e ideoculturais no interior das quais a profissão experimentará as maiores rotações desde que surgiu no país. Isso

indica que os movimentos da dinâmica profissional fizeram mais que responder funcionalmente às demandas e aos condicionalismos que eram colocados. A autocracia burguesa e a sua ultrapassagem revelaram que, sob ela, o Serviço Social desenvolveu potencialidades sem as quais não apresentaria as características com que atravessou a década de 80.

Netto (1991), ilustra que o Serviço Social que se depara o observador contemporâneo configura-se com fraturas ideológicas, projetos profissionais em confronto e diferentes concepções interventivas, sobre o patamar de uma profissão com maneiras de se organizar antes desconhecidas.

A ruptura com este cenário, de acordo com Netto (1991), tem suas bases na laicização do Serviço Social, que é um dos elementos caracterizadores da renovação do Serviço Social sob a autocracia burguesa, já que as novas condições postas à formação conduziram ao ponto culminante da diferenciação da categoria profissional em todos os níveis e conseqüente disputa pela hegemonia do processo profissional em todas as suas instâncias (projeto de formação, intervenção, espaços de representação, etc.)

Em poucas palavras, isto equivale a afirmar que, instaurando condições para uma renovação do Serviço Social de acordo com as suas necessidades e interesses, a autocracia burguesa criou simultaneamente um espaço onde se inscrevia a possibilidade de se gastarem alternativas às práticas e às concepções profissionais que ela demandava. (Netto, 1991, p. 129).

Netto (1991), coloca como um elemento constitutivo da renovação do Serviço Social a emergência, notadamente a partir dos meados da década de setenta, por conta da inserção profissional no circuito universitário. Mesmo essa inserção sendo no âmbito de uma universidade domesticada, o resultado gerou espaços de debates que geraram uma massa crítica, que forneceu pela primeira vez, institucionalmente, condições para concretização de um padrão acadêmico (ainda que limitado na ditadura). No entanto, é nítido que a estratégia autocrático-burguesa se desdobrava para a produção de profissionais aptos para atender às suas demandas e para tanto, jogavam com suas políticas educacionais e culturais. Com o objetivo de gerar profissionais modelos ao seu projeto societário, foi produzidas condições que possibilitaram um acúmulo a ser direcionado diversamente.

A renovação implica a construção de um pluralismo profissional, radicado nos procedimentos diferentes que embasam a legitimação prática e a validação teórica, bem como nas matrizes teóricas a que elas se prendem. (Netto, 1991, p. 131).

Por fim, Netto (1991), pontua que a renovação se refere a um processo global

que envolve a profissão como um todo, no entanto este pluralismo não é comum às suas vertentes. Sendo próprio do processo de renovação do Serviço Social a coexistência de legitimação prática e de validação teórica quando a profissão busca definir-se como instituição.

Netto (1991) considera que a partir do processo de renovação e depois de erosão a base “tradicional”, a reflexão profissional do Serviço Social, desenvolveu em três direções: a primeira, a perspectiva modernizadora; a segunda, o da perspectiva de reatualização do conservadorismo e a terceira de intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional e conservador.

A renovação é um período no Brasil o qual realizou encontros realizados pelos CBCISS, com o intuito de repensar a profissão .Netto (1991) considera os documentos resultantes dos encontros entre profissionais como produtivos em relação às metas do processo por que passava o Serviço Social. O primeiro, o documento de Araxá (1967), estruturou os objetivos, a natureza e as funções do Serviço Social, estudou a sua metodologia de ação e a adequação à realidade brasileira, com destaque para a integração no processo de desenvolvimento. O segundo documento, conhecido como de Teresópolis (1970), se preocupou em criar um “método” de caráter científico para a prática da profissão do Serviço Social, ou seja, havia mais preocupação com a metodologia.

Ainda que os textos resultantes desses encontros sejam diferenciados, podem ser considerados como o esforço, a proposta, a busca de adequar as “(auto)representações” do Serviço Social “às tendências sociopolíticas que a ditadura tornou dominantes e que não se punham como objeto de questionamento substantivo pelos protagonistas que concorreram na sua elaboração” (Netto, 1991, p. 213).

Netto (1991), referindo-se ao Documento de Teresópolis, cita a posição de José Lucena Danta no seu estudo sobre “*A teoria metodológica do Serviço Social, uma abordagem sistemática*”, afirmando que aquele autor consegue responder tanto à demanda da cientificidade, quanto à demanda metodológica. O método consistia em duas categorias básicas de operação: a) o diagnóstico, para identificar e descrever; classificar; explicar e compreender; prever tendência e b) a intervenção, para a preparação da ação, execução e avaliação. A proposta deixa claro que a situação de uma formação profissional tradicional, a existente na ocasião, não atenderia aos ideais da profissão, na verdade, o que se compreendeu

com toda a certeza na ocasião foi a necessidade de requalificação profissional.

Netto (1991, p. 215) destaca sobre as concepções veiculadas nos documentos de Araxá e de Teresópolis, não só aproximando-as da problemática do desenvolvimento, mas indo além e destacando o seu “viés particular” de “alimentação de um caudal revolucionário”.

Netto (1991) refere-se a direção conhecida como de Reatualização do Conservadorismo do Serviço Social, visto no encontro de estudo e avaliação realizado no Rio de Janeiro – no Centro de Estudos do Sumaré em 1978 e Alto da Boa Vista em 1984, também no estado do Rio de Janeiro, como “reatualização do conservadorismo” e o considera como o “mais impermeável a mudanças”. Esta vertente recupera o retorno e a busca pela conservação de situações superadas como a “recuperação de componentes mais estratificados da herança histórica e conservadora da profissão”, colocados sobre uma base teórico-metodológica referida como nova. De fato, o que ocorre é a reatualização do passado colocado em matrizes sofisticadas.

Para Netto (1991), o principal objetivo do Seminário de Sumaré (1978) foi a continuação dos estudos iniciados no I Seminário de Teorização do Serviço Social, ocorrido em Araxá, em 1967, com vista à discussão da cientificidade da ação do Serviço Social, gerando reflexões acerca de operacionalização das proposições frente às demandas brasileiras. Assim, o Seminário constituiu de três temas de sua base: o primeiro, ‘O Serviço Social e a Cientificidade’, foi apresentado em dois momentos com um documento preparado pelo grupo do Rio de Janeiro e outro pelo grupo de São Paulo. O segundo tema ‘O Serviço Social e a Fenomenologia’ e por último, ‘O Serviço Social e a Dialética, cada um com uma apresentação.

Segundo Netto (1991) essa vertente conferiu às concepções conservadoras do Serviço Social alguns novos aspectos. A sua posição se prendeu à exigência de elaboração teórica estranha ao quadro do tradicionalismo profissional e desenvolveu-se como uma reiterada crítica aos substratos que o Serviço Social assimilou das ciências sociais. Nessa característica está o repúdio “aos padrões mais nitidamente vinculados à tradição positivista e às referências conectadas ao pensamento crítico-dialético, de raiz marxiana” (Netto, 1991, p. 204). A busca dos seguidores dessa vertente é ver o ser humano de forma global em suas inter-relações.

Netto (1991) destaca nesse processo a permanência da visão de mundo do

pensamento católico tradicional, ainda que apresente a característica de lhe conferir “um verniz” de modernidade. É nessa característica de esforço em procurar renovar o passado fundamentando-o “em matrizes intelectuais mais sofisticadas” que se apoia o caráter renovador do processo. O resultado conseguido está descrito como:

O esforço se beneficia, de um lado, do descrédito cada vez mais generalizado do acervo proveniente do leito positivista, de outro, sua recusa às vertentes crítico dialéticas se favorece do vulgarismo com que estas foram geralmente apropriadas no marco do Serviço Social (Netto, 1991, p. 204).

Netto (1991) considera, nesse ponto das duas direções vistas pelos atuantes no Serviço Social, a conveniência de encontrar um “terceiro caminho”, atendendo ao pedido da reatualização do conservadorismo pela inspiração fenomenológica. Recuperando a análise realizada por Netto (1991), Yazbek (2011) coloca que o Processo de Renovação deu origem as 3 principais vertentes que emergiram:

Uma das vertentes é a modernizadora que se define por incorporar abordagens inclinadas para uma modernização conservadora, mediação do desenvolvimento social na superação da marginalidade e da pobreza em um sentido voltado para a integração da sociedade. Configuram um projeto com intuito de para basear a produção do conhecimento e a intervenção profissional;

A fenomenologia é ligada diretamente aos indivíduos e uma visão mais profunda do que eles significam e compreendem. Essa segunda vertente está relacionada à apropriação do olhar por parte da comunidade, aos sujeitos em suas experiências individuais e coletivas. Dessa forma, direciona ao Serviço Social a tarefa de auxiliar a abertura desse sujeito existente. Assim, a fenomenologia eleva a importância da dialética e a transformação das pessoas, sendo analisada por José Paulo Netto como uma reatualização do conservadorismo inicial da profissão;

Já a terceira vertente conhecida como de Intenção de Ruptura, vinculada ao pensamento marxista à profissão com o objetivo de implementar a consciência de sua inserção na sociedade de classes, no primeiro momento não com o vocábulo “Classe Trabalhadora” e “Burguesia”, mas com uma visão mais crítica. No Brasil em um primeiro momento, essa vertente é vista como uma aproximação ao marxismo sem o recurso ao pensamento de Marx, o chamado “Marxismo sem Marx”.”

### 3.3 A RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL: A VERTENTE DA INTENÇÃO DE RUPTURA

Conforme já apontamos no primeiro ponto deste capítulo, a profissão somente pode ser compreendida a partir da sua inserção nas relações sociais, na totalidade maior onde ela se movimenta, no entanto essa compreensão nem sempre existiu. Esta forma de abordar a profissão – que evidentemente se inscreve dentro de uma matriz de pensamento, aquela inaugurada com Karl Marx (1818-1883) – começa a ser hegemônica no Brasil a partir da década de 1980, fruto da renovação sob a perspectiva da intenção de ruptura, que se processava desde finais da década de 1960 (Netto, 1996).

Para Netto (1991), a “intenção de ruptura” com o Serviço Social tradicional é a terceira direção no processo de sua renovação no Brasil. A sua ação é uma crítica permanente ao desempenho e “aos suportes teóricos e metodológicos e ideológicos” movidos pelo tradicionalismo. Esta direção atua no sentido de romper com a tradição positivista e com o reformismo conservador. A sua origem se assenta em grupos docentes e profissionais de visão anterior ao AI-5, razão da dificuldade de sua afirmação na autocracia burguesa. Surgido na primeira metade dos anos de 1970 em meio universitário, o processo representava uma tendência na sociedade brasileira como um todo.

Netto (2015) ressalta que, considerando os segmentos mais avançados da profissão, a direção conserva o traço de oposição ao tradicionalismo do Serviço Social, mas os resultados não são significativos “em proposições não prescritivas para o exercício profissional”. Esse contexto demonstra a existência de uma diferença, uma falha entre a “*intenção*” de abandonar as posições conservadoras do Serviço Social, rompendo com o passado e os “*indicativos prático-profissionais*” para realizar o proposto. Ainda que esta situação seja uma realidade embaraçosa, ela não anula o que já foi feito, uma vez que as referências teóricas, ideológicas se ampliam.

De fato, os vetores corrosivos que operavam contra o tradicionalismo desde o fim da década de 50 sinalizavam que a profissão começava a ser permeada por rebatimentos das lutas sociais que apontavam para a problematização do conservadorismo (Paula, 2002, p. 27).

Contextualizando no curso da democratização, o Serviço Social pela primeira vez se voltou para as vontades sociais que indicavam a criação de núcleos capazes de intervir no sentido de vinculá-lo a projeções societárias pertinentes às classes exploradas e subalternas (Paula, 2002, p. 27).

Podemos destacar a direção conhecida como “intenção de ruptura” dentro do

Processo de Renovação da profissão, que apresentava a ruptura com o legado conservador como alternativa e procurava chegar a novos paradigmas de legitimação da profissão, com ênfase na identificação das contradições sociais inerentes ao exercício profissional e colocando os interesses dos usuários como seu objetivo. Assim o entendimento, por parte do assistente social, das implicações políticas de sua prática profissional, reconhecendo-a como permeada pela luta de classes, era uma necessidade primordial. (Netto, 1991).

Dessa forma, de acordo com Netto (1991), a perspectiva de intenção de ruptura possuía um objetivo de romper com o tradicionalismo e suas decorrências teórico - metodológicas e prático-profissionais, ou seja, de acordo com Silva (2009) dar uma nova perspectiva ao Serviço Social, gerando um questionamento sobre a sua vinculação histórica com os interesses do bloco no poder.

Assim, Netto (1991) coloca a perspectiva de intenção de ruptura se constrói em três momentos diferentes: o da sua emergência, o da sua consolidação acadêmica e do seu espraiamento sobre a categoria profissional. O caráter de oposição à autocracia burguesa é uma forte característica dessa perspectiva, assim como a formação de uma massa crítica de assistentes sociais dispostos a pensar alternativas para a superação da prática do serviço social tradicional.

O método Belo Horizonte que surgiu na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, para Netto (1991) serviu como um impulsionador da intenção de ruptura, além disso foi pensado a partir das ideias de jovens profissionais focados em dar uma nova visão ao Serviço Social.

Outro ponto é a tentativa do reforço da teoria marxista, com destaque ao “marxismo acadêmico”, que avança juntamente com a crise da ditadura militar. Com isso, o Serviço Social absorve as teorias marxistas, principalmente por acreditarem em uma mudança social. No entanto, Netto (1991) enfatiza que a interpretação feita pelos assistentes sociais do período sobre o marxismo foi muito rasa, o que gerou uma visão equivocada do assistente social como agente transformador da sociedade numa perspectiva revolucionária.

Batistoni (2019) apresenta que o Método BH, sob forte influência maoísta, fundador de uma concepção empiricista, reduzindo as categorias marxistas à uma apropriação estruturalista vulgarizada, que pode ser sintetizada na ideia unilateral de que “a prática é produtora de conhecimentos”, sem uma reflexão propriamente dialética sobre a relação teoria-prática.

Netto (1991) reitera e dá destaque ao fato de que foi na Escola Católica de Serviço Social de Belo Horizonte que o método BH foi pensado. A equipe responsável pela criação do método foi formada por estudantes e professores que desejavam uma posição crítica para o profissional tentando romper com o tradicionalismo na formação. Na proposta existem vários objetivos centrais: organizar a ação social da classe oprimida; a mudança da sociedade e também a transformação do homem. O método foi testado em Itabira e apesar de estudos levantarem equívocos, possui grande importância para a profissão, é o avançar da teoria marxista no Serviço Social, sendo o embrião da dialética e do caráter crítico vigente no projeto ético político. À medida que avança a crise da ditadura, e o “marxismo acadêmico” se desenvolve, a intenção de ruptura se adensa, sobretudo enquanto padrão de análise textual.

Abramides (2016) mostra a existência de uma postura totalmente crítica do Serviço Social, que, com base na teoria marxista, cresce e se integra a partir da perspectiva inovadora de um grupo de jovens profissionais que se lançam na criação do Método BH. O curso de Serviço Social da Escola de Belo Horizonte, buscou uma nova concepção de profissão promovendo a primeira aproximação do Serviço Social com a tradição marxista, medida que estabelecia uma crítica ao tradicionalismo do curso e leva a propor um novo projeto de formação profissional. A estrutura curricular estabelecida mudou o processo de ensino tomando por base a teoria social de Marx e do materialismo histórico e dialético na compreensão do significado social da profissão, das contradições e antagonismos da sociedade capitalista de exploração da força de trabalho, na direção de uma nova sociabilidade humana. A Escola se modificava à medida em que avançava a implementação da nova estrutura curricular que tomou como meta a formação de profissionais comprometidos com uma opção político-ideológica que levaria os novos assistentes sociais a assumirem um compromisso com o processo de educação política das classes populares e a transformação da sociedade. Nesse contexto, com esses propósitos a escola vivenciou o projeto no período de 1972 e 1975.

É possível verificar em Abramides (2017), o relato de espaços que contribuíram para o caminhar da profissão, sendo um deles o “Congresso da Virada”, III CBAS (Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais), realizado de 23 a 27 de setembro de 1979, no Centro de Convenções do Anhembi, na cidade de São

Paulo, marcado por debates voltados para a luta de classes ascendente no país. No entanto, antecedendo o III CBAS, de acordo ABRAMIDES (2017), em 1978, em Belo Horizonte (MG), o I Encontro de Entidades Sindicais e Pré-Sindicais, existiam quatro entidades reorganizadas: Apassp São Paulo, Sindicato dos Assistentes Sociais de Minas Gerais, Apas Bahia e Apas Goiás. Dessa forma, após debates deliberou a retomada da organização sindical dos assistentes sociais no país, a realização de uma pesquisa nacional sobre salário, as condições de trabalho e carga horária dos assistentes sociais. O intuito das deliberações foi mobilizar os profissionais a partir de seus locais de trabalho para a luta sindical.

Abramides (2017) pontua, que um ano depois, com as mobilizações e junto com o apoio político e financeiro do Centro Latino-Americano de Trabalho Social (Celats), no III Encontro de Entidades Sindicais e pré-sindicais em 1979, uma semana antecedendo o III CBAS, estiveram presentes um total de 29 entidades sindicais, pré-sindicais e de oposição sindical, na mesma concepção classista, articulada à Anamos, e a partir de 1983 à CUT classista e de lutas.

Abramides (2017) detalha que a mobilização das lutas possibilitou que no III Encontro de entidades sindicais e pré-sindicais dos assistentes sociais sob a direção da Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais e Pré-Sindicais (Ceneas), alguns dias antes do III CBAS, deliberasse pela continuidade da construção e da consolidação das entidades sindicais, coordenação das entidades pela Ceneas; continuidade na participação do movimento sindical classista e na fundação da CUT (Central Única dos Trabalhadores), realizada em 1983; continuidade de mobilização da categoria a partir de suas reivindicações específicas e as dos trabalhadores em serviço público; o reconhecimento dos assistentes sociais partícipes do trabalho coletivo, inseridos na divisão sociotécnica do trabalho e por último, a atuação junto aos movimentos populares.

Junto à isso, Abramides (2017) coloca que também foi deliberado uma participação crítica e de contestação ao III CBAS, que até o determinado momento era preparado pelo conjunto Cras/CFAS. Com isso, foi organizado um documento das entidades sindicais como instrumento de mobilização, esse documento foi panfletado e debatido com a categoria durante o congresso, contendo os seguintes pontos: repúdio ao convite à representantes da ditadura militar para estarem na mesa de abertura do congresso, críticas à dificuldade da participação dos estudantes, ao preço elevado das taxas de inscrições, à limitação de temas e

setorização dos debates, à falta de participação da categoria em todo o processo. Assim, as dirigentes sindicais de assistentes sociais que estiveram no Congresso, desde o primeiro momento sentiram a insatisfação dos congressistas.

Abramides (2017) relata que chamaram a categoria para uma assembleia, a qual se transformou em assembleia diária e “virou” o congresso com as críticas necessárias. Portanto, tal situação atingiu a destituição da comissão de honra e encerramento foram convidados representantes dos movimentos sociais combativos como referência de lutas. A plenária final deliberou pelo compromisso da profissão com a classe trabalhadora e os assistentes sociais se reconhecendo como trabalhadores em sua condição de assalariamento. A partir desse evento coletivo, massivo, da categoria, foi estabelecido o projeto de ruptura com o conservadorismo por sua direção social nos anos 1980 e implementação do Projeto Ético-Político profissional do Serviço Social brasileiro a partir dos anos 1990.

Assim, segundo Mota; Rodrigues (2020), as ocorrências e as decisões assumidas pelos estudantes e profissionais do Serviço Social no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), em 1979, o "Congresso da Virada", e trazidas em estudos de autores especialistas na dinâmica do Curso de Serviço Social, permitem percorrer diversos debates do projeto profissional do Serviço Social Brasileiro. O título atribuído ao Congresso – da Virada \_ se justifica por ter sua ocorrência num contexto histórico marcado ainda pela luta contra a ditadura. Segundo Mota; Rodrigues (2020) estas considerações mostram que a virada, na visão e na atuação do Serviço Social, aconteceu na contraposição das concepções de inspiração positivista até então vigentes. Examinando em detalhe a colocação das condições assumidas como expectativas das mudanças desejadas, o Congresso deu uma decisiva contribuição para forjar uma nova cultura profissional em direção estratégica

Salazar; Nicácio (2020) reconhecem que o Congresso da Virada foi rico tanto em relação às expectativas da profissão como também ao exercício profissional. A organização da categoria e os espaços onde ocorria debates e discussões, também colaboraram para este pensamento, essencialmente em relação ao avançar ocorrido na organização política dos assistentes sociais, a partir do III Congresso Brasileiro de Serviço Social (CBAS) em 1979 - o qual assinalou diretrizes no movimento organizatório da categoria e demarcou o posicionamento ético-político calcado de responsabilidade com os setores populares (Abramides e

Cabral, 1995).

### 3.4 O MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

Até meados dos anos 1960, o Serviço Social tinha como responsabilidade a promoção de ações ligadas à reprodução da força de trabalho e à contenção das tensões sociais, que em resumo reforçava os conceitos capitalistas de acordo com Nalesso; Rizzotti (2018). Entretanto, durante a década de 1960, surge o Serviço Social enquanto profissão, no Brasil e na América Latina, e a partir disso, da-se início ao debate teórico, técnico e político sobre o Serviço Social tradicional. O que se destaca desse período é a característica da renovação da profissão de não homogeneidade e adaptado ao cenário de cada país da América Latina. Netto (2008) defende que a formação acadêmica do Serviço Social se adapta ao conceito de “intenção de ruptura” demonstrada no Movimento de Reconceituação, durante a década de 1960.

Essa situação exige dos estudantes, pesquisadores e profissionais do Serviço Social uma postura crítica e política em favor dos oprimidos, uma atenção ao rigor teórico e uma transformação das atitudes e práticas profissionais.

A ruptura como serviço social tradicional se inscreve na dinâmica de rompimento das amarras imperialistas, de luta pela libertação nacional e de transformações da estrutura capitalista excludente, concentradora e exploradora. Faleiros (1999, p. 143)

Segundo Nalesso e Rizzotti (2018), a formação e o trabalho do assistente social devem ser criticamente revisados, tendo em vista a superação do conservadorismo na profissão e a defesa da democracia. Nesse contexto histórico, a América Latina sofreu com golpes militares e ditaduras, que restringiram a liberdade política e social da população. A violência das ditaduras afetou tanto o povo latino-americano quanto o Serviço Social. O Movimento de Reconceituação enfrentou obstáculos impostos pela ditadura, para efetivar um processo crítico.

O movimento em seus primeiros momentos (em tempos de ditadura militar e de impossibilidade de contestação política) a priorizar um projeto tecnocrático/modernizador, do qual Araxá e Teresópolis são as melhores expressões (Yazbek, 2009, p. 148).

Os anos 1970 foram marcados por uma forte agitação política na América Latina, resultado das crises provocadas pela dominação imperialista e pelos golpes militares. Líderes autoritários como Morales Bermúdez no Peru, Pinochet no Chile, Médici no Brasil e Somoza na Nicarágua, buscavam, segundo Netto (1991),

“neutralizar” as forças contrárias ao “modelo de internacionalização do capital” e “suprimir o espaço de intervenção dos atores revolucionários”.

Para Moljo (2018), a crise do modelo de substituição de importações, e as saídas que os países desenvolviam para se diferenciar entre os dois projetos de sociedade que eram oriundas de um período pós guerra, presente também em Netto (2002): um projeto tinha como foco as reformas eram realizadas nos países da América Latina, tendo como premissa as diferenças entre os países; e outro que buscava a adequação da América Latina de modelo imposto pelo capitalismo mundial.

Moljo (2018) defende que a formulação de um movimento alternativo, foi a base que deu início no Movimento de Reconceituação da América Latina, além da crítica do Serviço Social tradicional, a partir daí surgem entre os profissionais do Serviço Social a necessidade de rompimento com os “traços tradicionais/conservadores da profissão”.

Ainda em Moljo (2018) encontramos a discussão sobre o Movimento de Reconceituação, que aplicado nas diferentes realidades de cada país da América Latina, levando em consideração as particularidades e contextos históricos, mesmo não sendo apenas um movimento interno à profissão, tinha como forte característica a presença de profissionais, quadros intelectuais e militantes, com foco em reconceituar teórica, prática e metodologicamente o Serviço Social.

Netto (1991), demonstra dois momentos do Movimento de Reconceituação: a busca dos profissionais com foco único na modernização da prática profissional, sem mudança na função social. Ou seja, não se formulava questões sobre o sistema do modelo desenvolvimentista, já que os principais pontos passavam pela teorização sobre o Serviço Social. O segundo momento, trata sobre a reflexão da profissão que se dá a partir da dialética o que abre espaço para questionamentos, com destaque para o contato direto com a classe dominante da sociedade, além da necessidade de ter uma posição política neutra, passando a ter a responsabilidade de dialogar com os setores populares, para alcançar uma mudança social.

Entretanto, Moljo (2014) aponta que neste momento o Serviço Social na América Latina (ou pelo menos na América do Sul) ganha um foco maior na integração, ao passo que, considerando as características históricas de cada país, começa a se diferenciar. O modelo econômico vigente, era a base comum que se unia ao modelo de substituição de importações, e estava esgotado e

entrava em crise, mas as alternativas encontradas à crise foram diferentes, tanto no que tange ao Serviço Social quanto no âmbito maior onde este se desenvolveu. Em suma, as décadas de 1960 e 1970 foram muito diferentes para os assistentes sociais no Brasil e na Argentina. No Brasil por exemplo, a ditadura militar se instaurou em 1964, a autocracia burguesa, ressalta-se que nesse momento o conservadorismo imperava na profissão. Foi apenas na década de 1980 que ele teve um fim. Netto (2002) formula que o que temos no Brasil é a ruptura com o Serviço Social Tradicional e ele denomina como o processo de Renovação do Serviço Social, baseado em três vertentes distintas: a modernização conservadora com tendência para “eficientismo” com posturas assépticas; a reatualização do conservadorismo, com as correntes fenomenológicas e até irracionais; e por fim a intenção de ruptura, que surge a partir de 1972. É importante lembrar que a modernização conservadora é um processo econômico que se consolida com a ascensão da autocracia burguesa, mas que ultrapassa a esfera econômica.

Para Moljo; Silva; Pagaza e Zampani (2018), as mudanças na profissão estão inseridas nos acontecimentos da sociedade, assim o Serviço Social busca outros caminhos para intervir a partir das novas teorias, tendo como norte a responsabilidade com a classe trabalhadora, a defesa da democracia e por melhores condições de trabalho, concluindo que o assistente social também é um trabalhador assalariado e inserido na divisão sócio-técnica do trabalho.

Se processa entre as transformações societárias, com seu rebatimento na divisão sócio-técnica do trabalho, e o complexo (teórico, prático, político e, em sentido largo, cultural) que é constitutivo de cada profissão (Netto, 1993, p. 89).

De acordo com Batistoni (2019), os processos e condicionantes político-institucionais da ditadura, não permitiram a expansão do projeto da escola mineira sintonizada com outras unidades de ensino e espaços ocupados pela categoria no país, com isso o projeto foi isolado até o fim da década. Os documentos de Araxá (1967) e de Teresópolis (1970) encaminhadas pelo CBCISS (Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais) demonstram o isolamento da experiência belo-horizontina, com destaque para os traços de funcionalidade ao regime autocrático, que evidenciam projetos e ideias em oposição na disputa teórica e ideológica pela hegemonia na renovação do Serviço Social brasileiro.

Para Batistoni (2019), as formulações da Escola de Serviço Social da UCMG e a sintonia com a feição crítica da reconceitualização e os vínculos com as forças

contestadoras da profissão na América Latina alcançaram grande visibilidade nas universidades latino-americanas, sendo assim uma de suas referências. Uma crise interna em 1975 levou à interrupção de uma proposta de reconceituação da escola, em meio a uma greve estudantil, o que levou ao pedido de demissão de todo corpo docente, acatado pelas instâncias superiores de UCMG, salientando que sua equipe formuladora e dirigente, passou a inviabilizar seu prosseguimento. Entretanto, a crise da ditadura militar e as primeiras manifestações abertas de resistência e oposição levou ao seu desfecho. Para segmentos do Serviço Social brasileiro, o resgate do projeto da escola reapareceu no final da década de 1970 e início da seguinte, com as novas bases sociais e políticas do país e com o retorno do movimento das classes trabalhadoras à cena histórica.

A Escola de Serviço Social de Belo Horizonte teve a influência do chamado “marxismo sem marx”, é o que afirma Batistoni (2019), que ressalta que a proposta da Escola de Serviço Social de BH se efetiva pelo protagonismo de docentes (não só assistentes sociais, mas também de outras áreas disciplinares, como filósofos e economistas) e discentes que tiveram atuação na esquerda católica.

Batistoni (2019), aponta que em 1961, a Escola busca sua modernização a partir da interlocução com as ciências sociais e humanas no currículo pela renovação do quadro docente, com forte intervenção das alunas que se destacavam no ensino e nos estágios, presente nos depoimentos colhidos por Portella (1992). Batistoni (2019) que no entanto coloca, a linha de força nesse processo advinda, a partir do movimento estudantil, que contava com militantes da JUC (Juventude Universitária Católica), da AP (Ação Popular) e da Polop (Organização Revolucionária Marxista Política Operária) que trazia as experiências do trabalho de comunidade, educação e cultura popular, além da politização dos processos educacionais. Foi assim que as escolas passaram a encampar a práticas vinculadas ao Movimento de Educação de Base como atividade curricular MEB, impondo-se o estudo da pedagogia de Paulo Freire, antecedentes relevantes na formulação do projeto reconceituador (cf. ESS/UCMG, 1974).

Por fim, Batistoni (2019) conclui que essas foram práticas profissionais propulsoras dos primeiros questionamentos às bases tradicionais do Serviço Social, apontando a possibilidade de vinculá-lo a projetos de interesse das classes trabalhadoras, o que Netto (1991, p.136-142) definiu como a erosão do Serviço Social tradicional no Brasil, interrompido com a instauração da ditadura militar.

## **4 O MOVIMENTO ESTUDANTIL DO SERVIÇO SOCIAL EM BUSCA DA FORMAÇÃO DE UMA PROFISSÃO CRÍTICA E DIALÉTICA**

Neste terceiro capítulo pretende-se abordar a presença das entidades estudantis e sua movimentação no meio acadêmico. Inicialmente serão apresentadas as diferentes organizações com um breve histórico, além do registro da participação em alguns momentos especiais nos acontecimentos políticos na sociedade brasileira. A criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 22 de dezembro de 1937, está descrita como ocasião esperada e planejada como entidade de abrangência nacional e atuação permanente.

O material de apoio ao capítulo é bibliográfico valendo-se dos livros selecionados, dos artigos presentes on-line e documental na medida em que valer-se de informações contidas nos documentos existentes no Diretório Acadêmico da Faculdade de Serviço Social da UFJF e presentes em anexo.

Em Araújo (2009), encontra-se a informação que permite saber o que é um Movimento Estudantil: se configura enquanto um Movimento Social que reúne a juventude como um dos sujeitos de ação coletiva de caráter contestador. O Movimento Estudantil é uma forma de organização política com estudantes das mais diversas faixas etárias, mas, sobretudo alunos do Ensino Médio e universitários.

Para Araújo (2009), dizer-se organização política significa que o movimento pode se referir à presença de várias instituições com quaisquer grupos de estudantes, grupos de empresas juniores, equipes de competição, ou executivas de curso, desde que se organizem com um propósito. De fato, o objetivo de uma organização estudantil é reunir diversos movimentos, realizar debates, levantar questões e propor meios de luta frente a certas situações sociais ou institucionais. As organizações estão presentes tanto em nível local, estadual quanto nacional, nas próprias universidades e escolas.

### **4.1 A PRESENÇA DAS ENTIDADES ESTUDANTIS NO BRASIL**

Reunindo as informações de Araújo (2009) compreende-se que a organização dos estudantes pode ter diversos espaços como universidades privadas ou públicas, assim como escolas privadas ou públicas. Existem, além disso, movimentos estudantis politicamente organizados que disputam entidades

gerais, que representam mais de 5 cursos ou escolas e entidades de base que representam menos de 5 cursos ou escolas, o mais comum é uma organização para cada instituição.

Segundo Araújo (2009), pode-se citar e descrever as diversas organizações presentes no meio estudantil, enquanto reunião de estudantes do ensino médio, técnico e universitário como :

- **Centro ou Diretório Acadêmico (CA)** está presente em todo curso da universidade, atendendo às questões gerais internas promovendo mobilizações, atividades culturais, calouradas e ações relacionadas ao movimento nacional dos estudantes.
- **Diretório Central dos Estudantes (DCE)** está presente na instituição quando existem mais de quatro cursos superiores. O DCE representa o conjunto e torna possível a mobilização e o debate de questões relacionadas à instituição como um todo, a partir de um jornal da entidade (**anexo 1**), passagens em sala e outras formas de comunicação, além de promover também atividades culturais e de calouradas.
- **A União Nacional dos Estudantes (UNE)** é muito conhecida por sua história bastante antiga, pois foi criada em 1937, no primeiro governo de Vargas. Seu objetivo é representar todos os estudantes a nível nacional. Em 1964, com o Movimento militar foi posta na ilegalidade, sendo criadas outras com novos meios de seleção de seus representantes. Em 1979 a UNE foi refundada e consta, hoje, com várias instâncias.
- **A União Estadual dos Estudantes (UEE)** é relacionada à UNE e atua dentro dos estados, mas nem todos os estados brasileiros contam com ela, ainda que a livre organização dos estudantes em entidades seja garantida por lei.
- **A União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES)** representa os estudantes do Ensino Médio e Técnico em nível nacional. Sua criação aconteceu no primeiro Congresso Nacional dos Estudantes.
- **Federação Nacional de Estudantes de Ensino Técnico (FENET)** representa os estudantes de ensino técnico, dos Institutos Federais, por não se sentirem totalmente contemplados pela UBES, criaram uma entidade nacionalmente reconhecida, a FENET.
- **Grêmios Estudantis** é um movimento que representa o conjunto dos estudantes de uma mesma escola do ensino fundamental, médio ou técnico.

Para Araújo (2009) o movimento estudantil, vivendo momentos importantes de lutas, estiveram presentes ao longo dos últimos 80 anos em muitas ocasiões que escreveram a história do país. Assim, pode-se registrar o movimento estudantil participando em ocasiões, como por exemplo, na campanha “O Petróleo é nosso”, de 1940 no governo de Vargas; na mobilização “Caras Pintadas” pelo impeachment do presidente Collor de Mello, em 1992; no período da ditadura civil militar quando os estudantes participaram contra as repressões e estavam na campanha das “Diretas Já!”, 1983/1984.

Em Martins (2002) encontra-se a informação de que o primeiro curso superior do Brasil foi criado em 1808, juntamente com a chegada da família real portuguesa e, ao longo do tempo do Brasil Colônia, o ensino esteve voltado para a formação de profissionais em faculdades isoladas, visando um diploma que favoreceria um posto no mercado de trabalho, além de prestígio social. A independência, em 1822, não trouxe mudanças imediatas ao sistema de ensino. “A elite detentora do poder não vislumbrava vantagens na criação de universidades” (Martins, 2002, s/p).

Martins (2002) destaca que a partir de 1850 houve aumento de centros científicos como a criação do Museu Nacional, a Comissão Imperial Geológica e o Observatório Nacional, permanecendo o ensino ainda ligado às profissões liberais em instituições públicas, conforme a vontade política<sup>27</sup>. Foi ao final do século XIX que, movido pela iniciativa privada das elites locais e confessionais católicas e diante das possibilidades legais criadas pela Constituição da República de 1891, ampliou-se o ensino superior no Brasil. “Nos 30 anos seguintes, o sistema educacional apresentou uma expansão considerável, passando de 24 escolas isoladas a 133 [...]” (Martins, 2002, s/p). Com a expansão das escolas pelo Brasil, cresceu o número e a importância dos estudantes. Essa importância se manifestou ao assumir voz com os movimentos estudantis. Em 1901, foi criada a Federação dos Estudantes Brasileiros e em 1910, foi realizado o I Congresso Nacional de Estudantes, em São Paulo. O rápido aumento do número de escolas, nas primeiras décadas do século XX, acompanhou a rápida organização coletiva dos jovens, que desde o início de sua atuação estiveram envolvidos com as principais questões do país.

Pereira (2021) cita a criação do primeiro centro acadêmico fundado no Brasil

---

<sup>27</sup> “Até o final do século XIX existiam apenas 24 estabelecimentos de ensino superior no Brasil com cerca de 10.000 estudantes” (Martins, 2002, s/p).

pelos estudantes da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, em 11 de agosto de 1903, o Centro Acadêmico XI de Agosto, como o mais antigo centro acadêmico do país. Ao longo de sua existência centenária, esse CA participou em diversas campanhas políticas, nos movimentos de defesa da democracia quando esta esteve ameaçada pela ditadura de Getúlio Vargas (1937-1945) e durante a ditadura militar brasileira (1964-1985). A entidade participou também da campanha "O petróleo é nosso!" (1948), do "Diretas Já!" (1983-1984) e do movimento dos caras pintadas (1992), que levou à queda do presidente Fernando Collor.

Pereira (2021) descreve o contexto social na década de 1930 como favorável ao surgimento dos movimentos estudantis. Com a Revolução de 1930, houve maior articulação política e social por parte dos jovens no Brasil. A Constituição Federal de 1934 contribuiu para a expansão da educação no país. Com o crescimento desse setor apareceu a organização dos movimentos secundaristas com as primeiras entidades municipais e estaduais. Essa movimentação percebeu como limitadora da liberdade e perigosa a implantação da ditadura do Estado Novo (1937-1945). Com a visão sobre as ameaças da posição de Vargas, o movimento estudantil passou a ser símbolo de resistência à ditadura e atuação no combate do nazi-fascismo no Brasil. Ao sentir a necessidade de uma organização participante e resistência bem definida, em 1937, foi fundada a União Nacional dos Estudantes (UNE).

Pereira (2021) apresenta as entidades estudantis de nível nacional começando a surgir e marcando presença na história e na vida dos estudantes, nos anos de 1937. A criação de entidades representando menos de 5 cursos ou escolas, grêmios nas escolas básicas e DA's e CA's nas universidades foi fundamental para o avançar de lutas e reivindicações de direitos

Pereira (2021) apresenta o Centro Acadêmico XI de Agosto visto como ameaçador das instituições constituídas na sociedade brasileira e, por sua atuação em 1942, quando os estudantes, organizados, protagonizaram um grande ato contra o nazi-fascismo que crescia cada vez mais na Europa. O ato visava manter o apoio do Brasil junto à Aliança<sup>28</sup> e repudiava o movimento integralista<sup>29</sup> no Brasil.

Pereira (2021) relata que após a Segunda Guerra Mundial, em 1946,

---

<sup>28</sup>ALIANÇA: união de países que combatiam as tropas fascistas e nazistas na Europa

<sup>29</sup>Movimento Integralista: O Integralismo Brasileiro é uma ideologia política de caráter nacionalista e fascista, desenvolvido pela Sociedade de Estudos Políticos em 1932. O movimento foi inicialmente representado pela Ação Integralista Brasileira, adotando como símbolo o Sigma, em uma bandeira de fundo azul.

cresceu a campanha "O Petróleo é Nosso", com o objetivo de nacionalizar a extração da matéria pura que produz vários produtos combustíveis. A campanha era necessária, pois havia interesse político em permitir o investimento de empresas estrangeiras na produção do petróleo, desviando o lucro do Brasil para os países envolvidos. Nesse movimento, é importante perceber que com a defesa da posse do petróleo, defendia-se mais que a economia, preservava-se a soberania nacional. Um dos resultados dessa luta foi a criação da Petrobrás, em 1953, em um projeto que estabelecia o controle majoritário da empresa pela União. Com os estudantes em geral, estava o Centro Acadêmico XI de Agosto nesse movimento.

Pereira (2021) cita a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), fundada em 1948, no Rio de Janeiro, durante o 1º Congresso Nacional dos Estudantes Secundaristas, quando ainda levava o nome de União Nacional dos Estudantes Secundaristas (UNES). Como movimento social, atua em prol de melhorias na educação para estudantes do ensino fundamental, médio e técnico, contribuindo para a politização de temas acerca da educação e ajudando a estabelecer um diálogo entre os estudantes e o poder público. Visando seus objetivos, o movimento atua em diferentes frentes. Assim, nas escolas, oferece apoio aos grêmios estudantis; quando ao lado do poder público apoia e defende os direitos dos estudantes secundaristas; contribui na organização de fóruns e congressos nacionais e atua em união com outros movimentos sociais.

Para Pereira (2021), além dessa movimentação, a UBES também possui uma cadeira no Conselho Nacional da Juventude (Conjuve), no qual defende os interesses dos estudantes. A importância da UBES se sente a cada movimento que é solicitada. Assim como o Centro Acadêmico XI de Agosto, o movimento estudantil universitário e o movimento estudantil secundarista mostram-se essenciais para a luta por direitos, um exemplo foi a movimentação de diversos grêmios e estudantes não organizados em entidades, que travaram em suas escolas, em 2015, uma luta contra uma reforma na organização das escolas públicas de São Paulo.

#### 4. 2 UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES: A UNE

Sanfelice (2015) relata que no dia 11 de agosto de 1937, na Casa do Estudante do Brasil, no Rio de Janeiro, foi criada, pelo Conselho Nacional de Estudantes, a entidade máxima dos estudantes, a União Nacional dos Estudantes

(UNE), já muito planejada. O grupo de estudantes, protestando contra o nazi-fascismo ocupou a sede do Clube Germânia, na Praia do Flamengo, 132, Rio de Janeiro, reduto de militantes nazifascistas e, pouco depois, Getúlio Vargas concedeu-lhes permanecer no prédio e oficializou a UNE como entidade representativa de todos os universitários brasileiros, pelo decreto-lei nº 4080.

Sanfelice (2015) destaca que desde seus primeiros dias de vida oficial, a UNE participou em todos os setores que incomodavam a sociedade. Em sua formação existiam tendências de diferentes direções: conservadoras de direita, socialistas e comunistas, católicos seguidores da Juventude Universitária Católica (JUC) e, nos anos 60, a Ação Popular (AP). Em relação ao setor educação pode-se registrar a realização do I Seminário Nacional de Reforma do Ensino, em 1957, engajamento na Campanha em Defesa da Escola Pública no transcorrer dos debates que se travaram em torno da elaboração da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Sanfelice (2015) destaca que a UNE, no período anterior ao movimento militar de 64, atuava em busca de uma reforma universitária e nos anos 1961, 1962, foram promovidos o I e o II Seminário Nacional de Reforma Universitária, em Salvador e Curitiba, respectivamente. O objetivo da movimentação dos estudantes da UNE era bastante ambicioso, pois eles procuravam fazer da universidade a expressão das necessidades sociais, sabendo que para isso seria necessário ligar a reforma universitária às outras reivindicações populares pelas reformas de base. Junto a isso, uma das táticas que eles possuíam para ampliar a formação crítica dos estudantes, socializar materiais (livros, poesias e panfletos) de forma acessível e travar a luta anteriormente citada, foi a fundação da Editora Universitária (**anexo 2**).

Sanfelice (2015) descreve amplamente as ocorrências do dia 1 de abril de 1964, nos dias anteriores próximos e a seguir, narrando que logo após o golpe militar, seus promotores sentiram a pressão dos estudantes participantes da UNE. Tanto assim que a sede do movimento estudantil, na praia Vermelha do Flamengo, foi incendiada, era o começo da perseguição realizada pelo regime militar que se instalava. As dependências da Faculdade Nacional de Direito foram invadidas e apreendidos documentos e acervos históricos do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira, muitos que versavam sobre as atividades da instituição. O Prédio da Faculdade foi cercado por tanques e grupos paramilitares de direita, que

metralhavam a fachada e tentavam incendiá-lo com os estudantes dentro. O gesto dos militares foi contido pelo capitão de cavalaria do Exército e do Regimento Presidencial, Ivan Cavalcanti Proença, que ordenou sua tropa a impedir o massacre e arriscou a própria vida, pessoalmente entrando nas salas de aula, em meio ao incêndio, tiros e gás lacrimogêneo a fim de salvar os estudantes.

Lira (2009) refere-se à Lei Suplicy como forma de conter a ação dos estudantes. A Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964 “dispõe sobre os Órgãos de Representação dos estudantes e dá outras providências”, resultou de um projeto do ministro da Educação Flávio Suplicy de Lacerda, razão pela qual ficou conhecida como Lei Suplicy. Aprovada pelo Congresso e sancionada pelo presidente general Castelo Branco a lei resultou na revogação do livre direito de organização e manifestação do movimento estudantil. Extinguindo as organizações estudantis existentes, a lei propôs a presença de Diretórios Acadêmicos por curso e Diretórios Centrais de Estudantes por universidade sob controle oficial do MEC, tratando sempre de assuntos acadêmicos e assistenciais. Nesse contexto a UNE estava extinta e substituída por um Diretório Nacional dos Estudantes.

Sanfelice (2015) destaca que essa lei colocou na ilegalidade a UNE e as UEEs, que passaram a atuar na clandestinidade. Na ocasião a UNE se mobilizou contra a Lei Suplicy de Lacerda organizando passeatas nas principais capitais. Todas as instâncias da representação estudantil ficaram submetidas ao MEC. Mas a luta continuou e em 1965 a UNE convocou uma greve de mais de sete mil alunos, paralisando a Universidade de São Paulo (USP).

Sanfelice (2015) cita, ainda, que no dia 26 de julho de 1968, no Rio de Janeiro, ocorreu a Passeata dos 100 mil, a maior manifestação desde o golpe militar de 64. Dias antes, a manifestação havia sido proibida com ameaça de pesada repressão, independente da ameaça, o movimento estudantil brasileiro não se intimidou, manteve a manifestação marcada e forçou os militares a recuarem com a repressão, mostrando toda a força que tem o povo organizado. A passeata dos 100 mil foi impulsionada pela morte de Edson, Liderança estudantil secundarista que lutava ao lado de outros jovens por direito à alimentação no restaurante Calabouço<sup>30</sup>.

---

<sup>30</sup>Restaurante Central dos Estudantes, no Calabouço, Centro do Rio, os universitários pagavam 50 centavos por um prato. Do golpe militar, quando a União Nacional dos Estudantes (UNE) foi posta na clandestinidade, até março de 1968, o restaurante foi o CALABOUÇO (restaurante popular) centro de ebulição da resistência à ditadura (EXTRA, 2008) <<https://extra.globo.com/noticias/brasil/palco-de-resistencia-em-68> >

### 4.3 MOVIMENTO ESTUDANTIL DO SERVIÇO SOCIAL: O MESS

Paula (2002) destaca a situação existente no Brasil no início dos anos 60 como um período de efervescência freado pelo movimento militar de 1964. Entre os estudantes de Serviço Social o movimento já era presente desde os anos de 1950, mas o marco significativo tem sido considerado o Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social, realizado na cidade de Porto Alegre (RS), em 1963, que resultou na fundação da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESS) com atuação até meados de 1968 quando o Ato Institucional número 5 (AI-5), impediu todas as formas existentes de organização coletiva e de expressão política.

Paula (2002) descreve que, o período pós movimento militar e passados os seus efeitos, o MESS se rearticulou gradualmente e foi criada a Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social da UNE (SESSUNE), cuja finalidade era potencializar a organização política dos estudantes de Serviço Social junto a UNE.

No decorrer daquela convivência, o Serviço Social sentiu necessidade de garantir uma maior autonomia política, visando o fortalecimento de suas lutas específicas. Assim, no XV ENESS, realizado em São Leopoldo/RS, em 1993, após um longo debate sobre a atuação da UNE, ficou deliberada a mudança de nomenclatura da entidade, deixando de ser SESSUNE, para tornar-se Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), entidade máxima de representação dos estudantes de Serviço Social no país, garantindo sua autonomia, estimulando, unificando e fortalecendo a luta do Serviço Social, numa direção classista, anticapitalista e revolucionária. Independente da modalidade que assuma, o movimento estudantil atua na conservação da democracia no país, na qualidade da educação e do ensino nos diversos setores das universidades e está reconhecido e considerado indispensável.

Toda entidade possui uma forma de se organizar e com a ENESSO não é diferente, toda a estrutura organizativa encontra-se definida no estatuto da entidade (**contido no anexo 3**), tendo sua revisão prevista a cada três anos, e consiste em: composição e atribuições da Diretoria, os espaços organizativos e deliberativos e a divisão regional das escolas. Assim, para garantir uma atuação mais ampla entre as/os estudantes a nível nacional, a ENESSO possui uma Coordenação Nacional (CN), para colocar em prática as estratégias e táticas deliberadas nos encontros nacionais, conforme (2011): “[...]cumpre papel relevante para a organização do

MESS, à medida em que direciona as ações e posicionamentos políticos da entidade em torno de determinado projeto ideológico” (GUIMARÃES,2011, p.45).

No entanto, para que ocorra sucesso na organização nacional dos estudantes, é necessário uma organização local, com trabalho de base, luta, passagens em salas, debates e uma comunicação em cada escola. Assim, Paula (2002) registra que as primeiras turmas da Faculdade de Serviço Social da UFJF, de 1958 a 1961, duas turmas, não se envolveram com o Movimento Estudantil. O primeiro gesto de preocupação com os objetivos do curso e com o papel da faculdade no contexto social ocorreu a partir de 1961 quando os estudantes se referiram aos conteúdos curriculares buscando conhecimento e intervenção na realidade existente na sociedade da época. O DA/FSS/UFJF criou um Centro de Estudos e ali se discutiam as mudanças curriculares e se planejavam e realizavam Semanas de Divulgação do Serviço Social, promovendo a profissão, acertando a comunicação com e entre as turmas com representantes e um Jornal Universitário do Serviço Social (JUSS), **contido no anexo 4**, gradualmente os alunos foram se aproximando e se integrando.

Paula (2002) descreve que ao final de 1963, em Juiz de Fora, o movimento estudantil da Faculdade de Serviço Social se organizava, mas a ocorrência do golpe militar de 1964 cortou o processo e promoveu perseguições que afastaram alunos e retardaram o processo de instalação de estudos e decisões sobre mudanças e desenvolvimento, não só do envolvimento dos alunos, mas também das mudanças desejáveis para o curso.

Apesar da muita repressão, observe-se que

[...] mesmo passando por p momentos críticos de difícil articulação dos estudantes, o DA da FSS/UFJF resistiu ao período negro da ditadura. E, assim, como o Movimento Nacional de Serviço Social em fins da década de 1970, já encontrava força suficiente para se reorganizar e reestruturar de maneira consistente (Paula, 2002, p 83).

Uma figura importante para o curso de Serviço Social em Juiz de Fora é o religioso redentorista Padre Jaime Snoek, que segundo Paula; Duriguetto (2007), chegou ao Brasil e a cidade de Juiz de Fora em 1955. Foi por meio de seu trabalho e da Congregação das Irmãs Missionárias que surgiu a Escola de Serviço Social de Juiz de Fora, com funcionamento entre 1958 e 1968 como uma instituição de ensino privado sob a direção das irmãs Missionárias em especial a Madre Maria Aparecida Guimarães, a partir das orientações do Conselho Nacional de Educação (CNE) e da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS). O

regimento interno da instituição tinha como premissa a formação em nível de graduação de profissionais de Serviço Social. O curso ordinário compreendia o ensino teórico e prático, o estágio supervisionado além de um trabalho final de autoria exclusiva do aluno.

Paula (2002), destaca a situação existente no contexto da faculdade durante o processo da ditadura. Por esse tempo a faculdade foi vista como um reduto do comunismo e Padre Jaime passou a ser visado pelos órgãos de repressão. De fato o serviço social resistiu, assim como o MESS, na Universidade Federal de Juiz de Fora. O Padre Jaime Snoek, foi uma representação que ajudou no processo de resistência. A sua atuação foi muito significativa e tendo falecido em 2013, o Diretório Acadêmico do Serviço Social da UFJF leva o seu nome num gesto de lembrança de sua ação e perene gratidão.

Paula (2002) considera em seus estudos a atuação das diferentes gestões do DA/FSS, todas trabalhando em busca do aperfeiçoamento didático do curso em direção a uma presença crítica do profissional diante das medidas políticas na realidade social. Pelo final dos anos de 1980, pode-se destacar a preocupação do DA/FSS com duas questões: “ a mobilização dos estudantes e a constante avaliação das ações realizadas pelo DA” (p. 85). No primeiro caso, o DA trabalhou no sentido de despertar o interesse pela participação discente na vida política da Universidade. No segundo caso, o interesse era promover a avaliação das atividades como um todo e para isso foi objetivamente criada a posição de avaliações mensais.

Paula (2002) demonstrou em seu estudo que os temas e as propostas dos diversos grupos à frente do DA/FSS estavam voltadas para a busca de um curso interessado na qualidade do profissional do Serviço Social politicamente consciente da importância de uma posição crítica para o planejamento da atuação na realidade social. Apoiando esta afirmativa, pode-se destacar a declaração presente na pesquisa de Paula (2002):

A formação profissional é uma importante estratégia de luta para o MESS, pois contribui com a defesa de outra direção social para a universidade e conseqüentemente para a sociedade. Dessa forma, a contribuição do ME no âmbito da formação profissional se dá pela disputa cultural e ideológica no cotidiano da vida universitária e pela aliança com outros segmentos progressistas que também defendem esse posicionamento (Paula, 2002, p. 68).

Paula (2002) pesquisa a contribuição do Movimento Estudantil para a formação profissional do Assistente Social e destaca que o ME é um espaço

político a ser ocupado e representa uma colaboração para a formação profissional, fomentando o desenvolvimento do exercício do debate e do convencimento, ações diárias no cotidiano de um assistente social.

Para Paula (2002), o Movimento Estudantil colabora com o objetivo central do curso, que é proporcionar conhecimento crítico aos alunos para que cheguem a se tornar profissionais questionadores. “ [...] este é um desafio histórico porque implica em criar condições para vencer a alienação num mundo marcado pela reificação social”. Comprometer-se com a transformação social e promover ações em direção aos direitos sociais, valendo-se de serviços de qualidade, exige profissionais críticos e questionadores, além de portadores de um referencial de conhecimentos capazes de apreender a realidade em totalidade, construindo “mediações entre o exercício profissional comprometido e os limites dados pela realidade de atuação” (Paula, 2002, p. 123).

#### **4.3.1 O MESS em Juiz de Fora**

Para entendermos melhor a presença e atuação do MESS em Juiz de Fora, Ferreira; Stampa (2018) expressa uma contextualização histórica. Assim, Paula (2002), traz quando analisa o ano de 1957, relatando o trabalho de assistência aos operários, aos comerciários e familiares, uma atividade implementada em Centros Sociais, nos bairros periféricos, pelo SESC, com profissionais formados em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, A Congregação das Irmãs Missionárias também desenvolvia um trabalho social em educação, além de prestarem assistência à infância, à juventude, aos trabalhadores, à pobreza em geral, mas com forte influência da igreja, sem viés crítico e difundindo o assistencialismo. Em suma, podemos dizer que o trabalho das Missionárias como aquele que complementava a atividade de assistência social realizada pelo Estado, mas não ligado às agências oficiais.

Segundo Paula (2002), coube ao Padre Jaime Snoek a tarefa de aproximar as realidades das mudanças ocorridas em Juiz de Fora, principalmente no que tange ao crescimento de possibilidades de acesso ao trabalho e a educação, além de ajudar a compreender a oportunidade da formação de profissionais em Juiz de Fora. A partir de sua atuação, ele chamou a atenção da Congregação das Irmãs Missionárias para a possibilidade de uma escola, dando amplitude e abrindo a possibilidade para dar outro sentido ao trabalho que já realizavam.

Paula; Duriguetto (2007) explicam que em 1958 ocorreu o primeiro Concurso de Habilitação para selecionar alunos, e que nessa ocasião foram aprovadas 20 candidatas. As disciplinas obrigatórias que constavam no currículo eram: Economia Social, Doutrina Social da Igreja e Higiene Mental. Além disso, eram oferecidas outras optativas e elas eram distribuídas em setores: família, menor, trabalho, médico social e outras. Também eram oferecidos seminários, círculos de estudo, visitas às instituições, debates, arguições. E no ano de 1961, entraram no mercado de trabalho 13 assistentes sociais, vindas daquela primeira turma.

Paula; Duriguetto (2007) relatam que em 23 de dezembro de 1960, o presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, decretou a criação da Universidade Federal de Juiz de Fora antes mesmo que a primeira turma do curso de Serviço Social se formasse. A intenção da criação da Universidade era reunir as faculdades isoladas que estavam presentes na cidade. Entretanto, não foi fácil alcançar essa unidade pretendida. A Escola de Serviço Social, por exemplo, tomou todas as providências em relação à documentação exigida pelo Governo Federal durante o ano de 1963, para a sua integração à UFJF. A aprovação do processo veio por meio do Decreto nº 52.210 de 02 de julho de 1963, porém apenas a 12 de março de 1969, com a resolução 12, o Conselho Universitário, de maneira unânime aprovou a vinculação solicitada para que a FSS fosse agregada à UFJF.

Os estudantes tiveram uma atuação decisiva para a mudança do perfil de tradicional para crítico. A importância que os alunos atribuem ao curso também está presente no Movimento Estudantil, organizado no entorno do Diretório Acadêmico Padre Jaime Snoeck, principalmente porque seus encontros e estudos destacam para pesquisa, discussão e reflexão a formação de um profissional crítico – meta do trabalho da Faculdade de Serviço Social da UFJF.

Em 1964, Ferreira; Stampa (2018) pontuam que o então presidente João Goulart sofreu um golpe militar, perpetrado pelas Forças Armadas do Brasil. Além da caserna, o golpe contou com apoio de uma parte da elite civil do país e foi iniciado em 31 de março de 1964 e teve sua implementação completa em 04 de abril de 1964, data quando foi publicada o Ato Institucional nº 1 (AI-1).

Ferreira; Stampa (2018) lembra que em 1963, o país vivia dias de grandes expectativas com a possibilidade da implementação das reformas de base, sendo uma delas a Reforma Universitária. Porém, o Golpe Militar de 1964 fez com que todo esse movimento fosse abortado. Assim, Paula; Duriguetto (2007) coloca que em Juiz

de Fora, os estudantes de Serviço Social iniciavam um movimento neste sentido e que foi muito prejudicado. Em 1964, houve a renúncia do então presidente do Diretório Acadêmico de Serviço Social, sob a justificativa de que o ME passava por um processo de destruição e os estudantes da Faculdade não possuíam forças para continuar.

Após a renúncia, houve a convocação para novas eleições, e os candidatos foram selecionados estrategicamente, já que a sua realização dependia da obtenção do aval da 4. Região Militar. Devido às perseguições, diversas lideranças políticas abriram mão de suas atividades no ME e outros passaram a atuar de maneira mais pacífica apenas em assuntos internos na Faculdade.

Como resultado, entre os anos de 1965/66, o ME na Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora, de acordo com Paula Duriguetto (2007), não possuía grande organização e nem mesmo tinha a perspectiva de continuidade. Mas simultaneamente, uma onda de manifestações e protestos estudantis contra a repressão da ditadura militar começou a ocorrer Brasil afora. Na esteira destes acontecimentos o ME em Juiz de Fora também reativou algumas atividades passando a se posicionar de maneira aberta em oposição à política repressiva do governo da época.

Paula (2002), ainda que sem registrar a data, destaca que o Movimento estudantil em Juiz de Fora atuou contra a situação existente na sociedade depois do golpe que implantou a ditadura militar: "(...) podemos destacar uma passeata onde os alunos da universidade carregaram somente cartazes em branco; e greve geral de 48 horas em apoio ao 'Dia Nacional da Luta' contra a ditadura" (Paula, 2002, p 82).

Paula; Duriguetto (2007) trazem à tona a discussão da relação da presença da Faculdade de Serviço Social em Juiz de Fora com o processo de industrialização da cidade, principalmente a partir do campo de atuação profissional que se constituiu a partir do advento do Serviço Social da Indústria (SESI) e Serviço Social do Comércio (SESC).

Ferreira; Stampa (2018) colocam que entre todas as atividades realizadas no período, duas delas se destacam, a passeata na qual os estudantes levavam cartazes totalmente em branco e a greve geral de 48 horas em apoio ao "Dia Nacional de Luta". Até 1968, o Movimento Estudantil conseguiu resistir aos projetos autoritários de modernização das universidades, que tinham como objetivo a

integração delas aos interesses dos empresários. Entretanto, no início de 1967 a organização dos estudantes passou a ser alvo de repressão por meio do governo, além das ameaças.

Uma estratégia utilizada pelo governo ditatorial, destacada por Ferreira; Stampa (2018), foi a imposição de uma reformulação dos órgãos de representação dos estudantes e do movimento estudantil. Em contrapartida, os estudantes, mesmo com tamanha repressão, conseguiram se unir em momentos chaves, como no enterro e na missa de sétimo dia de Edson Luís e na passeata dos “Cem Mil”.

Em 1968 houve um agravamento das medidas repressivas contra qualquer tipo de movimento social, por conta do Estado de Segurança Nacional. Até mesmo greves e passeatas passaram a ser proibidas. Vale destacar o episódio do 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), que seria realizado em Ibiúna, mas uma intervenção do governo prendeu as lideranças e impediu a realização do congresso. Foi neste cenário que em no dia 12 de março de 1969, de acordo com a resolução número 12, o Conselho Universitário aprovou, por unanimidade, a inclusão da Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora à Universidade Federal de Juiz de Fora. Foi apenas no fim da década de 1970, após a inclusão na Universidade e inseridos no ME universitário, que os estudantes do Serviço Social encontraram forças para se reorganizar de maneira consistente.

Os membros do Diretório Acadêmico Padre Jaime Snoeck (DAPJS) demonstraram nas atas o interesse em se envolver nas lutas e discussões do MESS na década de 1980. Paula; Duriguetto (2007) cita que eles buscaram participar dos fóruns do MESS; debater antecipadamente as agendas de eventos como Encontro Regional de Estudantes de Serviço Social (ERESS), Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS); e se integrar às escolas da região V (Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo).

No ano de 1986, a FSS/UFJF realizou uma série de cursos que contaram com o financiamento de um convênio com o Ministério da Educação (MEC). Esses cursos, inicialmente, seriam destinados somente aos professores, mas o DA exigiu que eles fossem abertos aos estudantes da Faculdade.

Ainda em 1986, Paula; Duriguetto (2007) detalham que o DAPJS, sob a gestão “Verdejante”, promoveu o primeiro Pré-ENESS na Faculdade, para antecipar com os estudantes os temas que seriam abordados e debatidos no ENESS daquele ano. O Pré-ENESS foi tão bem-sucedido que essa gestão organizou uma série de

palestras na FSS, onde os estudantes tiveram a chance de discutir a história dos movimentos operários no Brasil; a história das lutas camponesas e o movimento sindical; as correntes teóricas do Serviço Social; análise de conjuntura; os movimentos populares e urbanos; ABESS; a universidade e o movimento estudantil; ensino, pesquisa e extensão; o código de ética do Serviço Social; o plano de lutas da Associação Nacional dos Assistentes Sociais (ANAS).

Paula; Duriguetto (2007) ainda pontuam que como resultado das ações, os membros do DA e os demais estudantes da FSS/UFJF se destacaram pela sua participação na discussão da reforma curricular aprovada pelo MEC. No ano seguinte, os membros do DA se envolveram na elaboração de uma política de estágio na FSS/UFJF. A gestão “Senso Crítico”, em 1988, promoveu várias assembleias na FSS/UFJF para debater com os estudantes os temas polêmicos da reforma curricular. Essa gestão também assinou um periódico, reconhecendo a importância da leitura conjuntural para a formação política dos seus membros, e realizou um curso sobre sindicalismo para os estudantes da Faculdade.

O curso foi um sucesso e possibilitou que a gestão realizasse outros cursos e debates, de acordo com Paula; Duriguetto (2007), inclusive com os professores da Faculdade. Esta gestão também se destacou por promover um debate com candidatos ao legislativo municipal na FSS/UFJF, com a presença de candidatos de oito partidos políticos. Esta foi a primeira vez que esta gestão buscou uma articulação efetiva com outros movimentos políticos e sociais de Juiz de Fora. No final dos anos 80, o DA estava bem integrado às lutas da UNE, da União Estadual dos Estudantes (UEE) e muito ativo nas discussões sobre a Constituição Brasileira.

Em maio de 1988, de acordo com Paula; Duriguetto (2007), alguns membros do DA participaram de um evento da UEE, em Belo Horizonte, sobre “Conjuntura, Universidade e Juventude”. Nesse evento, foram aprovadas as seguintes demandas: eleições diretas para Presidente da República; crítica à atual constituinte; defesa das estatais; democratização escolar; recursos públicos apenas para escolas públicas; universidade voltada para o social; rejeição à profissionalização do ensino superior; apoio à reforma agrária. Ainda segundo as autoras, o DA participou do X ENESS que ocorreu no mesmo ano, entre os dias 02 a 05 de agosto no Rio de Janeiro. Sobre esse evento Paula; Duriguetto (2007) dissertam que:

“Os estudantes da FSS/UFJF que foram ao encontro criaram, em assembleia geral, a Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social da UNE (SESSUNE). Um importante triunfo do ME foi no começo do ano de 1989, quando o DAPJS conseguiu finalmente uma sede para a entidade dentro da

FSS/UFJF. A obtenção de uma sala, no edifício da Faculdade, foi um momento especial na história do Movimento Estudantil da Faculdade. Com a mudança da Faculdade para o campus universitário, o DA ficou com uma salinha minúscula, no edifício da Faculdade de Comunicação, onde também ficavam as salas do DA de Comunicação e Pedagogia. Essas salas eram maiores e a que “restou” para o Serviço Social era minúscula. Ao perceber que a sala não caberia nem os membros do DA, conversamos com a diretora interina e pedimos que nos desse uma sala no edifício da Faculdade de Serviço Social, para não ficarmos distantes da base. Esse pedido foi negado. Então, iniciamos um movimento de mobilização com os estudantes e expusemos o problema que enfrentávamos. Escolhemos uma sala, bem localizada, colocamos um cartaz na porta e pedimos que todos assinassem em apoio. Marcamos uma reunião com a diretora que voltava das férias, e pedimos uma posição dela. A diretora nos deu um prazo para conversar com os professores. Nesse meio tempo, os estudantes estavam em alerta, surgiu a ideia de invadir a sala, se a resposta fosse negativa. No fim do prazo, a resposta foi positiva, a sala, finalmente, era nossa.” (DAPJS, Livro de Atas, 1989, p.20).

Paula; Duriguetto (2007) colocam que a comunidade discente juntamente com os docentes da FSS/UFJF celebraram essa vitória com uma festa de inauguração da sala. A festa obteve a presença de estudantes e professores da Faculdade, além dos representantes estudantis das entidades de base dos diversos cursos da UFJF (DAs e CAs) e também da entidade geral dos estudantes da universidade, o Diretório Central dos Estudantes (DCE).

## 5 CONCLUSÃO

Neste trabalho tivemos como objetivo principal traçar contextos históricos com intuito de mostrar a conexão entre eles, valorizar a importância da história e de antigos registros documentais, retomar fatos que desenham o caminhar do Serviço Social enquanto profissão e curso, além de valorizar o Movimento Estudantil no âmbito geral e principalmente dentro do Serviço Social da UFJF.

Conclui-se que os estudantes e profissionais com sede em uma profissão que atuasse de forma crítica na realidade da classe trabalhadora possuíram e ainda possuem grande relação e participação no caminhar da profissão. Espaços onde ocorriam debates e formações deixam claro como a construção coletiva e dialética fazem parte do Serviço Social, enquanto curso e profissão.

Esses espaços presentes na categoria profissional e no movimento estudantil do serviço social são exemplos concretos que a formação antecedida a ação é de suma importância para o melhor olhar e planejamento de uma determinada concepção. Dessa forma, vislumbramos a nítida necessidade de movimentos nas lutas à âmbito profissional e estudantil.

O olhar crítico e atento da profissão sempre foi algo que me chamou a atenção, antes mesmo da minha entrada na faculdade. Dessa forma, não seria possível pensar em um tema diferente para o trabalho que encerra a minha graduação e essa etapa que faz parte do meu caminhar. Com isso, o título “O Caminhar do Serviço Social: A participação de profissionais e estudantes na luta por uma visão crítica”:

“A interrogação enorme em torno da cientificidade das ciências sociais se desdobra em várias questões. A primeira diz respeito à possibilidade concreta de tratarmos de uma realidade da qual nós próprios, enquanto seres humanos, somos agentes.” (Minayo, 2001, p. 11)

Assim, faz parte da conclusão do presente trabalho a compreensão sobre a importância de discorrer sobre o caminhar da profissão e compreender como indivíduos em específicos, estudantes e profissionais, tiveram influência no Serviço Social, como curso e profissão. O espaço tempo, apesar de divergente do atual, pontua conexões com desafios da profissão e movimento estudantil na atualidade.

Não seria possível falar de um “Caminhar” sem fazer uma contextualização histórica, já que nenhum acontecimento é isolado e todos possuem precedentes. Hoje, em 2023, vemos a proposta do Novo Ensino Médio em vigor, questão que não faz parte do presente trabalho, mas possui o intuito da retirada de matérias como

história dos três últimos anos do ensino básico, assim mergulhar no que foi o período da República no primeiro capítulo deste trabalho reafirma a importância da história, da luta do movimento estudantil que ainda ocorre nos dias de hoje.

Como pudemos ver, o desenvolvimento histórico e político brasileiro é parte constitutiva das condições do Serviço Social no cotidiano. A história republicana brasileira esteve marcada, como demonstrado, por processos de afastamento das classes subalternas da tomada de decisão - fato comum aos períodos de ditadura formalmente estabelecida e às épocas ditas democráticas. A ditadura militar, continuadora e intensificadora deste legado, atuou para desagregar as organizações populares, entre as quais o Movimento Estudantil; mas é no processo de resistência que novas formas de reflexão de nossa situação perante o conjunto das relações sociais são formadas, influenciando o conjunto de nossas práticas profissionais.

A ditadura militar marca um período de censura e repressão, importante para a interpretação da história do Brasil, assim como a história do Serviço Social. Com isso, a presença de documentos do acervo do Diretório Acadêmico Padre Jaime Snoek, possui como objetivo a valorização de documentos históricos e da memória que com eles é trazida e muitas vezes esquecida.

Além desses documentos que auxiliam na visualização do espaço-tempo desse Trabalho de Conclusão de Curso, quando tratamos de documentos, vemos que vários fizeram parte da história e processo de construção da profissão. Os documentos de Araxá, Sumaré e Teresópolis, por exemplo, não sozinhos, mas juntamente com os espaços que foram elaborados, pontuam a importância do registro e construção coletiva da profissão durante sua trajetória.

O mesmo discente que se engajou na luta democrática e reivindicatória também atuava, em projetos diversos, no tripé Ensino-Pesquisa-Extensão, e assim as concepções teóricas - tanto acerca da profissão quanto da atuação política estudantil - eram alimentadas por e alimentavam um conjunto de experiências práticas vividas no quadro da universidade. Desta forma, podemos compreender também o desenvolvimento de uma concepção crítica em Serviço Social como parte do mesmo processo sob o qual o MESS se desenvolveu.

Disto, podemos entender a importância do Movimento Estudantil para a politização e formação crítica e dialética necessária no Serviço Social. Portanto,

Serviço Social se constrói nesse contexto histórico e político, mostrando a importância da articulação com as lutas dos movimentos sociais, para o exercício de uma análise crítica da sociedade e a necessidade de documentações e registros, como documentos históricos para debates em épocas diversas e retomadas de debates, já que fazemos a defesa de uma formação continuada.

Moljo; Cunha (2009) pontua que um dos maiores desafios que o assistente social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos a partir de demandas emergentes do cotidiano. Assim, o intuito do trabalho é não perder a referência em episódios passados da profissão, como Congressos, Seminários, debates ocorridos, movimentações e entre outros pode auxiliar a possuir um olhar diferenciado sobre o presente.

Dessa forma, devemos tomar frente de um posicionamento articulado ao corpo das forças sócio-políticas da classe trabalhadora na luta pela garantia de direitos, ampliação e investimento aos serviços públicos. Portanto é de suma necessidade ao Serviço Social, enquanto profissão, manter-se firme e coerente ao seu projeto ético-político hegemônico e a todo seu caminhar, reafirmando a ética, visão crítica e demais diretrizes profissionais.

## ANEXOS

### ANEXO 1- JORNAL DO DCE

# Jornal do DCE

## UM PROJETO DE IMPrensa PARA FORTALECER O DCE

A tarefa que se impõe para nós, que temos o sonho de tornar o DCE uma entidade representativa, forte e apartidária, e que decidimos fazer através da secretaria de imprensa da nova gestão, é elaborar e executar, planejamento ao longo da gestão, um projeto de imprensa amplo, sério e democrático. Um projeto de imprensa que ligue o DCE indissolavelmente à vida acadêmica do estudante, que garanta a informação e a politização e informação da grande maioria dos estudantes. Em fim, que reflita a necessidade de mudança manifestada pelos estudantes nas eleições do DCE, que consagraram uma nova mentalidade para o movimento estudantil como a melhor política para o DCE.

Os primeiros passos já foram dados com a aprovação, pela diretoria do DCE, do projeto de imprensa da entidade e com a publicação deste jornal, que pretendemos seja mensal e acompanhado de um boletim setorial. Falta, ainda, a constituição do conselho editorial do jornal, a definição do calendário das publicações e uma maior participação dos DA's e CA's.

Todo este esforço de mudança só terá resultados concretos se contar com a participação efetiva dos estudantes, com sua participação. No próximo número do jornal teremos um espaço para críticas, sugestões, recados, classificados, etc. Além de publicarmos artigos assinados e poesias. A sua participação é o que dará o tom e o ritmo da mudança.

Escreva, ligue, nos procure!

Até mais!  
Luis Eduardo  
Diretor de Imprensa/DCE

Orgão Informativo do DCE/UFJF - N.1 julho 1993

## QUEM TEM UM SONHO NÃO DANÇA

A última eleição para o DCE aconteceu nos dias 12 e 13 de maio. O processo transcorreu calmamente em todo o campus da UFJF, apesar da disputa acerrada entre as chapas: "Alguma coisa esta fora de ordem" e "Quem tem um sonho não dança", ganhando a última, com uma diferença de 592 votos. A grande luta pela vitória entre as duas concorrentes fez com que houvesse uma grande mobilização dentro da Universidade, reunindo um número expressivo de votantes, fator muito importante dentro da vida acadêmica. Ao todo, foram contados 3459 votos, o que resulta uma grande vitória, na verdade, do movimento estudantil.

A nova gestão 93/94, "Quem tem um sonho não dança", tomou posse no dia 21 de maio trazendo propostas novas, como é o caso do DCE cultural e deste jornal, por exemplo. Agora, é ler para crer!

Simone Martins  
Comunicação/Diretora do DCE

Resultado das eleições		
Quem tem ...	1.955	57%
Alguma coisa	1.363	39%
Branco/nulos	141	4%
Total	3.459	100%

OBS: O numero de votantes representa 53% do total de matriculados

## GREVE: EM BUSCA DE ALTERNATIVA

A greve da UFJF, que durou aproximadamente um mês, não trouxe muitos benefícios aos professores. De acordo com Gilvan Procópio Ribeiro, presidente da APES, esta foi feita essencialmente por questões salariais. "Desde 1987 a universidade vem sofrendo um aclatamento salarial, que chegou a um nível desesperador no governo Collor. Para termos uma idéia, o salário médio da universidade era de 2000 dolares. Hoje é de aproximadamente 600 dólares."

Com a greve, os professores obtiveram 85% de reajuste, percentual não satisfatório, já que não recompôs as perdas salariais, tendo um saldo negativo no que concerne às conquistas efetivas. Mas, agora, com a existência de uma política salarial, Gilvan vê boas perspectivas de negociação com o governo.

Já segundo Luis Eduardo de Oliveira, diretor de imprensa do DCE, "o diretório é favorável às reivindicações dos professores, ao contrário do que divulgou a imprensa. Não só o DCE, mas também o conselho de DA's e CA's criticaram a forma pela qual a greve se processou. Para nós a greve tem que ser luta política em defesa da universidade, e não só econômica. O movimento deveria ter convocado a comunidade para um debate mais amplo, visando a questões relacionadas aos tres segmentos. Tais como: eleição para reitor, autonomia da universidade e estatuinte."

O DCE  
pretende procurar a APES e a ASSUFJF para que, em conjunto, possam fazer a avaliação da greve. Quanto à reposição das aulas, o DCE e os DA's e CA's estão cobrando dos chefes de departamento o cumprimento do calendário aprovado.

Max Leandro  
Comunicação Social

## ASTRAMP LUCRA MAIS AINDA COM REJEIÇÃO DE PROJETO

A luta pela melhoria do sistema de transporte público de Juiz de fora sofreu uma grande derrota. Na última terça-feira dia 13, o projeto de lei do vereador Paulo Rogério (PCDoB), que restabelecia a comercialização e gerenciamento do vale-transporte para o município ( atualmente encontra-se nas mãos dos donos dos ônibus), foi rejeitado pela maioria dos vereadores, o que demonstrou que parte dos edis da câmara Municipal legisla contra a maioria da população e em beneficio dos seus próprios interesses e de uma minoria.

Sendo o transporte uma das questões que mais afligem a população, em particular os estudantes, o DCE a exemplo de outras entidades populares,

vem denunciar aqueles que votaram, orientados pela ASTRAMP, pela continuidade da mamata, contra a vontade da população.

VOTARAM CONTRA O PROJETO	VOTARAM A FAVOR DO PROJETO
Domingos Caputo (PMDB)	Antônio Almas (PSB)
Geraldão (PDC)	Barbosa Junior (PMN)
João de Deus (PMDB)	Flávio Checker (PT)
José Tarcísio (PSC)	Eduardo de Freitas (PDT)
Maria Luiza (PDS)	João Carlos Arantes (PMDB)
Mauro Krepp (PFL)	Lourival Toledo (PTB)
Sargento Alami (PSDB)	Paulo Rogério (PCDoB)
Sebastião Corni (PDS)	Vanderlei Tomáz (PSDB)
Vicentão (PDC)	

\* O vereador Jubinha faltou esta sessão, o que foi fator decisivo para a derrubada do projeto.  
Márcio Paiva

## DCE EM MOVIMENTO

### EDITORIAL

As eleições de 12 e 13 de maio trouxeram à tona uma nova concepção de universidade e prática no movimento estudantil. A vitória da chapa **QUEM TEM UM SONHO NÃO DANÇA** representa, sem dúvida, a aspiração dos estudantes por uma nova mentalidade, amplamente exposta e debatida, e que consiste basicamente no conceito de que tanto a universidade como o movimento estudantil só avançam na exata medida que sabem conciliar suas necessidades reais, imediatas e específicas com as aspirações gerais do povo brasileiro em prol de uma sociedade justa, igualitária e fraterna.

Ao exercer este modelo básico, ao longo desses dois meses de gestão, estamos encaminhando questões importantes, como o transporte coletivo, biblioteca, dentre outras, que alinhadas num plano mais geral, nos permitirão dar respostas efetivas aos problemas vivenciados na UFJF.

Fazendo coro com as deliberações do 43 Congresso da União Nacional dos Estudantes, não podemos nos esquecer de que a nossa reivindicação maior - Educação Pública Gratuita, de qualidade e acessível a todos - só se viabiliza à proporção que assumimos o compromisso histórico de defesa da Nação brasileira.

Diante disso, apontamos como sendo nocivo à nação o projeto neoliberal implementado por Fernando Henrique Cardoso, que prevê, dentre outras coisas, o corte de 25 trilhões de cruzeiros no Ministério da educação, além de outros gastos públicos com saúde, transporte, habilitação, etc. Denunciar o "plano FHC" é tarefa daqueles que defendem a escola pública e a dignidade do povo brasileiro, que tapeado pela mídia, não sabe que em tal plano 62,2% do orçamento geral da união são para pagamento das dívidas externas e interna, o que equivale a 147,7 bilhões de dólares do orçamento total de 234 bilhões de dólares.

A soberania e o patrimônio nacional estão ameaçados. A Petrobrás, Telebrás, Eletrobrás, dentre outras importantes empresas públicas estão na mira privatista. Os cortes e arrochos previstos nos gastos públicos prejudicam Estados e Municípios, acarretam miséria e fome ao povo e tornam ingloria a nossa luta em defesa da escola pública, à medida que a sociedade estará reclamando pelo pão que lhe está sendo roubado.

A luta pela universidade se confunde com a luta pelo Brasil!

Um Abraço,  
José Augusto,  
Presidente do DCE



## A GENTE QUER CULTURA, DIVERSÃO E ARTE

A Câmara Municipal de Juiz de Fora aprovou no dia 19 de maio, por unanimidade, a lei n. 8259 de autoria do vereador Paulo Rogério, que garante aos estudantes de primeiro e segundo grau e também universitários que tiverem a carteira da UNE e da UBES o direito de pagarem meia entrada em cinemas, eventos culturais e esportivos, shows, circos etc.

A já foi sancionada pelo prefeito Custódio de Mattos, e de beneficiar cerca de 80 mil estudantes da cidade e aos próprios produtores culturais.

O vereador Paulo Rogério afirmou ao Jornal do DCE que "O projeto de lei sobre meia entrada foi elaborado em conjunto com entidades e lideranças estudantis e tem como objetivo facilitar o acesso de milhares de pessoas à cultura e à diversão, fundamentais para a formação humanística da juventude, que já enfrenta dificuldades enormes para se manter estudando. Além disso o projeto significa um incentivo à produção cultural, com ampliação do público e da divulgação do trabalho dos artistas".

Para o Secretário Geral do GETU-

Grêmio Estudantil Técnico Universitário do CTU - Alexandre Paschoalin, "A conquista da meia entrada significa não só a volta da juventude aos meios culturais, mas também a retomada da luta pelos nossos direitos. Vamos Cobrar o cumprimento desta lei, se preciso com atos e manifestações".

O projeto prevê Multa de 20 UFM's e até fechamento dos estabelecimentos que a descumprirem. É fundamental que todos fiquem atentos e denunciem ao DCE-UFJF e ao PROCOM qualquer irregularidade. Não abram mão de seu direito, meia entrada é para valer.



## PRÉDIO DO DCE É PATRIMÔNIO DA CIDADE

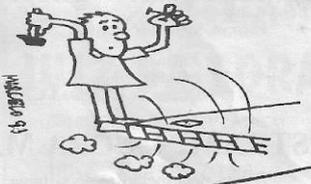
O tão idealizado tombamento do prédio da sede do Diretório Central dos Estudantes, há quase cinco anos no IPPLAN/JF, fruto de reivindicações estudantis por seu valor histórico-cultural, poderá ser decretado em pouco mais de um mês, basta, para isso, que o coordenador Marcus Kopschitz Xavier Bastos convoque o conselho encarregado da elaboração do Decreto de Tombamento, o qual será encaminhado ao Prefeito Municipal para que seja assinado.

Não obstante, o tombamento pelo Poder Público, as reformas ainda dependem da mobilização da sociedade e da iniciativa privada, vez que à Prefeitura Municipal caberá apenas a assistência técnica. Portanto, **É PRECISO REFORMAR PARA BEM UTILIZAR**, já que as precárias condições do prédio dificultam a prática de atividades culturais, afastando os estudantes de seu diretório.

Mas a gestão "**QUEM TEM UM SONHO NÃO DANÇA**" não fica inerte a necessidade de se ampliar contato entre a

comunidade estudantil e seu diretório central, promovendo eventos culturais que utilizam o bar e salão da sede, dando continuidade à ocupação do espaço pelo grupo de dança Amalé, e trazendo um grupo de capoeira monitorado por estudantes da Fac. de Ed. Física. Além disso, o projeto de reforma do salão, transformando-o em teatro e videoteca, servirá como meio de produção cultural ao estudante e à sociedade, mostrando a nova cara do D.C.E.

Thais Kirchimaier  
Direito/Diretora de Patrimônio



## ESTUDANTE

### A LIVRARIA LIBERDADE LHE OFERECE:

- Preços nacionais tabelados pelas editoras
- Crediário facilitado ou seu cheque p/ 20 dias
- Grande estoque e amplo espaço p/ seu conforto
- Serviço de encomendas
- A melhor seção em livros de: Informática, Administração, Direito e Esoterismo.

## Livraria Liberdade

A mais completa da cidade  
R. Santa Rita, 545

Fone: 215-7863

# CULTURA

## VLADMIR MAIAKÓVSKI: O POETA RUSSO

Caso estivesse vivo, completaria no dia 7 de julho, cem anos. Conhecido como "O Coração Turbulento", Maiakóvsky nasceu à sete de julho 1893 em uma aldeia georgiana chamada Bagdadi, e deu contribuições importantes para o conjunto de idéias que permuiavam a sociedade russa na época da revolução de 1917.

Como todo intelectual renovador, Maiakóvski foi criticado pelos círculos literários da época. Sendo expulso da escola de belas artes, participou do movimento futurista russo, o que corresponderia à nossa Semana de Arte Moderna de 1922. Os futuristas pretendiam construir a arte sobre bases proletárias e com linguagem popular. Maiakóvski criticava com suas poesias a burguesia, e afirmava que "A arte deve ligar-se estreitamente com a vida, fundir-se com ela ou perecer".

Por volta de 1915, Maiakóvski conheceu Lila Brick, a grande paixão de sua vida. Alguns anos mais tarde, por volta de 1925, sua fama entre as camadas populares e a juventude era fato consumado. Este poeta afirmava preferir "Morrer de Vodka a morrer de Tédio", mas em 14 de Abril de 1930, suicida-se com um tiro no peito.

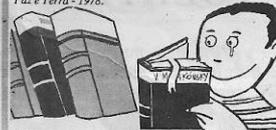
Hoje, suas obras continuam sendo divulgadas pela Rússia chegando até o nosso país (Caetano traduziu uma poesia de Maiakóvski para a voz de Gal Costa). Mesmo morto sua poesia resiste e como disse Maiakóvski: "Depois de morto falarei como vivo".

Elita Bethânia  
Pedagogia - Diretoria DCE



### PARA LER E CONHECER MAIAKÓVSKI

Nova Antologia da Poesia Russa Moderna - Augusto de Campos, Haroldo de Campos e Boris Schneiderman - Editora Brasiliense - 1986  
Maiakóvski - Poesias - Boris, Augusto e Haroldo Campos - Editora Perspectiva - 1983  
A Poesia de Maiakóvski - Boris Schneiderman - Editora Perspectiva - 1971  
Maiakóvski e o Teatro - A. M. Ripellino - Editora Perspectiva - 1971  
Cartas de Amor a Lili Brick - Vladimir Maiakóvski - Editora Summus - 1973  
Poesia - Como Fazer Versos - Vladimir Maiakóvski - Coleção Bases - 1977  
Maiakóvski - Antologia Poética - Trad. E. Carrera Guerra - Ed. Max Limonade - 1983  
Maiakóvski - Vida e Obras - Fernando Peixoto - Editora Paz e Terra - 1978



### A BLUSA AMARELA

Do veludo de minha voz  
Umás calças pretas mandarei fazer.  
Farei uma blusa amarela  
De três metros de entardecer.  
E numa Nevski mundial com passo pachola  
Todo dia irei flunar qual D. Juan frajola.

Deixai a terra gritar amolengada de sono:  
"Vais violar as primaveras verdejantes!"  
Rio-me, petulante, e desafio o sol!  
"Gosto de me pavonear pelo asfalto brilhante!"

Talvez seja porque o céu está tão celestial  
E a terra engalanada tornou-se minha amante  
Que lhes ofereço versos alegres como carnaval  
Águdos e necessários como um estilete pros dentes.

Mulheres que amais minha carcaça gigante  
E tu, que fraternalmente me olhas, donzela.  
Atrai vossos sorrisos ao poeta  
Que, como flores, eu os coserei  
À minha blusa amarela!

(1913)

casa de papel

**A CASA DE PAPEL CONVIDA  
VOCÊ A CONHECER SUA LINHA  
DE PAPEIS ESPECIAIS PARA:**

- |                    |              |
|--------------------|--------------|
| - Mala Direta      | Papeis:      |
| - Curriculum Vitae | - Vergê      |
| - Correspondência  | - Color plus |
| - Relatórios       | - Reciclado  |
| - Anúncios         | - Artesanal  |
| - Releases         |              |

Marechal Center, loja 117 - Tel.: 215-2675



## Livro Velho

Livros - Revistas - Discos  
Compramos - Vendemos - Trocamos

**10% de desconto na apresentação deste jornal**

Av. Rio Branco, 2089 - loja 04 - Galeria Salzer - JF - MG

TELEFONE: 211-0206

# DCE CULTURAL

Um dos principais objetivos da nova gestão do DCE é despertar a comunidade acadêmica para o debate em torno da cultura, envolvendo múltiplos aspectos e problemas. O instrumento que utilizaremos para alcançar tal objetivo se chama DCE CULTURAL, que consiste num projeto amplo e democrático elaborado pelo recém-formado núcleo de cultura do DCE.

A iniciativa do DCE CULTURAL se deve à constatação de um desejo do conjunto dos estudantes de participar, sejam como produtor ou como espectador de movimentos no âmbito universitário. O mesmo terá como objetivo incentivar a prática cultural, integrar os estudantes dos diversos

curiosos da UFJF e, evidentemente, despertar o debate sobre a cultura.

Por isso, estão sendo programadas atividades no campo da música, da dança, do teatro, das artes plásticas, produção literária, do vídeo, do folclore, e de outras manifestações culturais.

As atividades do DCE CULTURAL serão coordenadas pela diretoria cultural do DCE e por seu núcleo de cultura, com ampla participação dos universitários e da comunidade artística.

**Reuniões do DCE CULTURAL, toda quarta-feira às 18:00 horas na sede do DCE. Venha participar!**



## Ê VOLTA DO MUNDO CAMARÁ...

Pois é, e numa volta dessas que o mundo dá, esta aí o DCE com nova gestão, novas idéias e novos projetos. Dentre ele, o **DCE CULTURAL**, que já deu início a suas atividades com a implantação da capoeira na sede do DCE.

A capoeira é uma manifestação folclórica, tipicamente brasileira, que se desenvolveu a partir de jogos guerreiros dos africanos trazidos para o Brasil como escravos. Assumindo características bem originais, pelas condições que se apresentaram, serviu como forma lúdica e dissimulada de preparação dos negros para a luta pela liberdade.

Por muito tempo, foi considerada atividade ilegal, e seus praticantes eram tidos como criminosos, sendo presos e condenados, caso fossem flagrados no ato da capoeiragem.

Passado esse período de preconceitos e marginalização, foi finalmente reconhecida como autêntica forma de atividade física, que, quando bem conduzida, só tem a oferecer benefícios a seus praticantes, nos mais variados níveis.

Hoje em dia a capoeira é praticada não somente no Brasil como

também varias partes do mundo, e se apresenta como fonte inesgotável de entretenimento e diversão, Contribuindo para desenvolvimento físico, moral e espiritual de seus adeptos, não importando a raça, idade ou sexo.

As aulas de capoeira no DCE/UFJF são ministradas pelo contra-mestre Ligeiro e pelo mestre Santos, toda **Segunda e Quarta, de 19:00 às 21:00 h.** Venha conhecer e praticar esta arte que reúne dança, música, jogo, malabarismo e folclore brasileiro.

Jóvirson Milagres  
Ed. Física/Diretor de Esporte DCE



## SETEMBRO CALOURADA

Debates,  
Shows,  
Atividades  
culturais,  
e muito mais.

## AGUARDE



## ÓTICA JUIZ DE FORA

QUALIDADE E TRADIÇÃO EM  
RECEITUÁRIO E SOLAR

10% DE DESCONTO PARA  
UNIVERSITÁRIO

RUA HALFELD, 792 - JF - MG  
FONES: 215-4836 215-4487

▪ papelaria ▪ livraria ▪ presentes ▪

# PAPIRO

▪ papelaria ▪ livraria ▪ presentes ▪

**ARTIGOS ESCOLARES EM GERAL  
MATERIAL PARA DESENHO**

R. ESPIRITO SANTO, 900 - FONE: 215-2122

## TUDO AQUI

COMIDA A KILO E LANCHONETE

**SELF-SERVICE  
SUBSIDIADO!**

ALMOÇO E JANTA DE SEGUNDA A SEXTA  
ALMOÇO SÁBADO E DOMINGO

RUA SÃO SEBASTIÃO, 777 - CENTRO - JF - MG

ANEXO 2- CONVOCAÇÃO DA UNE PARA O DAPJS PARTICIPAR DA  
DIVULGAÇÃO DA EDITORA UNIVERSITÁRIA EM 1963

**Editôra Universitária da UNE**

Livros Jornais Revistas Impressos em geral  
Rua Frei Caneca, 383 sobr. Tel. 32-3721



Rio de Janeiro, setembro de 1963

Da: Editôra Universitária  
Ao: Presidente do Diretório Acadêmico  
Assunto: Solicitação

Colega Presidente,

A Editôra Universitária, da União Nacional dos Estudantes, desejando tornar suas edições cada vez mais presentes ao meio universitário, vem trabalhando no sentido da criação de uma rede nacional de distribuição de seus livros e demais publicações. E nosso desejo é o de reunir neste empreendimento o maior número possível de colegas universitários, visando a um trabalho comum.

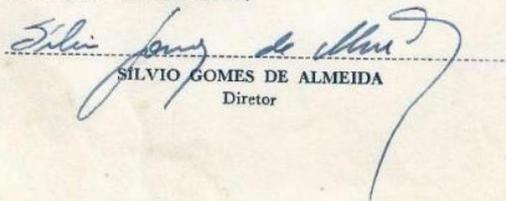
Numa primeira etapa, iniciaremos campanhas em tôdas as faculdades do Brasil para venda de nossas edições através de reembolso postal e, a seguir, trataremos de montar a Distribuidora Universitária em cada um dos Estados, igualmente baseada num esforço comum entre universitários.

Necessitamos de sua colaboração e esperamos do colega plena receptividade a esta iniciativa da Editôra Universitária. Nesta fase inicial de nosso trabalho pedimos-lhe indicar um colega de sua faculdade para coordenar o serviço de reembolso postal, fazendo a propaganda de nossas edições e esclarecendo a respeito do sistema de vendas. Neste sentido, enviamos anexo a relação de nossas publicações, bem como os esclarecimentos necessários à formalização dos pedidos de livros.

Esperamos para breve uma comunicação do colega a este respeito, fornecendo-nos também nome e endereço do elemento responsável na Faculdade pelo serviço de reembolso postal da Editôra Universitária.

Aqui estamos à inteira disposição do colega e, aproveitando a oportunidade, enviamos-lhe as nossas mais cordiais

Saudações Universitárias,

  
SÍLVIO GOMES DE ALMEIDA  
Diretor

## ANEXO 3 - ESTATUTO DA ENESSO VERSÃO 2010

EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL - ENESSO

### ESTATUTO DA ENESSO

#### Título I

##### Da Natureza e finalidade

**Art. 1º** – A Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO) é a entidade máxima de representação das estudantes e dos estudantes de Serviço Social do país, sem fins lucrativos, tendo suas coordenações regionais e nacional, eleitas anualmente no Encontro Regional de estudantes de Serviço Social (ERESS) e no Encontro Nacional (ENESS), respectivamente.

§ 1º A ENESSO garante sua autonomia estimulando, unificando e fortalecendo a luta de todos e todas as/os estudantes de Serviço Social por uma educação de qualidade, continuando a luta pela defesa da universidade pública, gratuita, democrática, laica, popular, de qualidade, com ensino presencial e conjuntamente com outros movimentos sociais, lute por um novo projeto societário.

§ 2º A ENESSO tem como sede a escola que for definida pelas(os) coordenadoras(es) desta.

**Art. 2º** – A ENESSO tem como finalidade:

- a) fomentar e potencializar a formação político-profissional das(os) estudantes de Serviço Social, bem como suas entidades representativas, através da realização de seminários, oficinas, participação nos pré-encontros, material informativo, construção de campanha relativas as lutas estudantis, gerais e da categoria, dentre outros;
- b) promover o fortalecimento político, organizacional das entidades de base (CAs e DAs) e apoiar sua construção e organização onde não existam;
- c) promover e participar do debate acerca das demandas das(os) estudantes de Serviço Social;

## EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL - ENESSO

- d) garantir o contato permanente dos estudantes de Serviço Social com a categoria dos Assistentes Sociais, suas entidades nacionais e latino-americanas;
- e) viabilizar a integração com movimentos populares, sociais e classistas, buscando autonomia política e financeira dos mesmos, como forma de crescimento político das(os) estudantes e de reforço e ampliação das lutas desses movimentos;
- f) consolidar o contato com as demais executivas de curso a fim de reforçar o papel destas no movimento estudantil e construir novas alternativas de luta para o movimento;
- g) apoiar, coordenar e organizar os encontros Locais, Estaduais, Regionais, Nacionais e Internacionais junto às escolas sede dos eventos, buscando a articulação com as demais entidades da categoria para a realização dos mesmos.

### **Título II**

#### **Da Divisão Regional das Escolas**

**Art. 3º** – Como forma de divisão organizacional para efeito de melhor atingir seus objetivos, a ENESSO será dividida em regionais, com a seguinte distribuição:

- a) Região I - Acre, Amapá, Amazonas, Roraima, Rondônia, Pará, Maranhão e Piauí;
- b) Região II - Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco;
- c) Região III - Alagoas, Sergipe e Bahia;
- d) Região IV - Tocantins, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do sul e Minas Gerais (Uberlândia e Uberaba);
- e) Região V - Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro;
- f) Região VI - Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul;
- g) Região VII - São Paulo.

**Parágrafo Único** - A Coordenação Nacional e Regional da ENESSO, bem como representação Discente Nacional e Regional em ABEPSS deverá manter e fornecer

## EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL - ENESSO

a relação atualizada das escolas de Serviço Social de todo país constantemente, nos veículos de comunicação de acesso aos C.As/ D.As e demais estudantes de base, como disponibilizada no site da executiva.

### **Título III**

#### **Das Instâncias Deliberativas**

**Art. 4º** – São instâncias deliberativas da ENESSO:

- a) ENESS;
- b) CONESS;
- c) ERESS;
- d) CORESS.

### **Seção I**

#### **Do Encontro Nacional dos Estudantes de Serviço Social**

**Art. 5º** – O Encontro Nacional das (os) Estudantes de Serviço Social - ENESS é a instância máxima de deliberação do Movimento Estudantil de Serviço Social, que tem por objetivo reunir anualmente as (os) estudantes de todo país em torno dos temas pertinentes à conjuntura, movimento estudantil, universidade, formação ético-político-profissional, cultura, opressões e outros temas relevantes ao Serviço Social, previamente definidos no CONESS, deliberando sobre o movimento e a organização política das (os) Estudantes de Serviço Social no país.

§ 1º A preparação do ENESS é de responsabilidade da comissão organizadora, composta por escola sede, ENESSO - Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social, Representante Discente em ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social e estudantes de outras escolas da região dispostos a contribuir com o Encontro.

- a) A ENESSO e REPRESENTAÇÃO discente em ABEPSS, como comissão organizadora DEVERÃO comunicar-se com as escolas, a fim de divulgar e incentivar a participação das (os) estudantes, e no período do Encontro Coordenar juntamente

## EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL - ENESSO

b) que nas escolas onde não existam entidades de base (CAs e DAs) o voto não seja atrelado ao pagamento da anuidade;

c) que o voto das escolas que estão com CAs e DAs em processo de construção e reconstrução, não seja atrelada ao pagamento da anuidade, com um tempo de tolerância de no máximo dois anos, após sua abertura;

d) que a ENESSO forneça a listagem das escolas quites com as anuidades através da prestação de contas via boletins informativos distribuídos nos encontros e na lista da executiva.

e) que as escolas de modalidade de educação à distância tenham o voto por escola de cada estado, que se dará através do voto paritário com direito a três votos conforme regra de três simples.

f) as escolas que detêm o curso de serviço social em modalidades diferentes, tais como semi-presencial, presencial e ensino à distância no mesmo estado separados por mais campi, com unidade administrativa e pedagógica única, deverão ter o voto facultado somente como uma única escola.

§ 6º Caso ocorra alteração nas deliberações do CONESS, acerca da programação, estas deverão ser encaminhadas para avaliação da coordenação nacional, regional, ABEPSS discente e escola sede, sendo que tais alterações devem ser repassadas para as escolas e participantes no prazo mínimo de até 15 dias antes do evento. A comissão organizadora deverá enviar aos coordenadores nacionais e que a mesma tenha o papel divulgar para as demais escolas de serviço social do país, num prazo de 45 dias o relatório das resoluções da plenária final do ENESS, incluindo prestação de contas.

**Art. 6º** – A plenária final do ENESS deverá:

a) deliberar o local do próximo CONESS e ENESS, sendo que a escola deverá ser eleita priorizando a rotatividade entre as regiões, e em caso de não haver proposição será a região seguinte;

## EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL - ENESSO

com as outras entidades que compõem a comissão organizadora todos os espaços do ENESS;

b) A comissão organizadora deverá viabilizar infra-estrutura para a realização do encontro, respeitando a lei de acessibilidade, e divulgar com no mínimo 45 dias de antecedência data e valor do encontro, para as escolas de Serviço Social a comissão organizadora deverá se manter em diálogo constante;

c) As escolas próximas à escola sede poderão compor a comissão organizadora, visando contribuir na viabilização da infra-estrutura do encontro.

d) As escolas próximas à escola sede poderão compor a comissão organizadora, visando contribuir na viabilização da infra-estrutura e construção do encontro;

§ 2º Participam do ENESS com direito a voz e voto todas (os) as (os) estudantes de Serviço Social de todo o país, devendo para isso apresentar identificação escolar. E direito a apenas voz estudantes de outros cursos, categorias profissionais e comunidade em geral, com critérios de diferenciação (pulseiras, crachás, etc.).

§ 3º Dentre as (os) participantes do encontro têm direito a voto apenas as (os) estudantes de Serviço Social de escolas que estejam quites com as finanças da executiva de acordo com a alínea "a" do art. 23 deste estatuto.

§ 4º O Regimento interno apresentará a dinâmica política e estrutural do Encontro, bem como do processo eleitoral de acordo com o Estatuto da ENESSO sendo sua aprovação submetida à plenária.

§ 5º Processo de votação do ENESS é por escola e se dará através do voto paritário com direito a três votos conforme regra de três simples.

a) os CAs e DAs que não estiverem quites com as finanças da executiva, de acordo com as alíneas a do artigo 23 desse estatuto, deverão fazer acordo no CONESS com a executiva e submeter à plenária a legitimidade desse acordo. Caso este não seja cumprido até o próximo CONESS a escola não poderá votar;

## EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL - ENESSO

§ 6º A preparação da infra-estrutura do CONESS é de responsabilidade da comissão organizadora (ENESSO, escola sede e Representação Estudantil em ABEPSS). No CONESS a comissão organizadora do ENESS deverá socializar a planilha de custos prevista do encontro bem como sua data oficial para divulgação.

**Parágrafo Único** - O processo de votação do CONESS é por escola e se dará através do voto paritário em que cada C.A/ D.A ou representante eleito em assembléia, tem direito a três votos conforme regra de três simples.

### Seção III

#### Do Encontro Regional dos Estudantes de Serviço Social

**Art. 8º** – O Encontro Regional dos Estudantes de Serviço Social - ERESS é o encontro máximo de deliberação em cada região, que tem por objetivo reunir, anualmente, as (os) estudantes de toda região em torno de temas referentes à conjuntura, universidade, movimento estudantil, formação profissional, cultura, opressões e outras questões específicas de cada região previamente definidas pelo CORESS, aprofundando a discussão das prioridades da Coordenação Regional da ENESSO.

§ 1º A preparação da infra-estrutura do ERESS é de responsabilidade da comissão organizadora (ENESSO, escola sede e representação estudantil em ABEPSS).

a) A comissão organizadora é composta pela: ENESSO - Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social, escola sede e representação discente em ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - e com o apoio das escolas vizinhas que se propuserem.

b) A comissão organizadora deverá viabilizar infra-estrutura para a realização do encontro, divulgar com no mínimo 45 dias de antecedência data e valor do encontro (sujeito a alteração), para as escolas de Serviço Social. Manter comunicação constante com a ENESSO e ABEPSS.

## EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL - ENESSO

**Art.9º** – A plenária final do ERESS deverá:

- a) deliberar o local do próximo CORESS e ERESS priorizando a rotatividade entre os estados da região. Caso não seja deliberado o local, o mesmo deverá ser feito até 30 dias após o ERESS, articulação por conta da ENESSO;
- b) deliberar o local e o tema do próximo Seminário Regional de Formação Profissional e Movimento Estudantil em Serviço Social – SRFPMESS, dando prioridade a rotatividade dos estados. Caso não seja deliberado o local, o mesmo deverá ser feito em até 30 dias após o ERESS com a articulação da ENESSO.
- c) avaliar, traçar planos de lutas regionais, discutir o programa da ENESSO e aprovar propostas somente como contribuição para o ENESSO.

### Seção IV

#### Do Conselho Regional de Entidades Estudantis de Serviço Social

**Art. 10º** – O Conselho Regional de Entidades Estudantis de Serviço Social - CORESS reúne, anualmente, representantes de todas as entidades estudantis de Serviço Social a nível regional para definir a pauta do ERESS realizando discussões acerca da formação política e profissional.

**Parágrafo Único** - o CORESS será realizado nos meses de dezembro ou janeiro, e o ERESS entre os meses de abril ou maio, de acordo com a realidade de cada região.

§ 1º O CORESS poderá ser acionado em caráter extraordinário pela coordenação regional ou por 1/3 dos CAs/DAs, sendo convocado com pelo menos 15 dias de antecedência, considerando as necessidades da região.

§ 2º A comissão organizadora deverá enviar as escolas da região num prazo de 15 dias, o relatório das resoluções da plenária final e a prestação de contas do CORESS.

## EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL - ENESSO

§ 2º Participam do ERESS com direito a voz e voto tod@s @s estudantes de SeSo da região, devendo para isso apresentar identificação escolar. E direito a apenas voz estudantes de outras regiões, outros cursos, categorias profissionais e comunidade em geral, com critérios de diferenciação (pulseiras, crachás, etc.).

§ 3º Dentre as (os) participantes do encontro têm direito a voto apenas as (os) estudantes de Serviço Social das escolas da região que estejam quites com as finanças da executiva de acordo com a alínea "a" do art. 23 deste estatuto.

a) o regimento interno apresentará a dinâmica política e estrutural do Encontro, bem como do processo eleitoral de acordo com o Estatuto da ENESSO sendo sua aprovação submetida à plenária.

b) processo de votação do ERESS é por escola e se dará através do voto paritário com direito a três votos conforme regra de três simples.

I) os CAs e DAs que não estiverem quites com as finanças da executiva, de acordo com a alínea "a" do art. 23 desse estatuto, deverão fazer acordo no CORESS com a executiva e submeter à plenária a legitimidade desse acordo. Caso este não seja cumprido até o próximo CORESS a escola não poderá votar.

II) as escolas onde não existam entidades de base (CAs e DAs) o voto não será atrelado ao pagamento da anuidade.

III) que o voto das escolas que estão com CAs e DAs em processo de construção e reconstrução, não seja atrelada ao pagamento da anuidade, com um tempo de tolerância de no máximo dois anos, após sua abertura.

c) que a ENESSO forneça a listagem das escolas quites com as anuidades através da prestação de contas via boletins informativos distribuídos nos encontros e na lista da executiva.

§ 4º Caso ocorra alteração nas deliberações do CORESS, acerca da programação, estas deverão ser encaminhadas para avaliação da coordenação nacional, regional, ABEPSS discente e escola sede, sendo que tais alterações devem ser repassadas para as escolas e participantes no prazo mínimo de até 15 dias antes do evento. A comissão organizadora deverá enviar aos coordenadores nacionais e regionais, e que as mesmas tenham o papel de divulgar para as demais escolas de serviço social do país, num prazo de 45 dias o relatório das resoluções da plenária final do ERESS, incluindo prestação de contas.

## EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL - ENESSO

§ 3º As (os) participantes do CONESS deverão apresentar a ata de posse do C.A/D.A ou ata da assembléia ou ofício reconhecido com assinatura que deliberou o representante da escola. Em caso de não haver C.A./ D.A. deverão se utilizar abaixo assinado com 20% das (os) estudantes que estudam na unidade de ensino.

§ 4º Só terá direito a voto no CORESS as entidades de base (CA/ DA) que estiverem quites com as finanças da executiva de acordo com a alínea “a” do art. 23 desse estatuto.

§ 5º O regimento interno do encontro determinará os procedimentos adotados durante o mesmo.

§ 6º A preparação da infra-estrutura do CORESS é de responsabilidade da comissão organizadora (ENESSO, escola sede e representação estudantil em ABEPSS).

**Parágrafo Único** - O processo de votação do CORESS é por escola e se dará através do voto paritário em que cada CA/DA ou representante eleito em assembléia tem direito a três votos conforme regra de três simples.

### **Seção V**

#### **Da Diretoria**

##### **Subseção I**

#### **Da Composição**

**Art. 11º** – A Coordenação Nacional de ENESSO, eleita anualmente no ENESS compõe-se de no mínimo 8 coordenadores no máximo 16, além dos coordenadores regionais, suplentes e secretários de escola. A coordenação nacional tem como competência garantir coordenações de finanças, secretaria, comunicação, formação político-profissional, movimentos sociais, cultura, opressões e relações internacionais.

## EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL - ENESSO

§ 1º Os cargos descritos no artigo 11 deverão ser ocupados por estudantes de forma descentralizada, com uma composição das coordenações pertencentes, de no mínimo de 3 regiões e no máximo a totalidade das regiões, consonante com a divisão estabelecida no art. 3 desse estatuto e componha a coordenação nacional ENESSO, sendo esta Diretoria um modelo de colegiado.

§ 2º As coordenações regionais deverão ser ocupadas por no mínimo dois representantes de cada região, respeitando os estados consoante divisão estabelecida no artigo 3º desse estatuto, e seus ocupantes serão eleitos pelas escolas em plenária regional autônoma durante a plenária final do ERESS, de acordo com os critérios definidos no regimento interno desse encontro. As chapas de cada região poderão indicar suplentes até o número de coordenadores regionais.

§ 3º A Coordenação Nacional se reunirá de acordo com suas necessidades com o objetivo de viabilizar formas de encaminhar as deliberações do ENESS, bem como tratar de questões referentes as (os) estudantes e fornecer subsídios para a formação profissional e política dos estudantes. Cabendo realizar dois planejamentos estratégicos nacional durante sua gestão, bem como os planejamentos estratégicos regionais.

### **Subseção II**

#### **Da Competência**

**Art. 12º** – Compete ao Coordenador de opressões:

- a) fomentar a discussão como eixo central a questão social e a violação dos direitos humanos que se expressam na vida cotidiana através do racismo, machismo, xenofobia e demais opressões à classe trabalhadora e suas expressões.
- b) articular com os movimentos sociais já existentes na defesa dos direitos humanos, buscando assim equiparar as desigualdades históricas, para garantir a transformação societária.

## EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL - ENESSO

**Parágrafo Único:** Construir e principalmente garantir as discussões e os materiais na base (CA's e DA's), bem como nos encontros deliberativos do MESS (CORESS, ERESS, CONESS E ENESS).

**Art. 13º** – Compete a Secretaria:

- a) secretariar reuniões, assembléias, encontros e outros eventos promovidos pela ENESSO;
- b) preparar e expedir correspondências e demais expedientes da ENESSO;
- c) organizar os dados e documentos necessários aos serviços da Secretaria, bem como documentar material produzido enquanto registro da história do Movimento Estudantil via CAs/DAs e coordenações Regionais;
- d) requerer às escolas sede dos encontros nacionais/ regionais, as atas, sistematizações e outras documentações destes para os anais da ENESSO.

**Art. 14º** – Compete à Coordenação de Finanças:

- a) controlar o recebimento de contribuições, auxílio e subvenções destinadas à Entidade;
- b) organizar e acompanhar a execução do plano de receitas e despesas da ENESSO;
- c) movimentar as contas bancárias;
- d) manter em dia toda a escrituração da ENESSO e apresentar prestação de contas no ENESS ou quando solicitado pelas entidades de base;

**Art. 15º** – Compete à coordenação de comunicação:

- a) sistematizar e divulgar as informações da ENESSO, das escolas, dos movimentos estudantis, sociais e populares, da categoria dos Assistentes Sociais, bem como de entidades nacionais e internacionais estudantis e profissionais de

---

EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL - ENESSO

Serviço Social, através de boletins, informativos, jornais e outros veículos de comunicação;

b) manter articulação com a FENEX e contato com os demais espaços de organização do ME Nacional, os representantes e entidades de outros cursos responsáveis pela informação do ME.

**Art. 16º** – Compete ao Secretário (a) de Formação Político-Profissional:

a) contribuir para o processo de intervenção político-pedagógica dos estudantes, em conjunto com as representações estudantis em ABEPSS, no sentido de garantir, ampliar e afirmar a respeitabilidade acadêmica diante da categoria profissional e do movimento estudantil;

b) fomentar e potencializar junto às representações estudantis em ABEPSS, no processo de formação acadêmica a nível de produção científica de ensino extensão e dos desafios postos à formação profissional;

c) que a ENESSO disponibilize num prazo máximo de seis meses após a posse da nova gestão, aos CA's e DA's por meio de correio eletrônico uma cartilha básica sobre a lógica da organização do MESS, tal como suas siglas (CORESS, ELESS, ERESS, CONESS, ENESS, SRFPMESS, SNFPMESS, ENESSO, ABEPSS e outros) regimento interno de mesa, votação e inscrição.

**Art. 17º** – Compete ao coordenador (a) de Movimentos Sociais:

a) garantir a articulação do movimento estudantil de Serviço Social com os demais movimentos sociais reforçando a importância de sua participação no mesmo;

b) fortalecer a luta do movimento estudantil de Serviço Social junto aos outros movimentos sociais a ponto de contribuir de forma significativa para a construção de um novo projeto societário;

c) estimular a participação da ENESSO e entidades de base e demais estudantes junto aos fóruns e entidades desses movimentos sociais;

**Art. 18º** – Compete à coordenação de Cultura:

---

EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL - ENESSO

- a) promover um aprofundamento do conhecimento acerca das expressões culturais de cada estado, incentivando as produções artísticas e culturais.
- b) fomentar uma política cultural que crie mecanismos de organização dos estudantes no sentido de ampliar a produção e o acúmulo de conhecimento, permitindo a abertura ao diálogo ideológico, suscitando, pois a manifestação de diferentes níveis de expressão.

**Art. 19º** – Compete à Coordenação de Relações Internacionais:

- a) articular o Movimento Estudantil de Serviço Social com outros movimentos estudantis e de trabalhadores da América Latina e de demais países;
- b) buscar formas de enfrentamento junto aos estudantes de outros países, ampliando as possibilidades de luta do Serviço Social, garantindo a perspectiva de totalidade;
- c) incentivar a participação nos fóruns internacionais de estudantes e da categoria de Serviço Social.

**Art. 20º** – Compete as Coordenações e Sub-Coordenações Regionais:

- a) efetivar um trabalho entre os coordenadores de CAs/ DAs, potencializando a dimensão político-organizacional da região;
- b) elaborar e fazer executar o programa integrado a programação nacional e outras atividades que sejam necessárias ao funcionamento da região;
- c) encaminhar propostas à Coordenação da ENESSO no que se refere ao movimento estudantil e a formação profissional;
- d) sistematizar e divulgar as informações das escolas, do Movimento Estudantil, e da categoria dos Assistentes Sociais, bem como a realidade regional, através de boletins, informativos, jornais e outros veículos de comunicação;
- e) assessorar as escolas para potencializar a formação política dos CAs / DAs.
- f) socializar e divulgar uma política cultural que crie mecanismos de aglutinação dos estudantes no sentido de ampliar a produção e o acúmulo de conhecimento,

## EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL - ENESSO

permitindo a abertura ao diálogo ideológico, suscitando, pois a manifestação de diferentes níveis de expressão.

**Art. 21º** – Compete aos Secretários de escola:

- a) Efetivar um trabalho de interlocução da escola com as coordenações regionais na dimensão político-referencial da escola.
- b) Articular e fomentar a criação e efetivação dos CA's e DA's, fortalecendo o trabalho político das escolas e região.
- c) Encaminhar propostas da base para a ENESSO no que se refere os eixos da Executiva;
- d) Potencializar a formação política da escola conjuntamente ao CA e DA, sistematizando e divulgando as informações da escola.
- e) As escolas formatadas em pólos ou em campi, poderão deliberar um secretário para cada pólo ou campi.

**Parágrafo Único:** o secretário de escola será eleito através de assembléia geral das escolas, encerrando seu papel político no próximo ERESS, podendo ser reeleito, caso haja necessidade, podendo ser revogado em assembléia geral da escola.

### Título IV

#### Das Instâncias Organizativas

**Art. 22º** – A ENESSO realizará bianualmente e de forma alternada Seminários Nacionais e Regionais de Formação Profissional e Movimento Estudantil em Serviço Social, reunindo os estudantes de Serviço Social a nível nacional ou regional, bem como suas entidades representativas , categorias profissionais em nível nacional ou regional e a comunidade em geral.

§ 1º Esses seminários se constituem numa instância de discussão e proposição acerca da formação profissional, do movimento estudantil e, em especial, da formação político-pedagógica das (os) estudantes e de suas entidades representativas.

## EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL - ENESSO

§ 2º Nesses fóruns resguardar-se-ão espaços destinados à apresentação de produções discentes, oriundas da iniciação científica, extensão, estágio curricular e monografias de conclusão de curso, proporcionando a socialização da produção acadêmica no âmbito nacional ou regional colocado no tripé ensino, pesquisa e extensão;

§ 3º A definição e o formato da apresentação ficam a cargo da comissão organizadora do evento, que deverá divulgar os critérios de apresentação com pelo menos 90 dias de antecedência.

§ 4º O Seminário Nacional de Formação Profissional e Movimento Estudantil em Serviço Social acontecerá nos anos ímpares e o Seminário Regional de Formação Profissional e Movimento Estudante de Serviço Social nos anos pares.

§ 5º A comissão organizadora deverá enviar aos coordenadores regionais, num prazo de 30 dias um relatório do encontro e prestação de contas, o que garantirá direito ao voto das (os) estudantes da escola sede, comprovando a isenção da anuidade.

§ 6º A indicação da representação discente em ABEPSS será aprovada no seminário Regional de Formação Profissional e Movimento Estudantil de Serviço Social.

### **Título V**

#### **Das Finanças e do Patrimônio**

**Art. 23º** – Compõem as finanças da ENESSO:

a) uma anuidade paga pelas entidades de base, preferencialmente, Direto ao Coordenador (a) de Finanças, no valor equivalente a metade do salário mínimo vigente no país, da seguinte forma: 50 % no ENESS e 50% até o Seminário de Formação Profissional e Movimento Estudantil em Serviço Social, nacional ou regional, sendo 50% para a Coordenação Nacional e 50% para a Coordenação Regional.

## EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL - ENESSO

- b) repasse do lucro líquido do CONESS, CORESS, ERESS e ENESS, a ser feito pela escola sede e divididos da seguinte forma: 40% para a ENESSO: 20% para a coordenação nacional e 20% para a coordenação regional, 40% para a escola sede e 20% para a representação estudantil em ABEPSS (nacional ou regional, de acordo com o caráter do encontro), no prazo de 30 dias após a realização de cada evento;
- c) repasse do lucro líquido do SNFPMESS a ser feito pela escola sede, será dividido da seguinte forma: 40% para a ENESSO, sendo 20% para a Coordenação Nacional e 20% para a Coordenação Regional, 20% para a Representação estudantil em ABEPSS Nacional e 40% para a escola sede.
- d) repasse do lucro líquido do SRFPMESS a ser feito pela escola sede, será dividido da seguinte forma: 40% para a ENESSO, sendo 20% para a Coordenação Nacional e 20 % para a Coordenação Regional, 20% Para a Representação estudantil em ABEPSS Regional e 40% para a escola sede.
- e) quaisquer doações feitas à ENESSO, que não fira a autonomia e independência do Movimento Estudantil, sendo referendada nos encontros deliberativos.

**Art. 24º** – As escolas sede do ENESS, ERESS, CONESS, CORESS, Seminários Nacionais e Regionais de Formação Profissional e Movimento Estudantil de Serviço Social não pagarão a anuidade descrita na alínea “a” do artigo 23.

**Art. 25º** – O Patrimônio da ENESSO será administrado pela coordenação.

### Título VI

#### Do Processo de Eleição

**Art. 26º** – A eleição da ENESSO será realizada no penúltimo dia do ENESS e a chapa eleita terá o mandato de um ano.

**Art. 27º** – São elegíveis todas (os) as (os) estudantes de Serviço Social devidamente credenciado no ENESS e ERESS desde que ainda estejam no curso ao término do mandato.

**Parágrafo Único** – São inelegíveis os membros da comissão eleitoral e coordenadores regionais, levando em conta o compromisso assumido no ERESS.

## EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL - ENESSO

**Art. 28º** – As chapas deverão ser inscritas juntamente à Coordenação Nacional da ENESSO durante o ENESS, até 24 horas antes do início da Plenária Final, preenchendo os seguintes requisitos:

**Parágrafo Único** - Salvo no XXXII ENESS, devido a discussão estatutária.

a) indicar um fiscal por chapa;

b) deverá corresponder as determinações do artigo 11 desse Estatuto, devendo constar os nomes completos dos componentes da chapa e respectivas escolas.

**Art. 29º** – A comissão eleitoral é composta por dois representantes de cada chapa e um representante da atual diretoria da ENESSO, 24 horas antes do início da plenária final.

§ 1º Salvo no XXXII ENESS, devido a discussão estatutária.

§ 2º O representante da coordenação da ENESSO é escolhido em reunião da coordenação nacional.

**Art. 30º** – A Comissão eleitoral encaminhará o Processo de votação.

**Art. 31º** – O processo eleitoral se dará por votação.

**Art. 32º** – A chapa inscrita será eleita se obtiver a maioria simples dos votos das escolas presentes.

**Parágrafo Único** – Em caso de empate será submetida à plenária um novo processo de debate e eleição.

**Art. 33º** – Ao final do pleito, a comissão eleitoral deverá apresentar um relatório final com os resultados do pleito que será entregue à comissão organizadora do encontro.

**Art. 34º** – A eleição da nova coordenação nacional deverá acontecer no penúltimo dia do ENESS.

**Parágrafo Único:** Salvo no XXXII ENESS por conta da discussão estatutária.

## Título VII

### Das disposições Gerais e Finais

EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL - ENESSO

**Art. 35º** – Havendo prejuízo na organização do ENESS, CONESS, ERESS, CORESS e Seminários Nacionais e Regionais de Formação Profissional Movimento Estudantil em Serviço Social, este deverá ser dividido pela escola sede, Coordenação Nacional e Regional da ENESSO, conforme percentuais definidos na alínea “b”, “c” e “d” do artigo 23 desse Estatuto.

**Art. 36º** – Os Coordenadores e suplente de cada região poderá ser indicado pelo conjunto das (os) estudantes reunidos em ERESS de cada região e votado em plenária no ERESS e legitimado na plenária final, tendo suas competências descritas no artigo 20, alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, “e” e “f”.

**Art. 37º** – A coordenação Nacional e regional, assim como os secretários de escola, não terão seus cargos remunerados.

**Art. 38º** – Este estatuto será revisto a cada três anos, salvo mediante solicitação de pelo menos 1/3 das Escolas.

**Art. 39º** – Em caso de suspeita de fraude:

- a) que seja garantido "questão de ordem" em qualquer processo deliberativo pela coordenação da mesa;
- b) que seja garantido a apuração imediata da denúncia pela coordenação da mesa;
- c) constatada a fraude e identificado o autor(a) desta, que se retorne ao início da votação do artigo em que foi paralisado o processo. a sanção é proposta e deliberada pela plenária.

**Art. 40º** – Os casos omissos a este Estatuto serão resolvidos pelas coordenações e havendo necessidade será convocada uma assembléia extraordinária de estudantes de serviço social.

**Art. 41º** – Este estatuto rege a Entidade e entrará em vigor a partir da data de sua aprovação.

Teresina, 24 de julho de 2010.

# JUSS

JORNAL UNIVERSITÁRIO DE SERVIÇO SOCIAL  
ANO II — JUIZ DE FORA, 1967 — NÚMERO 2

APONTAMENTOS A UMA REFLEXÃO

## Ciência, Ideologia, História

“Cette essence non historique, anti-historique, de la pensée bourgeoise nous apparait de la façon la plus crue si nous considérons le problème du présent comme problème historique.”

Lukács, Histoire et Conscience de Classe.

É essencialmente temerário (e, sob certo aspecto, meio cômico), no espaço de que

disponho, propor-me o aflo- rar de, pelo menos, uma in- significante parcela dos proble- mas a que se refere o tí- tulo deste artigo. Dessarte, para evitar futuros equívocos, que fique claro:

a) o conteúdo só corres- ponde ao título na medida em que margeia problemas que um ensaio que fundisse orgânicamente os três focos de preocupação enunciados acarretaria;

b) estas notas nada apre- sentam de conclusivo; estabe- lecem apenas alternativas à reflexão; e.

c) são, e x c l u s i v a m e n t e, apontamentos; daí, seu cará- ter descosido e fragmentário.

(para Cida)

José Paulo Netto

### APRESENTANDO...

Com a realização da IV Semana de Serviço Social, senti-se a necessidade do lançamento do segundo número do JUSS, (Jornal Universitário de Serviço Social) com o objetivo de divulgar e transmitir a todos os universitários o que ocorre na Faculdade e na própria profissão de Serviço Social.

Compreendemos o quanto é importante, hoje, a comunicação entre os universitários, fato que se torna cada vez mais difícil, mas que é fundamental para existir verdadeiro espírito universitário.

Foi pensando nisso que muitos estudantes colaboraram para que de fato se tornassem realidade as idéias discutidas dia a dia entre nós.

O JUSS traz em si os seguintes artigos:

— “Considerações sobre o Serviço Social”, procurando dar um maior esclarecimento sobre os objetivos da profissão.

— “A Executiva Nacional de Serviço Social na Universidade Brasileira”, mostrando os objetivos da luta específica do estudante de Serviço Social.

— “Apontamentos a uma reflexão sobre “CIÊNCIA, IDEOLOGIA, HISTÓRIA.”

— A Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora leva ao conhecimento de todos os universitários a nota oficial do D. A. da Escola de Serviço Social de Vitória, denunciando a não abertura do vestibular em 1968.

— E por falar em Vestibular, que tal a inovação do MEC estabelecendo um vestibular único para as Universida- des?

A Redação agradece aos que contribuíram para que o JUSS saísse na data marcada, especialmente ao Banco Minas Gerais, S. A.

Esta é mais uma promoção do D. A. da Faculdade de Serviço Social, pela IV Semana de Divulgação — 6 a 11 de novembro.

GESTÃO 67-68 — MARILÉA V. PORFIRIO —  
presidente.  
— BENITO FALQUETTO —  
secretário de cultura.

I. Num conceito de ciência, procurar em qual tom acentuar a ênfase: interpretação de fenômenos ou alteração da realidade. Óbvio que alteração dirigida — e aqui o conteúdo consciente, humano, desta alteração; o animal infra-humano altera de fato a realidade, mas sem qualquer projeto — implica conhecimento pela interpretação. Mas a importância da ênfase num dos dois momentos determinará o fulcro de colocação da filosofia. Ora, se a ciência volta-se igualmente para a interpretação dos fenômenos e sua modificação, onde a razão da generalização, em elevado nível de abstração, das relações interfenomênicas — concebendo-se como tal a filosofia?

E em se tratando de ciência social, pesquisar até de ponto a ciência, assentada num substrato material real especificamente histórico (um modo determinado de produção), pode ser portadora de verdades universais e carregá-las para o concreto (ação) sem tomar o partido de uma tendência do movimento daquele substrato material real. Em poucas palavras: em que medida uma ciência social é verdadeira universalmente se expressa contradições concretas e de categoria antagônica?

II. Análise do valor da ideologia como processo de conhecimento da realidade. Todo estudo da ideologia tem-se voltado, segun-

do me consta, para sua funcionalidade no processo de mudança social, enquanto Catalisadora. Faz-se mister observá-la como instrumento de descoberta da realidade, talvez análogamente como Bloch tratou da utopia.

Despir o conceito de sua coloração emocional, pejorativa, é intentar descobrir até que ponto a ideologia abre a via para perceber historicamente no interior do fenômeno social tendências que virão a ser predominantes. Desvendar na ideologia os elementos de conhecimento efetivo do real. Numa palavra: procurar na ideologia também componentes cognitivos da realidade.

III. A conjunção ciência/ideologia e ideologia/ciência.

A primeira com marcantes exemplos históricos: o método positivista (ainda profundamente atuante nas ciências sociais, disfarçado com rótulos modernizantes, uma vez que, objetivamente, Comte caiu em desgraça) e a ideologia do nascente capitalismo monopolista; a abordagem dialética da realidade entre Marx, Lênin, Lukács, e as travessuras ideológicas de Mao-Tsé-tung e do sectarismo neotrotskista nas esquerdas pequeno-burguesas do Terceiro Mundo.

A segunda ainda não investigada, o que não implica sua inexistência, mas apenas a unilateralidade dos estudos.

IV. A descoberta do núcleo histórico da ciência e da ideologia.

De Euclides a Einstein, de Ricardo a Sweezy: teoremas de validade no espaço finito e curvo; do valor bruto do trabalho e a distinção entre trabalho concreto e trabalho abstrato.

O ultrapassar da imediata substancialidade de certos preceitos — p. ex., ama a teu próximo — pelo levantamento da existência perene porque elementar, mas histórica, de certas constantes na interação humana.

V. Racionalismo e Irracionalismo na ciência e na ideologia.

A tradição clássica do racionalismo, sem qualquer mutilação da afetividade individual, representando o humanismo total e aberto, jamais negando qualquer dimensão do homem, inclusive a da transcendência, concebida como experiência cotidiana, como desdobramento trágico do imanente. O moderno irracionalismo, reação a Hegel por Kierkegaard, passando por Nietzsche e sofisticando-se em filosofia do desespero em Heidegger, Jaspers e o grupo existencialista francês.

A ciência racional parcialmente e irracional globalmente (ver onde colocar "experiências com pequenas comunidades" e a incompreensão

do processo social geral). A ideologia do quietismo: silêncio e passividade como reação ao assalto ao humano.

VI. Pesquisar as causas da fobia que a moderna ciência social das sociedades ocidentais tem pelas filosofias da história. A negação desta ciência social em conceber a história como um processo evolutivo (o que não implica linearidade).

(Um capítulo particular deste estudo poderia cuidar amplamente dos escritos de Karl Mannheim, que significam a mais sistemática tentativa de abolir a história das preocupações sociais, querendo-a substituir pela ação onipotente da sociologia. A análise do caso, tentada por Basbaum in "O Processo Evolutivo da História", é, a meu ver, frustrada em todos os sentidos, talvez pela ignorância do autor em relação às mais recentes elaborações conceituais da sociologia francesa.)

VII. A atomização do conhecimento que, à falta de um embasamento numa filosofia da história, é obrigada esta ciência social a efetivar em seus portadores: à idéia do *homo humanus* contrapõe-se o especialista especialíssimo. No máximo, em se tratando de indivíduos particularmente bem dotados, um vasto conhecimento de setores da vida social: Max Weber. O fenômeno reificativo, numa sociedade em que a fetichização das fontes de poder impessoaliza as decisões coletivas, vistas então como supranaturais.

VIII. O distanciamento crescente, o abismo que se forma entre o cientista social e o homem da cotidianidade.

A elitização do conhecimento, forjando uma casta de profissionais cuja consciência de si só se poderia avaliar como desastrosa pela oligarquização se acontecesse a tragédia de vê-los com a autoridade (meios de monopólio de poder e, conseqüentemente, de violência institucionalizada) que gostariam de ter.

IX. A falácia da inexistência de critérios objetivos para valoração da sociedade, justificando o olvido de uma axiologia científica e autorizando um cinismo profissional que permite qualquer tipo de atitudes sobre problemas que envolvem a existência do substrato material real (o modo de produção) da época — em suma, um relativismo moral. Aqui, uma distinção puramente positivista: o divórcio

entre ciência e moral, entre indicativo e imperativo. Neste ponto, o nó das questões: rebatendo a existência e a validade de um critério objetivo de valorações, abole-se definitivamente a experiência histórica (ver até que ponto funcionalismo e estruturalismo correspondem a este tipo de abordagem do social).

X. O desconhecimento da história como processo evolutivo unitário não-linear. A falta de inteligibilidade do momento presente como novo, como inédito resultado de um complexo fluir perene de heterogêneas componentes. A aceitação a-critica do presente histórico. A noção de progresso como gradualista, negando a dialética brusca dos saltos. A incompreensão da vida social enquanto tensão, desdobrar-se, vir-a-ser.

Outubro de 1967.

## Semana de Divulgação de Serviço Social

Diferenças entre :	
ASSISTENCIA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL	
É	
Feita por leigos . . . . .	Realizado por técnicos especializados
Ajuda material e passiva	Vai às causas do problema
Doação imediata . . . . .	Solução sistemática e baseada na realidade
Feita pela pessoa . . . . .	Realizado com a pessoa
Paternalismo . . . . .	É promoção.

## Visite a Livraria da Editôra Alvorada

Economia — Direito — Medicina — Filosofia — etc.

Vendas pelo Crediário.

Galeria Belfort Arantes, 7 — Juiz de Fora.

# Considerações sôbre o Serviço Social

O dinamismo natural da vida, caracterizado pelas constantes mutações sociais, políticas, econômicas, psicológicas, éticas, religiosas, gera desequilíbrios entre as necessidades aspirações do homem e as possibilidades de concretização das mesmas. Decorre desta realidade a necessidade de uma intervenção deliberada neste processo natural, objetivando a prevenção e o tratamento das causas e efeitos deste desequilíbrio.

O Serviço Social tendo como fim o homem, entendido como indivíduo em situação, ou seja jamais dissociado de seu ambiente, e sim em constante relacionamento com a realidade em que vive, e fundamentado numa concepção integral do homem (ser livre, que deve ser respeitado e aceito na sua individualidade e autodeterminação), acredita que se possa educar este homem, na medida em que ele é convidado a desenvolver suas

potencialidades, associando-se livremente a seus companheiros para, juntos, serem o agente das mudanças culturais e de estrutura. Se baseia portanto na crença das possibilidades de aperfeiçoamento progressivo do homem (inteligência, consciência e vontade se realizando pela comunicação), considerando a hereditariedade como força flexível, ou seja, potencial que se atualiza em função dos estímulos do meio, à medida em que o próprio homem transforma este meio e é simultaneamente por ele influenciado.

A função do Serviço Social será, portanto, eminentemente educativa, pois educar é criar consciência crítica, é ajudar a livre criação, processo educativo, vivencial, que se realiza pelo relacionamento. A liberdade nesta criação supõe mudança e possibilidade de aperfeiçoamento do indivíduo em si e da sociedade em que ele se insere. Tal conceito de processo educativo admite que o próprio homem determine as etapas seguintes de sua educação, através de opções. Não serão alternativas a serem colocadas, mas subsídios que lhes permitirão refletir, descobrir metas, criar.

Todo homem tem sua cultura, tem algo a pôr em comum. Cultura esta que não é mero conhecimento, erudição, mas experiências vividas, abertura para o bem comum.

Uma educação feita para e pela liberdade não pode pois padronizar-se nem se rotinizar; é uma contínua criação que expressa exteriormente o ato interior de refletir e deliberar que, em cada situação, assume uma configuração específica e singular.

Assim o Serviço Social, enquanto possuidor de uma metodologia científica é aplicável em diferentes contextos sócio-culturais, na medida em que vive os valores, padrões e forças atuantes na sociedade. Enfocando o homem, tem portanto perspectivas universais, uma vez que intervém para torná-lo capaz de atuar na própria realidade. Será, desta forma, um processo sempre adequado a cada momento histórico, embora ainda não se tenha atingido esse objetivo.

Podemos afirmar que existe um só Serviço Social. Os processos, técnicas, métodos, campos como os queiram chamar, são formas de abordagem (enfoques a caso, grupo, comunidade, instituições, grupos sociais, famílias, populações). É interessante lembrar aqui o esforço que desponta atualmente em re-

lação a outros processos de Serviço Social, fundamentado em que nosso instrumental não é suficiente, pois não esgota a problemática de nossa realidade. Está patente que há pontos que transcendem a comunidade, que exigem outras abordagens numa tentativa de eliminar as barreiras estruturais para que o homem possa atuar. E por isso que frisamos que há um só processo, que é o Serviço Social, com várias abordagens: individual, grupal, comunitária, institucional, societária, populacional.

O Serviço Social Societário vem a ser a atuação com grandes grupos em função do status, portanto, numa perspectiva funcional (DOC geralmente se liga a uma área geográfica). Experiências têm demonstrado que principalmente na zona urbana a motivação é mais societária (em função do status) que comunitária (vizinhança). Grande parte da população vive numa perspectiva de profissão, engajamento societário. É importante o conhecimento do universo situacional dos indivíduos, para não "levar" o grupo a fazer o que o Assistente Social pretende. Cabe a cada homem assumir seu papel, mas papel este que ele escolhe. Nesta linha societária a resolução de problemas não seria apenas do grupo local, mas abrangeria toda a classe, à qual ele está ligado. Ex.: os operários de construção, metalúrgicos, advogados.

O Serviço Social Populacional, partindo da realidade em que se vai atuar, implica em investigação, avaliação, planejamento, visando atingir a população através da integração dos processos, o que evitará o risco de uma despersonalização. Se utilizar dos meios de comunicação.

Face às realidades concretas do mundo atual: subdesenvolvimento, desenvolvimento (falta de normalização, países em vias de desenvolvimento) — momento histórico em que forças conservadoras centralizam o poder, a pergunta é: o que pode o Serviço Social fazer para também colaborar na superação do subdesenvolvimento? atuar no próprio processo de desenvolvimento? ser estímulo à mudança de estrutura existente que sufoca o homem?

A realidade brasileira nos mostra: uma extensão territorial imensa, grande população mal distribuída e com nível de vida precário (salvo pequenas elites); analfabetismo gritante, um sistema educacional arcaico, que não favorece livre criação; a

## MEC estabelece um Vestibular para as Universidades

(J.B. 25-X-67)

A Diretoria de Ensino Superior do MEC baixou edital determinando que será realizado em janeiro um só vestibular para cada área de ensino, abrangendo todas as Universidades, mesmo as particulares, e que o concurso será classificatório ou eliminatório.

Pelo mesmo edital, um candidato não poderá se inscrever em mais de uma escola. O Diretor do Ensino Superior, Sr. Epilogo de Campos, anunciou também a reformulação da Lei Suplicy de Lacerda, "que já perdeu muito em sua essência".

### O EDITAL

Segundo o edital divulgado pela Diretoria de Ensino Superior, "fica determinado que os editais de convocação serão taxativos quanto ao critério classificatório ou eliminatório do sistema de seleção de candidatos, e o número de vagas em cada unidade deverá ser determinado de maneira clara e definitiva no mesmo edital".

Para evitar inscrições de um candidato em mais de uma escola, os exames vestibulares terão em todo o País coincidência de horários e datas das provas, assim discriminados: Área Técnico-Científica, dia 5 de janeiro de 1968; Área Bio-Médica, 6 de janeiro de 1968; Área de Ciências Jurídicas e Sociais, 8 de janeiro de 1968, e Área de Filosofia e Artes, 9 de janeiro de 1968.

Ficou estipulado também que os órgãos responsáveis pelos exames vestibulares das universidades deverão exigir dos candidatos a aceitação das condições de execução dos mesmos, em documento escrito e assinado, e os resultados dos concursos deverão ser enviados à Diretoria de Ensino Superior oito dias após a sua realização.

O Sr. Epilogo de Campos justificou o edital que instituiu o vestibular único como para "terminar com a desordem, já que cada candidato se inscreve em três ou quatro escolas, sem que possamos mesmo saber qual é a demanda".

Ontem um telex foi enviado a todas as universidades oficiais e particulares para comunicação do edital, e acrescentou o Diretor do Ensino Superior que "vestibular é assunto nosso, porque damos verbas e assistência para todas as unidades de ensino superior".

Indagado se o edital não feria o princípio de autonomia conferido às universidades pela Lei de Diretrizes e Bases e se o MEC não podia legislar em relação às universidades particulares, respondeu o Sr. Epilogo de Campos que não.

### OBSERVAÇÃO:

Tomada esta medida, torna-se ainda mais difícil o acesso ao curso superior. Crescerá ainda mais o número de secundaristas que vêm barradas suas possibilidades de galgar os umbrais da escola superior. Isso apenas agrava a situação do problema do ensino no Brasil.

D. A.

## FOTO FERREIRA

O MELHOR FOTO NA OPINIÃO PÚBLICA

RETRATOS EM 5 MINUTOS PARA TODOS OS FINS.

GALERIA CONSTANÇA VALADARES, 3 — Telefone 1442 — Juiz de Fora

técnica exigindo do homem esforço superior às suas forças; governantes mal preparados e pressionados pela política internacional. Resulta daí, por uma grande massa, uma ferrenha luta pela sobrevivência, que leva cada um a se fechar em seus interesses particulares, numa base de competição agressiva e individualista.

É neste contexto que o Serviço Social, como as demais profissões, atuará renovando mentalidades — educando a medida que desperta potências para uma participação real.

Um Serviço Social atuando meramente em função de um "bem-estar social" à base de melhoria e criação de recursos, não atinge sua finalidade. É o homem integral que o deve motivar, um homem que sabe por que e o que quer, e que tem a visão aberta além das fronteiras de seu bairro ou país. As programações, atividades de um indivíduo, grupo, instituição, comunidade, só alcançarão seu objetivo último se caminharem simultaneamente à reflexão; caso contrário se transformará em ativismo e provocará, em lugar de verdadeiro desenvolvimento, um mero crescimento (muitas vezes "elástico" por não respeitar o grau de maturidade, condições dos participantes). Um crescimento autêntico se faz de dentro para fora e não simplesmente à base de "orientação técnica".

O preparar o homem para a mudança que terá que enfrentar, significa: criar condições globais de desenvolvimento que abranja todos os setores e regiões do país e permitir que cada um possa exprimir seu ponto de vista, participar por si próprio. No criar condições para expressão do pensamento e ação é básico estarmos conscientes de que conscientizar não é levar mensagens prontas, interpretar para o povo, apresentá-las programas de ação. Conscientizar é criar consciência crítica, ou seja, que o homem pense por si e não o que querem que ele pense. O papel do Assistente Social é motivar para a ação, mas a motivação só é válida se tiver por base esta consciência crítica.

O verdadeiro desenvolvimento é feito por todos os homens e para todos os homens. É um crescimento harmonioso, integrado. Certas formas de desenvolvimento podem também alienar o homem, se não forem democráticas. O homem é tanto mais homem, na medida em

que atua como responsável, agente da cultura, capaz de elaborar, se autodeterminar, direito este não meramente dos "povos" mas de cada indivíduo.

O Serviço Social não supera diretamente o subdesenvolvimento, agirá como agente de mudanças, atuando indiretamente, como assessor, estimulador, orientador, do verdadeiro agente direto de mudanças culturais e de estrutura, que é cada indivíduo, grupo e comunidade. Esta atuação terá como ponto de partida a realidade, sem contudo nela se fixar, pois tirar unicamente deste contexto a sua norma de atuação levaria a cair na incapacidade de agir. Diretrizes claras deverão nortear esta atuação. Mesmo que os objetivos finais pareçam inatingíveis, sempre se deve caminhar em sua direção e estar atento à flexibilidade destes objetivos, pois a evolução dos indivíduos pode modificá-los. O caminho se fará através dos processos de Serviço Social visando sempre tornar cada indivíduo grupo, instituição, comunidade capaz de transformações culturais e de estrutura. É preciso estar ciente de que uma simples mudança de estruturas não opera mudança de mentalidade. É um caminhar concomitantemente numa perspectiva portanto "abrangente", ou seja, operando na unidade vivencial do homem (família, escola, empresa, paróquia, sindicato, centros recreativos, própria comunidade) e na estrutura onde isto é vivido (estrutura econômica de produção, estrutura política, estrutura da educação, estrutura religiosa, etc.).

A enumeração das funções constitui simples ordenação dentro do papel que compete ao Serviço Social desde a ação terapêutica (curativas ou corretivas). A preventiva e de socialização (dentro da faixa de normalidade, tendo em vista o enriquecimento da vida individual, grupal e comunitária, e progressiva integração no processo de desenvolvimento), desde o microplanejamento (de um caso social, um grupo, uma comunidade) à participação no planejamento social aos níveis nacional, regional e local. Não implica, portanto, em que as funções se excluam mutuamente ou que se esgotem em si mesmas, ao contrário, na prática interpenetram-se, operando por inclusão e concomitância. Assim, uma função de ordem curativa encerra, com frequência, alcance preventivo e

contribui para progressiva socialização ou "integração social" (DOC IV — "Papel do Serviço Social" — Funções do Assistente Social — março/1967 — Escola

de Serviço Social da PUCSP).  
Compilado dos Anais do X CNESS (Congresso Nacional de Estudantes de Serviço Social) ENESS — Gestão 67/68.

## AS EXECUTIVAS NA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

A Universidade situa-se em uma sociedade, tendo garantia jurídica de existência como instituição. Sua eficácia, porém, só existe na medida em que dinamismo seja dirigido para a realidade desta sociedade. Compreendemos por este dinamismo sua função de elaborar, difundir e refletir a cultura propondo as mudanças necessárias, a fim de que responda cada vez mais às exigências humanas.

Analisando, no entanto, a situação da Universidade Brasileira constatamos um número cada vez maior de pessoas marginalizadas, com suas potencialidades estagnadas pelos obstáculos encontrados ao acesso às Faculdades. Com isto verificamos sua não abertura ao povo, o que se manifesta também na desadaptação dos currículos à realidade, situando-a cada vez mais distante dos problemas concretos que angustiam a maioria da população brasileira.

Por tudo isto e por muito mais surgiram as Executivas, visando uma melhor formação profissional nos diversos âmbitos de especialização: a capacitação do universitário para atuar conscientemente em nossa sociedade. Essa atuação, hoje, subentende transformação. Assim, as Executivas se propõem a uma reflexão constante da estrutura do ensino específico de cada profissão, áreas prioritárias de trabalho, deficiências do corpo docente, sistema de notas, unificação de currículos nas diversas Faculdades do país. Estarão também atentas às diversas orientações suspeitas do ensino (MEC-USAID). Um exemplo desta constatamos em Três Corações onde elementos da polícia feminina não capacitados após o curso intensivo de 6 meses aparecem sob o título de Assistentes Sociais.

Dentre as Executivas já existentes, temos a de Serviço Social (ENESS) criada em 1963. Sua meta de trabalho, além do que já foi dito, é defender os interesses dos estudantes de S.S., manter a união dos mesmos, coordenar as diversas experiências, promovendo encontros regionais e nacionais, buscando a integração de profissionais e estudantes através do entrosamento com entidades como a ABESS, CRASS, sindicatos, etc., contribuindo para divulgação do S.S. e sua maior afirmação como profissão coerente com a fase histórica em que vivemos.

Em termos de estrutura a ENESS possui uma coordenadora nacional que coordena as regionais, representadas em cada Faculdade por uma secretária adjunta. Entretanto, como condição de funcionamento tal secretaria necessita da participação de todos os estudantes, pois ela apresenta como coordenadora de suas reivindicações e necessidades. Sôzinha a ENESS não tem razão de ser. Ela está a serviço de todos aqueles que têm como perspectivas uma profissão coerente com os valores humanos, uma melhor adequação do S.S. à realidade brasileira.

Sec. adjunta da ENESS

## Casa Guaragil Ltda.

A casa mais completa da Zona da Mata — em ARTIGOS ESPORTIVOS

Aceitamos encomendas de CAMISAS e CALÇÕES

Calçados para homens, senhoras e crianças, pelos menores preços.

Rua Batista de Oliveira, 283 — Tel.: 5981 — Juiz de Fora — Minas Gerais

## REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, M.B.; CABRAL, M.S.R. **O novo sindicalismo e o serviço social**. São Paulo: Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_. **80 anos de Serviço Social no Brasil**: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 127, p. 456-475, set./dez. 2016 <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.080>  
Acesso em: 02/11/2023

\_\_\_\_\_. **Memória: 80 anos do Serviço Social no Brasil: O III CBAS “O Congresso da Virada” 1979**. *Serviço Social & Sociedade* [online]. 2017

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil**. (1964-1984). Petrópolis, 1989.

AMMANN, S. B. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1982.

ÂNGELO, Vitor Amorim de. **Política do café-com-leite**: Acordo marcou a República Velha. *Pedagogia e Comunicação*. Disponível em; <<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/politica-do-caffe-com-leite>>. Acesso em: 08/11/2023

ARAÚJO, Bernardo Goytacazes de. **A instabilidade Política na Primeira República Brasileira**. Núcleo de Estudos Ibéricos e Ibero-Americanos – UFJF– Juiz de fora – MG. *Revista Estudos Filosóficos*, nº 3 /2009 – versão eletrônica UFSJ. Disponível em: <<https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistaestudosfilosoficos/art10-rev3.pdf>>. p. 129 – 141. Acesso em: 08/11/2023

BATISTONI, Maria Rosângela. **O projeto da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte — 1960-1975: uma reconstrução histórica**. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 136, p. 538-558, set./dez. 2019.  
<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/PCVBqNLRKdpcgV5TTY6Ff7y/?format=pdf&lang=pt>

BODART, Cristiano das Neves. **Saiba o que é Golpe de Estado e Golpe Branco**. 2016. Disponível em: <<https://cafecomsociologia.com/o-que-e-golpe-de-estado/>>. Acesso em: 08/11/2023

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 1 de 15 de novembro de 1889** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1-15-novembro-1889-532625-publicacaooriginal-14906-pe.htm>>. Acesso em: 2 de maio de 2023.

\_\_\_\_\_. Presidência da República **LEI Nº 4.737, DE 15 DE JULHO DE 1965**. Disponível em:<[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4737compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4737compilado.htm)>. Acesso em: 08/11/2023

Cadernos de Graduação - Ciências Humanas e Sociais. Aracaju, v.1, n.17, p.

151-156 ; out. 2013. Disponível em:  
<https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas/article/download/844/517/3595>  
ACESSO EM 02/11/2023

CALMON, Pedro. **A vida de D. Pedro II: o rei filósofo**. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército, 1975.

ESTEVIÃO, Ana Maria Ramos. **O que é serviço social**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992 (Coleção Primeiros Passos).

FALEIROS, V. **Estratégias em Serviço Social**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

FERREIRA, Marcella Matos. STAMPA, Inez. **Assistentes Sociais E Movimentos Estudantis de Serviço Social na Luta Contra o Regime Ditatorial no Brasil (1964-1985)**. Puc-Rio, 2018?

GUIMARÃES, P. **Políticas de educação de adultos em Portugal (1999-2006). A emergência da educação e formação para a competitividade**. Braga: Cied/Universidade do Minho, 2011.

GIL, A. D. **Elementos para uma análise marxista da instabilidade política no Estado burguês**. Cadernos Cemarx, Campinas, SP, n. 3, p. 87–99, 2006. Disponível em:  
<https://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5e s/GT3/gt3m3c1.p df >>. Acesso em 08/10/2023

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social. Ensaios críticos**. São Paulo: Cortez, 1992.

IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico/metodológica**. 10. ed. São Paulo: Cortez/CELATS, 1995.

IANNI, Octávio, **A Ditadura do Grande Capital** - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 1981

LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. **Reflexões sobre a legislação de educação durante a ditadura militar (1964-1985)**. *Histórica*, Revista Eletrônica, edição nº 36 de junho de 2009. Disponível em:  
<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao36/material>  
Acesso em: 08/10/2023

MARTINS; Antonio Carlos Pereira. **Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais**. *Acta Cirúrgica Brasileira*. 17, supl 3) 2002. Disponível em:  
<<https://www.scielo.br/j/acb/a/8jQH56v8cDtWGZ8yZdYjHHQ/>>. Acesso em: 06 de jul.. de 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOLJO, Carina Berta; CUNHA, Ariane Monteiro. **Serviço Social e Cultura:**

**Considerações Acerca das Concepções de Cultura na Trajetória da Profissão no Brasil desde a sua gênese até os anos 1990.** Libertas, Juiz de Fora, v.4, n.1, p. 78 - 104, jul-dez / 2009

MOTA AE, Rodrigues M. **Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário.** Rev katálysis [Internet]. 2020May;23(2):199–212. Disponível em <https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n2p199>

**NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL,** Florianópolis, 2015. Trabalho apresentado... Florianópolis: UFSC, 2015. Disponível em: <[http://seminarioservicosocial.paginas.ufsc.br/files/2017/05/Eixo\\_2\\_139.pdf](http://seminarioservicosocial.paginas.ufsc.br/files/2017/05/Eixo_2_139.pdf)>. Acesso em: 02 de novembro de 2023.

NALESSO, Ana Patrícia. RIZZOTTI, Maria Luzia. **Serviço social e política social no Brasil: uma relação necessária.** Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 17, n. 2, p. 278 -291, ago./dez. 2018

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.** São Paulo: Cortez, 1991

\_\_\_\_\_. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal.** São Paulo: Cortez, 1993.

\_\_\_\_\_. **Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva do Serviço Social no Brasil.** Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n.50, 1996.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo monopolista e serviço social / José Paulo Netto.** 7. ed. São Paulo, Cortez, 2009

\_\_\_\_\_. **Pequena História da ditadura brasileira – 1964- 1985.** São Paulo, Cortez, 2014.

NICÁCIO, N. S., & SALAZAR, S. N. (2020). **Emancipação Humana: a centralidade das categorias trabalho e liberdade.** Sociedade Em Debate, 26(3), 317-328. <https://doi.org/10.47208/sd.v26i3.2800>

NOLLI, Joana D’Arc Moreira. **O processo de planejamento e o sistema político brasileiro nos anos de JK. 2010.** Disponível em: <[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos\\_teses/2010/Historia/artigos/planodemetas.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Historia/artigos/planodemetas.pdf)>. Acesso em: 08/10/2023

MOLJO, Carina. **Considerações sobre o Serviço Social na América Latina.** Revista Praia Vermelha, Rio de Janeiro. 24n. 2p. 403-421. Jul/Dez 2014

MOLJO, Carina. SILVA, José. PAGAZA, Margarita. ZAMPANI, Roberto. **Movimento De Reconceituação E Serviço Social Argentino.** UFES, 2018.

PAULA, Luciana. **"Se muito vale o já feito, mais vale o que sera..."** : movimento estudantil de serviço social: caminhos históricos e contribuições na formação profissional, 2002

PAULA, Luciana; DURIGUETTO, Maria Lúcia . **Um Convite À Rebeldia: Movimento Estudantil De Serviço Social No Diretório Acadêmico Padre Jaime Snoeck – Faculdade De Serviço Social/Ufjf**. Libertas, Juiz de Fora, v.6 e 7, n. 1 e 2, p.149 - 174, jan-dez / 2006, jan-dez / 2007

PEREIRA, Maria Eduarda de Souza. **A UBES: União Brasileira dos Estudantes Secundaristas**. 2021, Disponível em [https://www.politize.com.br/ubes\\_o\\_que\\_e](https://www.politize.com.br/ubes_o_que_e) . Acesso em: 06 de jun. de 2023.

REZZUTTI, Paulo. **D. Pedro II. A História não contada**. São Paulo, Le Ya, 2019. p.415-443.

RODRIGUES, Natália. **O governo de Hermes da Fonseca**. História do Brasil. 2016. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/historia-do-brasil/governo-do-marechal-hermes-da-fonseca/>>. Acesso em: 08/11/2023

SANFELICE, J. L. (2015). Marxismo e História da Educação. . In: Germinal: Marxismo E educação Em Debate, 7(2), 304–310. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/gmed.v7i2.14874>

SCHWARCZ, Lilia Moritz. A República não pode mais esperar a morte do velho imperador. In: **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das letras, 1998. p. 445-456

SILVA, Taciane Rosa. **O processo de renovação do serviço social mediante a autocracia burguesa**. II Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/129460132.pdf>>. Acesso em: 08/11/2023

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico** [livro eletrônico] / Antônio Joaquim Severino. -- 1. ed. -- São Paulo : Cortez, 2013. Disponível em: [https://www.ufrb.edu.br/ccaab/images/AEPE/Divulga%C3%A7%C3%A3o/LIVROS/Metodologia do Trabalho Cient%C3%ADfico - 1%C2%AA Edi%C3%A7%C3%A3o - Antonio Joaquim Severino - 2014.pdf](https://www.ufrb.edu.br/ccaab/images/AEPE/Divulga%C3%A7%C3%A3o/LIVROS/Metodologia%20do%20Trabalho%20Cient%C3%ADfico%20-%20Edi%C3%A7%C3%A3o%20-%20Antonio%20Joaquim%20Severino%20-%202014.pdf)

SOUZA, M. L. de. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

UNE. União Nacional dos Estudantes. **História – UNE**. 2023. Disponível em : <<https://www.une.org.br> > memoria > historia>. Acesso em: 06 de jul. 2023.

VIANA, Beatriz. CARNEIRO, Kássia. Golçalves, Claudenora. **O Movimento De Reconceituação Do Serviço Social E Seu Reflexo No Exercício Profissional Na**

## Contemporaneidade. 2015

YAZBEK, M. C. (org.). Projeto de revisão curricular da Faculdade de Serviço Social/PUC-SP. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, 1984. n. 14.

\_\_\_\_\_. A Política Social brasileira nos anos 90: a refilantropização da "Questão Social". **Cadernos ABONG**, Série Especial, Subsídios à Conferência Nacional de Assistência Social, n. 3, out. 1995.

\_\_\_\_\_. O significado sócio-histórico da profissão. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. – Brasília: CFESS/ABEPSS. 2009

Disponível

em:

<https://crearn.org.br/files/arquivos/3D6F81pn1Nsm7lhGdgh1.pdf> Acesso em: 02/10/2023 às 10:00

YAZBECK, Ivanir. **O real Itamar**: uma biografia. Belo Horizonte, Ed. Gutemberg, 2011.